

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 5 de Junho de 1997 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1227 • Director: Carlos Brito

Prevenção da toxicod dependência Basta de insensibilidade

Por uma nova política de prevenção e de combate ao narcotráfico.



Francisco Lopes

Pág. 20

Efeitos especiais

Assim como na campanha eleitoral PS foi o marketing que dominou, agora são efeitos especiais que dominam a actividade política do Governo e a sua imagem.

João Amaral Pág. 21

Aspectos da evolução estrutural da agricultura e o Fórum Agrícola

Entre 1993 e 1995 continuou a verificar-se o decréscimo das explorações iniciado em 1989.

Carlos Amaro Pág. 23

Cuba na batalha da safra açucareira

Miguel Urbano Rodrigues Pág. 24 e 25

Em visita ao Algarve e ao Litoral Alentejano Carvalhas comenta manobras de diversão PS/PSD

PÓLVORA SECA

«Em vez de dar resposta aos graves problemas do desemprego, do trabalho precário e da desvitalização do aparelho produtivo, o Governo encena dramatização, chantagens e manobras de diversão.» Centrais



NOTA DA COMISSÃO POLÍTICA SOBRE A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL

- O PCP reafirma a exigência de cumprimento da lei das finanças locais e a importância do seu projecto de reforço dos meios das autarquias
- e chama a atenção para o significado particularmente grave e qualitativamente novo que assume neste momento a ofensiva privatizadora do Governo PS.

Pág. 6

AUTÁRQUICAS
PENÍNSULA DE SETÚBAL

Aqui construímos o Futuro

TRABALHADORES

CGTP em força pelo emprego

Pág. 9

INTERNACIONAL

Eleições em França PCF elege mais 50% de deputados

Pág. 13

EDITORIAL

Chantagem e demagogia



A Feira de Santiago foi um dos locais visitados por Carlos Carvalhas no passado fim-de-semana

RESUMO

27
Terça-feira

Boris Ieltsin e líderes dos 16 países da Nato assinam, em Paris, a Acta Fundadora das relações entre a Rússia e a Aliança Atlântica ■ O Supremo Tribunal dos EUA autoriza o julgamento de Bill Clinton no caso de alegado assédio sexual a Paula Jones ■ O presidente da Guiné-Bissau demite o governo.

28
Quarta-feira

Em toda a Europa, nomeadamente em Lisboa e Porto, milhares de trabalhadores saem à rua reivindicando mais emprego na UE ■ A Assembleia da República aprova na generalidade as alterações à Lei das Finanças Locais, propostas pelo PCP, PSD e PP ■ A guerrilha timorense leva a cabo três ataques a tropas indonésias em Bacau e Dili, no dia em que Konis Santana anuncia o fim do cessar-fogo ■ As forças locais afegãs expulsam de Mazar-i-Sharif, no norte do país, os fundamentalistas Taliban.

29
Quinta-feira

Em Portimão, uma operação-relâmpago arrasa o bairro do Palácio, considerado o «hipermercado» local da droga ■ O Conselho do Atlântico Norte inicia uma reunião, em Sintra, para o seu alargamento a Leste ■ Na Indonésia, o partido do presidente Elias Suharto vence as eleições legislativas ■ Laurent Kabila, o novo presidente do Congo, promete que se realizarão eleições no país em 1999 ■ No Afeganistão, os Taliban recuam após um ataque das forças do comandante Massoud.

30
Sexta-feira

Carlos Carvalhas visita diversas localidades algarvias ■ A CDU inicia uma campanha nacional de esclarecimento sobre as autarquias ■ António Guterres admite a realização de eleições legislativas antecipadas, caso as alterações à Lei das Finanças Locais propostas pela oposição sejam aprovadas ■ Centenas de estudantes de enfermagem concentram-se junto ao Ministério da Educação, em Lisboa, protestando contra o pagamento de propinas e a falta de acção social escolar ■ Manifestantes espanhóis assinalam em todo o país o 500º dia de sequestro pela ETA do guarda prisional Ortega Lara.

31
Sábado

O secretário-geral do PCP desloca-se a Odemira, S. Teotónio, Santiago do Cacém, Alvalade-Sado e Sines ■ Entra em vigor a proibição governamental de pesca oceânica e um recolher obrigatório dos barcos das 18 horas de sábado às 18 horas de domingo, todos os fins-de-semana ■ Trinta resistentes timorenses são detidos, depois da Resistência atacar e matar vários polícias indonésios ■ Um atentado à bomba destrói uma estação de correios em Marselha, França ■ A Rússia assina um tratado com a Ucrânia sobre o mar Negro.

1
Domingo

Realizam-se as «Manobras de Maio», em Lisboa ■ Na França, o Partido Socialista e os seus aliados vencem as eleições legislativas com maioria absoluta ■ Os partidos que compõem o governo turco chegam a acordo para a convocação de eleições antecipadas ■ Em Argel, dois atentados à bomba provocam pelo menos cinco mortos e 33 feridos ■ Entre dez a 25 mil pessoas formam uma cadeia humana em Carnet, no oeste francês, protestando contra a eventual construção de uma central nuclear na região.

2
Segunda-feira

Os armadores de pesca cortam relações com o secretário de Estado, acusando-o de defender mais os interesses espanhóis do que os portugueses ■ Os ministros dos Negócios Estrangeiros da UE reúnem-se em Amsterdão para preparar o encerramento da CIG ■ A Força de Manutenção de Paz na Libéria intervém militarmente na Serra Leoa, fazendo cerca de 50 mortos ■ Dezenas de milhares de trabalhadores sul-africanos cumprem uma greve geral de 24 horas, exigindo nomeadamente 40 horas de trabalho semanais.

3
Terça-feira

Os armadores de pesca param os barcos e ameaçam bloquear portos, numa crescente de contestação à portaria assinada pelo secretário de Estado das Pescas ■ Lionel Jospin toma posse como novo chefe do Governo em França ■ Após interrupção de dois meses, recomecem em Belfast, com Sinn Féin ausente, as negociações sobre o futuro da Irlanda do Norte ■ Ehud Barak sucede a Shimon Peres à frente dos trabalhistas de Israel.

O Governo entrou em pânico ao ser derrotado, na Assembleia da República, na votação na generalidade de vários projectos de lei de partidos da oposição que estabelecem o aumento dos meios financeiros para as autarquias locais.

A reacção do primeiro-ministro, António Guterres, e de outras figuras gradas do PS, sobressaltando o País, em dias sucessivos, com a ameaça de demissão do Governo e de eleições antecipadas, pôs em evidência tanto a ligeireza e a irresponsabilidade como a arrogância e a fanfarronice, que caracterizam crescentemente o comportamento governamental.

Do lado do PS já houve um reconhecimento implícito de que as ameaças eram «bluf» e chantagem de um governo minoritário para intimidar as oposições e impedir que juntem os votos numa matéria que corresponde a profundos anseios das autarquias e das populações e numa altura muito propícia, por ser ano de eleições autárquicas.

Os ataques do PS ao PSD, que durante a sua longa permanência no poder se distinguiu pelos sucessivos esbulhos às finanças das autarquias e que agora pretende demagogicamente apresentar-se como campeão das mesmas, visam a tentativa de um novo negócio entre os dois partidos, como fizeram em relação à regionalização e à revisão da Constituição e há muito acontece nas privatizações, na política comunitária e noutros aspectos essenciais da política de direita que ambos impõe ao país. Desta vez o objectivo será «legalizar» o incumprimento da lei das finanças locais.

Tão escandalosa como a chantagem do PS é a demagogia do PSD e mais ainda a algazarra de injúrias que se dirigem em público para, como dois rufiões, fingirem que se degladiam, enquanto traficam novos cambalachos e acordos por baixo da mesa.

A isto está sujeito o País!

A Comissão Política do PCP comentou com acutilância, no comunicado apresentado por Francisco Lopes, na conferência de imprensa da passada segunda-feira, a duplicidade comum ao dois partidos, nestes termos:

«O PSD procura fazer esquecer que, quando no governo, não cumpriu a lei das finanças locais, esbulhando as autarquias de centenas de milhões de contos.

«O PS procura fazer esquecer que, quando na oposição, prometeu duplicar as receitas do FEF para as autarquias locais, compromisso a que agora procura fugir.»

A matéria das finanças locais que está em apreço na Assembleia da República é da maior importância para as autarquias, para as populações e para o desenvolvimento do País.

A experiência de vinte e dois anos de Poder Local atesta a sua especial vocação para o investimento e, na maioria dos casos, a rentabilidade superior dos dinheiros públicos que lhe são confiados.

Apesar disto, a história da lei das finanças locais é uma crónica negra de sucessivo e grosseiro incumprimento por parte dos governos, o que se tem traduzido no esbulho de centenas de milhões de contos aos autarquias.

Parecia estarem agora reunidas as condições para corrigir esta tão grave e prolongada injustiça, que tanto lesa o interesse nacional. Todos os partidos proclamavam esse objectivo e o PS não só o anunciava como tinha assumido, nas eleições que o levaram ao governo, o compromisso de duplicar as receitas das autarquias.

Ao iniciar-se há dias o novo processo na Assembleia da República, o PCP sublinhou, pela voz do deputado Luís Sá, o objectivo fundamental do seu projecto lei e de toda a sua intervenção, assim: «A elaboração da lei deve constituir uma oportunidade para adoptar um regime que rompa decisivamente com a actual

desproporção na partilha dos recursos do Estado e que se traduza num reforço significativo e substancial dos meios financeiros postos à disposição do Poder Local.»

Os comunistas também apontaram duas condições básicas para o êxito da tarefa: a elaboração da lei decorrer «em estreita cooperação com os eleitos autárquicos»; o trabalho árduo na especialidade, após a aprovação de todos os projectos na generalidade, para se encontrarem os consensos possíveis, especificando desde logo a sua discordância com soluções dos projectos do PSD e do CDS/PP.

Foi este entendimento que assustou o PS, que se excluiu dele e se entregou à dramatização e à chantagem já referidas, com o primeiro-ministro e outros ministros a ameaçarem com a auto-demissão do Governo e as eleições antecipadas, ao mesmo tempo que traziam público a proposta de lei governamental, que acabou por explicar tudo.

O Governo PS não quer, como a sua proposta de lei demonstra, aumentar de modo efectivo os meios financeiros das autarquias, só se acompanhados ou até antecidos de novas obrigações e competências.

Assim defrauda o PS mais uma das suas promessas eleitorais.

As contas governamentais começam por partir de um FEF de apenas mais 12 milhões de contos do que o que está a vigorar no ano corrente e de menos 120 milhões de contos do que aconteceria se a lei das finanças locais estivesse a ser cumprida.

Com um ponto de partida tão baixo cerca de metade dos municípios receberiam menos do que recebem actualmente, se a proposta de lei não dispusesse de uma cláusula que exclui essa possibilidade, mas mesmo assim para 130 municípios o aumento seria de 0 a 3 por cento e para mais 92 o aumento seria de 3 a 10 por cento. Isto é, 70 por cento dos municípios receberiam aumentos inferiores a 10 por cento.

A proposta de lei do PS não é outra coisa senão a tentativa de «legalização» do incumprimento da lei das finanças locais ainda em vigor.

Quanto ao projecto do PSD anote-se que, apesar da sua demagógica postura actual de campeão das finanças das autarquias para fazer esquecer o procedimento de carrasco quando era governo, não moderou gula em relação aos dinheiros públicos que lhe ficou dos tempos de regabofe governamental.

Assim, o projecto laranja estabelece aumentos médios de 49,99 por cento para as autarquias do PSD, de 47,06 para as autarquias do PP, de 35,85 para as autarquias do PS e, finalmente, de 29,60 para as autarquias da CDU.

Aqui está a prova dos vergonhosos critérios discriminatórios que o PSD persiste em usar.

Bastariam estes critérios discriminatórios, se outras fortes razões não houvesse, e há, para que o PCP e o PEV não viabilizassem na especialidade o projecto do PSD ou qualquer lei que com ele se parecesse.

Não se percebe, assim, a insistência do primeiro-ministro em agitar o fantasma da aprovação do projecto do PSD, como voltou a fazer, na passada terça-feira, no encerramento das jornadas parlamentares do PS, nos Açores.

Confirma-se, então, que Guterres prossegue outros objectivos com essa retórica, como sejam o bloqueamento de qualquer aumento significativo dos meios financeiros das autarquias locais e a diversão da opinião pública em relação aos mais graves problemas do País, onde sobressaem o desemprego em massa e o ruinoso e escandaloso processo de privatizações.

No que respeita às finanças locais, impõe-se dizer ao PS «que assumas as suas responsabilidades e cumpra as promessas eleitorais que fez. Pela sua parte, o PCP não aceita, nem teme chantagens quaisquer que elas sejam», como claramente afirmou a sua Comissão Política, na referida «Nota» de 2 de Junho.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes
— 1699 Lisboa CODEX. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX.
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex. 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis — 90,
7º-A, 1100 Lisboa.
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matricula: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO:
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7º-A,
— 1100 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTA PRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90-7º-A 1100 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
R. Elias Garcia, 27
Venda Nova — 2700 Amadora
Depósito legal nº 205/65

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 46 100\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 28 600\$00	50 números: 33 850\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____ Telef. _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

L'important é a rosa

Com lugar cativo para o ministro da propaganda (ou para um dos seus vários substitutos em dia de folga de Jorge Coelho); com pelo menos meia página diária para esse complemento directo do Governo que é o Sr. Manuel Monteiro; com plúvulos privados para o panegírico do Governo; com editoriais milagrosos, capazes de transformar a realidade em rosas – o «Diário de Notícias» exhibe, cada vez mais ostensivamente, uma postura nacional-situacionista e corre o risco de se institucionalizar como órgão oficioso do Governo e do PS.

De tal forma que «os dias de amanhã», da última página, se tornaram já uma espécie de corpo estranho à linha editorial dominante do jornal.

Tudo isto tem vindo a ser particularmente evidente à medida que o estado de desgraça do Governo se acentua e o nervosismo e a perturbação invadem as hostes guterristas. E quando as declarações e as análises propagandísticas ficam aquém das necessidades objectivas há ainda o recurso às prestimosas

sondagens. Na sexta-feira passada, por exemplo, uma sondagem «Barómetro DN/TSF/Euroteste» garantiu-nos que o PS está a subir. (É claro que o PSD não está a dormir e, logo no dia seguinte, o «Painel Expresso/Euroexpansão» demonstrava-nos que o PS está a descer.) Estou em crer que é este sondageiro rigor científico que leva o ministro da propaganda a defender o alargamento do período legal de divulgação de sondagens em tempo de campanha eleitoral...

Não contente com a sublimação da lusa rosa, o DN chamou a si o encargo de nos vender igualmente a superior beleza e o requintado perfume da rosa francesa. Assim, na 1ª página da sua edição de domingo, o DN proclamou: «sondagens dão maioria absoluta aos socialistas franceses». Curiosamente, quem se tenha dado ao trabalho de ler a página 11 do mesmo DN verificará que as «sondagens» são uma «sondagem Ipsos», a qual prevê a maioria absoluta para o PS mais os seus aliados ecologistas, mais... o PCF. Na

segunda-feira – portanto, já depois dos votos contados – o DN grita-nos na sua primeira página: «Esquerda não comunista ganha. Socialistas e aliados (não comunistas) obtêm maioria absoluta com cerca de 306 deputados». E lá dentro, a 10ª página desta vez confirma-nos o título da 1ª. Finalmente, na terça-feira, enquanto que na 1ª nos informa que «Ministros da UE felicitam Jospin com cautelas sobre o futuro», nas interiores, com monumental naturalidade, esquecendo completamente tudo o que disse nos dias anteriores, refere pesaroso que «o facto de o PS necessitar do PCF para ter a maioria absoluta dá a este o direito de exigir a participação no governo».

Não há dúvida: para o Diário de Notícias L'important é a rosa.

(PS: Não li no DN mas soube através de fontes dignas de crédito que, na troca de impressões havida entre Guterres e os seus assessores governamentais sobre as eleições francesas, Pina Moura teria manifestado grande desgosto pelos resultados. Segundo as mesmas fontes, o Cardeal teria opinado que a uma maioria absoluta dependente do PCF teria sido preferível a vitória da direita.)

■ José Casanova

Concorrência desleal

Sem a ilusão de podermos competir com os dirigentes do PS e do PSD na criação de «factos políticos» e na correspondente capacidade de seduzir os «media», dispomo-nos a avançar um apelo e uma proposta, suscitados pelo turbulento e ridículo folhetim das «eleições antecipadas», que julgamos sinceramente poderem representar uma contribuição construtiva não só para a sossego nacional como para a transparência e a verdade da vida política portuguesa.

É verdade que o apelo ou a proposta que se segue já foi por nós lançada nas ondas da TSF, mas como palavras levam-nas as ondas hertzianas, talvez a sua redução a escrito melhore as possibilidades do seu acolhimento e êxito junto dos seus destinatários.

Trata-se de propor ao PS e ao PSD que, por amor de Deus e da saúde dos nossos ouvidos, suspendam por uns tempos este espectáculo de tantos desafios, ameaças, ultimatums, insultos, frases assassinas e outras batalhas campais de palavreado e mais palavreado hostil e agressivo. Ou seja, suspendam - mas não esqueçam nem deem fora - toda esse ping-pong exaltado e febril sobre «virgens ofendidas», «descompensados», «gelatina política», «idiosincrasia de instabilidade», «mercado abastecedor de intriga política», «teatro de má qualidade», «desonestidade política», «amuos» e «traquinices de fim-de-semana».

Trata-se de propor ao PS e ao PSD que, durante uns dias ou umas semanas, acumulem sofridamente dentro de si toda esta energia maligna, toda esta violência verbal, todo este sangrento antagonismo, todos estes instintos fraticidas e todas estas cargas de baioneta semântica.

E trata-se, finalmente, de propor ao PS ao PSD que, sem dó nem

piedade, só despejem concentradamente tudo isso na cara um do outro nas horas ou minutos que antecederem por exemplo a votação da revisão constitucional ou qualquer outra sobre qualquer assunto em que se definam as verdadeiras e estruturantes opções de sociedade de cada partido.

A aceitação desta proposta pelo PS e pelo PSD (e já agora também pelo PP) teria sempre imensas vantagens. Se, apesar dos mortos e feridos causados pelas cruéis punhaladas verbais, PS e PSD, como de costume, votassem unidos como os dedos do pé, então mais e mais portugueses ficariam a compreender que o espalhato e a conflitualidade verbal entre PS e PSD são sempre o conveniente intervalo que antecede os seus acordos em quase tudo o que é decisivo e essencial. E se, por absurdo, houvesse coerência entre duelos verbais e actos de votação, então haveria a vantagem imensa de o país ser poupado a desgraçadas malfetorias.

A proposta aqui fica em toda a sua esplendorosa razoabilidade e inocência.

Se não for aceite, só nos resta ficar então com a melancólica conclusão de que a grande culpa de a «Cadeira do Poder» do Albaran (merecidamente inaugurada por destacados membros do PS e do PSD) ir acabar pertence por inteiro à concorrência desleal que lhe tem sido feita pelo PS e pelo PSD.

E os «Donos da Bola» que se cuidem!

■ Vítor Dias

NATO
Blá, blá, blá...

Nos últimos dias fomos bombardeados com notícias, comentários e entrevistas a propósito da reunião de Sintra dos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos países da NATO. Muito se falou. Mas nada se disse sobre a verdadeira natureza, história e função da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

A NATO foi fundada a 4 de Abril de 1949. No Preâmbulo do Tratado diz-se: «Determinados em salvar a liberdade dos seus povos, a sua herança comum e a sua civilização, baseados nos princípios da democracia, nas liberdades individuais e no reino do direito...», blá, blá, blá. O conceito de «democracia» estava desde logo patente no facto de um dos 12 países fundadores ser o Portugal de Salazar, ditador (de partido único), perseguidor de democratas (a quem prendia, torturava, enviava para os campos de concentração nas colónias de África, assassinava), opressor do seu povo (a quem negava todas as liberdades) e, como é agora do domínio público, traficante de ouro das vítimas dos campos de concentração nazis. A derrota do nazifascismo na Segunda Guerra Mundial trouxe para alguns a esperança de que o regime português viria também a cair, sob a pressão das «democracias ocidentais». Mas as «democracias ocidentais» não só não pressionaram, como sustentaram o regime fascista português, dando-lhe o estatuto de membro fundador do novo bloco político-militar ocidental. Salazar sentiu-se mais forte e 1950 foi um ano de repressão particularmente intensa, em que vários comunistas foram assassinados pela PIDE (José Moreira, Militão Ribeiro, Alfredo Lima, para citar alguns).

Durante os 25 anos que se seguiram, nunca a NATO pressionou o regime fascista português para que abrisse as portas à democracia. Não pressionou durante as grandes lutas antifascistas dos anos 60, não pressionou quando o regime assassinou Humberto Delgado, nem quando o regime assassinou Amílcar Cabral. Não pressionou (pelo contrário, apoiou com meios militares e outros) quando o regime conduzia as guerras coloniais. A NATO não só NÃO contribuiu para a democratização de Portugal, como ajudou a prolongar a ditadura fascista. A NATO apenas pressionou Portugal (e considerou a hipótese de excluir Portugal das suas fileiras) no pós-25 de Abril. Ao fim de 25 anos de convivência com o fascismo, a NATO estava de súbito preocupada com... a democracia em Portugal.

Mas não se pense que esta convivência da NATO com o fascismo é uma qualquer embirração com o nosso país. Também a Grécia viveu sob a ditadura dos coronéis entre 1967 e 1974, sem que isso tenha beliscado a sua «militância» na NATO. E a Turquia já viveu sob a ditadura militar por várias vezes neste pós-guerra, o que não tem impedido que seja um membro de eleição da Organização. Enquanto os ministros da NATO se reuniam em Sintra, os militares turcos invadiam e ocupavam o norte do Iraque, no contexto duma guerra genocida contra o povo curdo que, sob domínio turco, combate pela sua liberdade. Como se não chegasse, os militares turcos estão empenhados num golpe de Estado silencioso (como o classifica, orgulhosa, a revista americana *Business Week*) contra o governo eleito do seu país. Mas os ministros em Sintra tinham mais em que pensar, como disse à televisão, em memorável declaração a propósito da situação em Timor-Leste, o MNE da «democrática» Holanda.

Durante 40 anos disse-se que havia que ser «realista» e fechar os olhos perante certas realidades pois havia que defender o «Occidente» contra a «ameaça soviética». Mas a União Soviética já não existe. Hoje na Rússia estão no poder os homens do Occidente. O Tratado de Varsóvia deixou de existir. A razão de ser «oficial» da NATO desapareceu. Seria natural pensar que a NATO deixaria de existir. Mas o que vemos é que se alarga, se reforça, se aumenta o campo de acção da NATO... Parece contraditório. Mas na realidade não é. Porque a NATO é aquilo que sempre foi: um instrumento de domínio do imperialismo, cuja missão é garantir a existência de condições favoráveis à acumulação de lucros do grande capital internacional. O resto é blá, blá, blá.

■ Jorge Cadima



Foto: Januário Trigo

SEMANA

Vigília anti-racista
no Tribunal de Monsanto

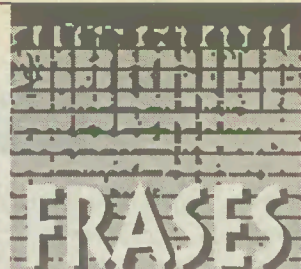
A Frente Anti-Racista, em conjunto com mais 23 estruturas do movimento associativo, realizou anteontem um vigília a partir das 21 horas junto ao Tribunal de Monsanto, onde estão a ser julgados os *skin heads* acusados pelo assassinato de Alcindo Monteiro, no Bairro Alto, em Lisboa. Afirmam os

promotores da iniciativa que «temos constatado, ao longo de todo o processo de julgamento, que têm sido retiradas sucessivamente as acusações que pendiam sobre os réus», acrescentando que «não foi a primeira vez que bandos organizados de *skins* atacaram, espancaram e mataram, mas, irresponsavelmente, sem-

pre houve desculpas ou condescendências pelos seus actos». E terminam, apontando «aqueles que, com a sua intolerância e a sua irracionalidade racista, julgaram ser, nessa noite, mais do que os outros, estão a ser hoje julgados», afirmando que «competem ao colectivo de juizes do Tribunal de Monsanto a decisão

final» e confiando que «desta vez se faça justiça».

Foi igualmente anunciada uma declaração conjunta da Frente Anti-Racista e da Família de Alcindo Monteiro comentando a sentença do Tribunal de Monsanto prevista para ontem, cujo conteúdo se desconhece à hora em que encerramos esta edição.



“PS e PSD, quanto mais parecidos são mais precisam de fabricar realidades virtuais”

(a propósito da ameaça de eleições antecipadas)

Vitor Dias
“Expresso”

“A política de educação e ensino parece que continua esquecida da diversidade cultural existente e da mudança sociocultural que se está a processar”

Manuel Viegas
“Expresso”

“A esquerda teve de se direitizar no governo, porque as soluções são necessariamente mais à direita. A direita está confusa. Não conseguiu uma linha de rumo e adaptá-la ao dia-a-dia, em vez do inverso”

Maria José Nogueira Pinto
“O Independente”

“A falta de colocação no ensino superior altera-lhes (aos jovens estudantes) as expectativas quanto ao prosseguimento de estudos”

Núcleo de Estudos do Sistema Educativo
“Público”

“Pela sexta vez em 27 anos, o regime de Suharto orquestrou um suposto acto eleitoral que será usado para se autolegitimar aos olhos da comunidade internacional”

Ramos-Horta
“Público”

“O PS foi oposição passiva ao PSD e a Cavaco Silva sempre que se tratou de rua ou das massas”

Victor Cunha Rego
“Diário de Notícias”

“Esta atitude demonstra uma arrogância que é resultado da insegurança que o PS sente, face ao descontentamento das populações”

(sobre a hipótese de eleições antecipadas)

Francisco Lopes
“Público”

“Jardim fez a síntese, na Madeira, do futebol com a política (...). As coisas atingiram níveis únicos de promiscuidade”

Domingos Lopes
“O Jogo”

“Vale tudo para promover o encaixe de dinheiro, para reduzir a dívida pública, mesmo o recurso à venda do património e de alavancas essenciais para o desenvolvimento do país”

Francisco Lopes
“Diário de Notícias”

“É preciso dizer em voz alta o que todos sabem: o desemprego gera capital”

Victor Cunha Rego
“Diário de Notícias”



Festas do Ambiente/97

A Tapada das Necessidades, em Lisboa, enche-se hoje de crianças que estão a participar, desde anteontem, nas múltiplas *Eco Diversões* programadas no âmbito do Dia Mundial do Ambiente, que hoje se assinala, e da Festa de Encerramento do Programa Lisboa Limpa tem Outra Pinta. Estas iniciativas no Dia Mundial do Ambiente são da responsabilidade dos Pelouros de Ambiente e Espaços Verdes e de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, ambos da

responsabilidade do vereador Rui Godinho, que pessoalmente assistiu à cerimónia de entrega de prémios aos trabalhos seleccionados no âmbito do Programa Lisboa Limpa tem Outra Pinta. Este é o quarto ano consecutivo que a Câmara Municipal de Lisboa leva a todas as escolas primárias da capital este Programa da responsabilidade do Pelouro de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos, e que tem em vista «contribuir para a formação de uma nova consciência

ecológica dos mais jovens e sedimentar comportamentos de cidadania em matéria de preservação do ambiente e da qualidade de vida urbana». Este programa de iniciativas da Câmara Municipal de Lisboa assinalando o Dia Mundial do Ambiente decorreu entre os dias 3 e 5 de Junho com *ateliers*, ambígios, histórias ao vivo sobre os hábitos ambientais, música, palhaços e uma exposição dos trabalhos realizados nas escolas ao longo do ano lectivo.

Armadores de pesca
«cortam relações»
com governante

Treze associações de armadores de pesca anunciam em conferência de Imprensa o seu «corte de relações» com o Secretário de

Estado das Pescas, Marcelo Vasconcelos, a quem acusam de parecer estar «mais interessado em defender a frota espanhola do que

em proteger os interesses nacionais». O que está em causa é uma Portaria, que entrou em vigor no passado sábado «sem con-

hecimento prévio dos armadores», proibindo a pesca entre as 18 horas de sábado e as 18 horas de domingo em nome da defesa dos recursos naturais. «Nós apoiamos a defesa dos recursos», afirma o presidente da Associação dos Armadores de Pesca Industrial (ADAPI), Pedro França, «mas não podemos aceitar que, em nome do ambiente, se proibam os pescadores portugueses de pescar fora das 12 milhas da costa portuguesa e se autorizem as embarcações espanholas a operar nas mesmas águas». Sentindo-se grosseiramente discriminados no modo como o Secretário de Estado das Pescas tem conduzido este processo, os armadores apelam agora directamente ao «bom senso» do Primeiro-Ministro para «evitar um conflito mais grave».



Greve geral na África do Sul

Centenas de milhares de trabalhadores sul-africanos cumpriram uma greve de 24 horas, na segunda-feira, contra as condições básicas da nova proposta da Lei de Emprego. A greve foi convocada pela Confederação dos Sindicatos de Trabalhadores Sul-Africanos (COSATU) e contou com o apoio de diversas organizações, nomeadamente do Partido Comunista.

A COSATU exige a introdução de uma provisão legal para um limite de 40 horas de trabalho semanais, licença paga de maternidade por seis meses e que a idade mínima de emprego passe a ser 18 anos. A proposta do

patronato prevê 45 horas de trabalho semanal e quatro meses de licença de maternidade, sem qualquer tipo de ajuda financeira. Proíbe ainda o trabalho a menores de 16 anos e qualquer trabalho «fisicamente perigoso» a menores de 18 anos.

«O actual conflito só poderá ser resolvido, se as exigências (da confederação) forem negociadas como um pacote no seu todo», declarou Sam Shilowa, secretário-geral da COSATU, acrescentando que se «o empresário não responder daqui a 14 dias a COSATU organizará uma nova greve».

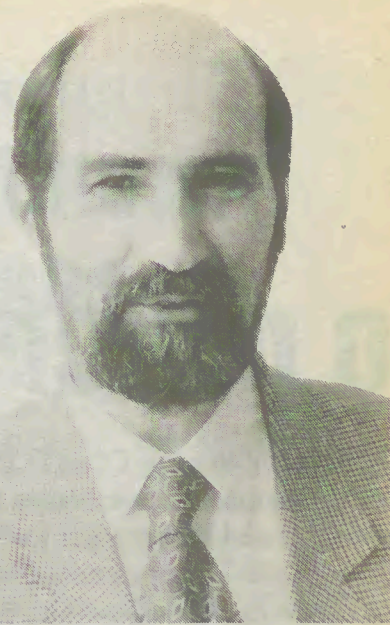
Realizaram-se diversas manifestações por todo o país. Em Joanesburgo juntaram-se cerca de 30 mil pessoas e em Pretória mais de cinco mil. Na Cidade do Cabo a greve foi concretizada por 70 por cento dos trabalhadores, enquanto no KwaZulu-Natal a adesão atingiu os 80 por cento.

A central sindical denuncia também o abandono do Programa de Reconstrução e Desenvolvimento, destinado a reequilibrar as injustiças herdadas do *apartheid*, a favor de uma «estratégia de crescimento, emprego e redistribuição».

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lino de Carvalho sobre a Delimitação de Sectores, hoje, em debate

Entregar aos capitalistas o melhor do património



O Governo leva hoje ao Parlamento mais uma peça inserida na sua estratégia de privatização da economia. Trata-se de uma proposta de lei de delimitação de sectores, visando, nos seus objectivos, em síntese, a entrega dos sectores rentáveis da economia aos grandes grupos capitalistas. Num quadro em que são estes os únicos beneficiários e do qual resultam simultaneamente elevados custos para o País, tal operação, expoente da sua fúria privatizadora, vem revelar com singela clareza até que ponto chegou o enfeudamento do PS às teses económicas neoliberais. Desta realidade nos fala o deputado comunista Lino de Carvalho, em entrevista ao "Avante!", concedida nas vésperas do debate, e no decorrer da qual, entre outros temas, vieram a lume as ilusões e o logro que se escondem por trás das campanhas publicitárias que anunciam os processos de privatizações

Como caracteriza, em traços sumários, a presente proposta de lei de delimitação dos sectores?

O traço mais significativo, no plano político, desta proposta de lei do Governo do PS é o de concretizar, ao nível da delimitação de sectores, as orientações económicas neoliberais e a fúria privatizadora do Partido Socialista.

É verdade que a actual Lei de Delimitação de Sectores - a Lei nº 46/77 de 8 de Julho de 1977 - após as alterações introduzidas em 1988, 1991 e 1993 e face à política de privatizações do PSD e do PS é, hoje, um diploma cheio de "buracos" feitos para permitir a progressiva liquidação e entrega do sector público de economia aos interesses privados.

Mas, em todo o caso, a Lei em vigor é ainda um instrumento de travagem ao avanço do processo de privatizações - directas ou por concessão - em sectores como a água, o saneamento básico, as comunicações por via postal, as actividades de telecomunicações (com excepção dos serviços complementares e de valor acrescentado), os transportes ferroviários ou a exploração de portos marítimos.

É fácil de perceber que são sectores estratégicos para o País e de alta relevância social.

O Governo do PS revela-se assim um fiel seguidor das pisadas do PSD...

Mais. Confirmando o que ainda recentemente era assinalado por um conhecido e cosmopolita analista insuspeito de ideias comunistas ou aparentadas, consegue agora ir mais longe do que todas as anteriores políticas de direita.

Com a proposta de lei que agora apresenta à Assembleia da República, o Governo do PS abre aos grandes interesses particulares e privados todos aqueles sectores e actividades, seja através da possibilidade de transferência da propriedade pública seja através da figura da concessão.

Em que planos está a desenvolver-se esta ofensiva?

Neste terreno o PS conduz uma ofensiva em três frentes: na revisão constitucional onde, com o PSD, tem vindo a liderar propostas de descaracterização e enfraquecimento dos comandos e garantias constitucionais quanto ao sector público da economia; na revogação da actual lei de delimitação dos sectores e no gigantesco programa de privatizações que está em curso.

Mas a verdade é que o PS procura fazer passar a ideia de que esta política serve os interesses nacionais e visa criar emprego.

Ao contrário do que o Governo e o PS pretendem fazer crer, esta orientação, inscrita numa lógica do mais puro capitalismo, não se destina nem a dar mais eficiência à economia nem, por esta via, a criar emprego.

Pelo contrário. Como provam as privatizações realizadas, e apesar da propositadamente péssima gestão a que têm sido submetidas as empresas públi-

cas, as privatizações não se traduziram nem em mais eficiência nem em mais emprego.

Basta pensar no sector rodoviário e na supressão de inúmeras carreiras o que tem contribuído para um maior isolamento das populações na actividade siderúrgica ou de construção e reparação naval ou no grande número de despedimentos, rescisões de contratos ou pré-reformas a que as privatizações têm dado lugar.

Podemos então concluir que os beneficiários directos e exclusivos desta política são os grandes grupos capitalistas?

O que está em curso é um processo visando entregar aos grupos económicos privados todos os sectores rentáveis da economia ou que o Estado previamente reestrutura, saneia e põe em condições de serem rentáveis (veja-se o caso da EDP, da CP, da TAP ou da EPAC) e alargar igualmente ao controlo privado serviços públicos essenciais.

Entretanto, com tais operações o Governo do PS embolsa centenas de milhões de contos (só para o biénio 98-99 está previsto um encaixe anual na ordem dos 400 milhões de contos) com o único objectivo de cumprir os critérios de Maastricht.

Nesta matéria, o PS, no que se refere ainda à proposta de lei em discussão, nem sequer salvaguarda o que era anteriormente um princípio das teorias sociais-democratas: a exigência de nos sectores estratégicos a liberalizar haver, pelo menos, uma obrigação constitucional e legal de, aí, existir sempre um operador público que salvaguardasse o interesse nacional e a função social. Nem sequer isso.

No entanto, o comum dos cidadãos, aparentemente, não se dá conta desta realidade. Fica-se até com a ideia de que ganha terreno e aderentes uma espécie de onda pelo chamado "capitalismo popular"...

As gigantescas campanhas publicitárias que têm rodeado os processos de privatizações (e que o Governo não quer dizer quanto custam) provocam naturalmente ilusões em muitas pessoas, incluindo muitos trabalhadores. O que se passa com a EDP é o exemplo mais recente e mais gritante. Mas, como tem acontecido noutras ocasiões, as ilusões correm o risco de se estilhaçarem atingindo não os grandes mas os pequenos investidores. Como é sabido, estas operações de "capitalismo popular" acabam sempre por, no final da linha, se traduzirem sim no reforço dos grupos financeiros, grandes investidores, e do seu controlo sobre as empresas a privatizar. Os pequenos investidores que vendem as suas acções após o período de indisponibilidade (e até eventualmente com alguma mais valia imediata) ou, face a quedas nas cotações bolsistas que não controlam, entregam-se rapidamente nas mãos dos corretores e grupos financeiros.

E quem são estes grupos financeiros?

Curiosamente, e contrariando certas teorias, da formação de novos grupos

económicos nacionais, grande parte dos grupos nacionais são os grupos tradicionais ou então são testas de ferro de multinacionais. Na banca, por exemplo, e à excepção de Jardim Gonçalves, os grupos económicos que tomaram conta do sector financeiro são bem conhecidos: Champalimaud, Mello e Espírito Santo. E no sector industrial quem já se esqueceu do sector cervejeiro como a Unicer, por exemplo, a cair em «complexas» mãos colombianas?!

Deste processo de privatizações decorrem ainda, aliás, outros custos para o País, para os quais o PCP tem vindo a chamar a atenção...

Sem dúvida. Com efeito, o Governo nunca fala nos custos das privatizações - e são muitos: custos para o País que deixa de ter intervenção em sectores e actividades estrategicamente importantes e quantas vezes deixa de receber os impostos, os custos da recuperação e saneamento das empresas para depois serem entregues aos grupos privados; custos para os trabalhadores que se vêem confrontados com a mudança do estatuto das empresas, com despedimentos e redução das garantias de estabilidade e conquistas sociais que tinham alcançado.

É tudo isto, no fundo que está em debate na Proposta de Lei que o Governo do PS enviou à Assembleia da República que em vez de se chamar, hipocritamente, proposta que "limita o acesso da iniciativa económica privada a determinadas actividades económicas" se deveria chamar, com mais propriedade, "impede o Estado e o sector público da economia de exercerem actividades económicas".

Finanças locais

Baixaram à comissão, para debate na especialidade, os três projectos de lei da autoria do PCP, PSD e PP sobre o Financiamento das Autarquias Locais. Em votação na generalidade, após debate em plenário, fez ontem oito dias, os diplomas passaram com os votos favoráveis dos partidos da oposição. O PS, que se desmultiplicou em críticas aos projectos, chantageando a despropósito com a ameaça de eleições antecipadas, acabou no momento da votação por não meter tudo no mesmo saco e adoptar condutas diferentes: absteve-se na iniciativa legislativa dos comunistas, votando contra os diplomas subscritos pelos partidos de direita.

Com esta posição, diversamente do que o próprio ministro João Cravinho anunciara nesse mesmo dia em conferência de imprensa, antes do debate - "nem o PSD, nem o PP, nem o PCP apresentaram qualquer projecto coerente e significativo sobre transferência de atribuições e competências", proclamou -, a verdade é que a bancada socialista acabou por reconhecer validade e mérito no articulado do projecto comunista, não escondendo que das três propostas em debate era a que, em sua opinião, "está melhor construída e com maior fidedignidade face à realidade do poder autárquico".

Recorde-se que o PS não apresentou qualquer projecto, porquanto, invocou, o Governo manifestou intenção de legislar sobre a matéria. A sua proposta foi divulgada nesse mesmo dia, estando o debate previsto no Parlamento para 9 de Julho próximo.

Desta forma, o PS ganha algum tempo, pelo menos até ao dia do agendamento da proposta do governo, podendo eventualmente desenvolver-se uma aproximação às propostas preconizadas pelo Grupo comunista, cujo diploma defende a recuperação dos mon-

Distribuir mais e melhor

tantes subtraídos às autarquias em anos anteriores, devido à base de incidência do Fundo de Equilíbrio Financeiro, contestada desde os tempos da governação do PSD.

Fortes críticas ao PSD - de quem partiu a iniciativa deste agendamento - marcaram entretanto o debate, após a intervenção do deputado Ferreira do Amaral, que defendeu o projecto de lei do seu partido visando o reforço da dotação financeira para as autarquias. Proveniente de todos os restantes quadrantes parlamentares, esta reacção permitiu recordar à bancada do PSD que coube aos governos de Cavaco Silva a responsabilidade pelos sucessivos incumprimentos da Lei das Finanças Locais.

Luis Sá, em nome da bancada comunista, assinalou mesmo que o PSD deveria ter optado por uma "declaração de arrependimento", alertando para o facto de a Lei das Finanças Locais ser "suficientemente importante para ser algo mais do que uma chicana política", pelo que, apelou, deveria ser objecto de "rigor e seriedade" no debate político.

O deputado do PCP não deixou, no entanto, de lembrar que as promessas eleitorais do PS não foram até agora cumpridas, levando-o, nesta medida, a responsabilizar socialistas e social-democratas pela actual situação.

A posição do Grupo comunista nesta matéria ficou de resto claramente expressa por Luis Sá quando considerou que a questão essencial passa pela aprovação de "uma lei justa, e, sobretudo, uma lei para cumprir". Por outras palavras - e este é o objectivo central do diploma do PCP - , trata-se de aprovar uma lei que "rompa decisivamente com a actual desproporção na partilha de recursos do Estado e que se traduza num reforço significativo e substancial dos meios financeiros postos à disposição do Poder Local".

Nesse sentido, para a formação comunista, o que importa é que a definição do regime financeiro assente, por um lado, num Fundo de Equilíbrio Financeiro "que mantenha e reforce o seu carácter redistributivo", garantindo, por outro lado, uma "participação mais alargada na partilha dos impostos nacionais".

A afectação aos municípios das verbas que reponham um nível de meios financeiros correspondente ao que teria resultado da aplicação da lei em vigor, devolvendo-lhes por conseguinte a capacidade financeira perdida pelos sucessivos incumprimentos da lei em vigor, constitui outra das propostas preconizadas no diploma do PCP, que defende, simultaneamente, a adopção de um "novo critério de variação do FEF" (introdução de nova componente na fórmula de cálculo e substituição da base de previsão pelas cobranças efectivamente cobradas), capaz de assegurar "maior equidade na participação das receitas públicas".

Advogada pelo Grupo Parlamentar do PCP, como sublinhou Luis Sá, é ainda a adopção de "critérios simplificados, mais claros e transparentes para a distribuição do FEF", bem como, noutra plano, "o reforço da capacidade financeira das freguesias", com vista à sua autonomia, não apenas pelo "aumento substancial dos recursos postos à sua disposição", como também por via da "autonomização plena dos mecanismos de transferência", que, segundo a proposta do PCP, passam a "ficar directamente dependentes do Orçamento do Estado".

Fundamental, na opinião de Luis Sá, é ainda a consagração de disposições que impeçam a transferência de novos encargos para as autarquias sem que seja reforçada a correspondente capacidade financeira.

Comissão Política do PCP

Privatizações subordinam o poder político ao poder económico

A Comissão Política do CC do PCP reuniu na passada segunda-feira, tendo apreciado os recentes desenvolvimentos da situação política e social, em particular a ofensiva contra o sector público que o governo PS está a levar a cabo. No mesmo dia, para divulgação das conclusões resultantes da reunião, realizou-se uma conferência de imprensa, onde Francisco Lopes, membro do Secretariado e da Comissão Política, proferiu a seguinte declaração:

1 O Governo do PS, confrontado com dificuldades crescentes na aplicação de uma política contra os interesses nacionais e os direitos dos trabalhadores e do povo português, procura com um misto de «bluff» e chantagem em torno das finanças locais, fugir à discussão dos grandes problemas do país, do desemprego, do trabalho precário, da situação do aparelho produtivo do escandaloso processo de privatizações e camuflar o desencanto e o descontentamento que a sua política está a provocar.

Demonstrando um evidente autismo, o Governo do PS em vez de extrair as lições decorrentes dos resultados da aplicação de uma política a que é preciso pôr fim, demonstra sinais crescentes de arrogância em que a operação da lei das finanças locais se insere.

A Comissão Política do PCP chama a atenção que este encenado conflito entre o PS e o PSD pretende também esconder a convergência de fundo destes dois partidos nas opções da mesma política e no objectivo comum de fazer esquecer posições recentes.

O PSD procura fazer esquecer que quando no governo não cumpriu a lei das finanças locais, esbulhando as autarquias de centenas de milhões de contos.

O PS procura fazer esquecer que quando na oposição, prometeu duplicar as receitas do FEF para as autarquias locais, compromisso a que agora procura fugir.

O PCP intervém nesta questão na base da seriedade e do rigor e condena que outros recorram a ela com o propósito de chicana política ou de impor encargos inoportunos sem recursos, num processo de que o poder local sairia enfraquecido.

O PCP reafirma a exigência de cumprimento da lei das finanças locais e a importância do seu projecto de reforço dos meios das autarquias, que é essencial para a resolução dos problemas das populações.

Ao PS, impõe-se dizer-lhe ainda que assuma as suas responsabilidades e cumpra as promessas eleitorais que fez. Pela sua parte, o PCP não aceita nem teme chantagens quaisquer que elas sejam.

2 A Comissão Política do PCP chama a atenção para o significado particularmente grave e qualitativamente novo que assume neste momento a ofensiva privatizadora do governo PS que, na continuação da política do PSD, está a conduzir à reconstituição do capitalismo monopolista e à subordinação da economia nacional aos interesses das multinacionais, com profundas consequências para o presente e o futuro de Portugal.

Trata-se de eliminar o sector empresarial do Estado que resultou das nacio-

nalizações e paralelamente de privatizar sectores até agora integrantes da Administração Pública Central e da Administração Local, pondo em causa funções sociais do Estado e atingindo áreas ligadas às próprias Forças Armadas.

A este processo ditado pelas opções de fundo do PS, está associado o objectivo da entrada na moeda única. Vale tudo para promover o encaixe de dinheiro, para reduzir a dívida pública, mesmo o recurso à venda do património e de alavancas essenciais para o desenvolvimento do país.

Estamos numa fase crucial com o PS no governo a procurar de alguma forma completar a ofensiva que iniciou em 1976/77.

Durante o ano de 1996, no âmbito da intervenção do Governo PS, foram privatizadas importantes empresas.

Para 1997 o governo anunciou e tem em marcha, além da «venda» da Setenave ao grupo Mello no âmbito do negócio da Lisnave, um pacote de empresas de grande importância. Decidiu para 16 de Junho a privatização de 30% a 49% da EDP, prevê para Outubro/Novembro a 3ª fase da privatização da Portugal Telecom (com a redução do capital do Estado de 51% para 26%) e fala ainda na possibilidade de privatizações na Transgás, na Quimigal, na Portucel Industrial, no BFE (os 3,5% do capital do Estado que restam), na Brisa (cerca de 30% do capital), na Petrogal (30% a 35% do capital em negociações com a Saudy Aramco). Paralelamente prossegue a preparação e andamento de acções privatizadoras em sectores da Administração Pública Central em áreas da responsabilidade da Administração Local como as águas e o saneamento e na área dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas.

Do plano de privatizações anunciado pelo governo até 1999 constam ainda muitas outras empresas e sectores.

Entretanto, o PS procura consagrar as suas opções no plano constitucional e legislativo. No acordo de revisão constitucional que estabeleceu com o PSD aponta para a eliminação do sector público da Constituição da República, propósitos que está a concretizar com novos entendimentos na Comissão de Revisão Constitucional.

Ao mesmo tempo o governo PS aprovou uma proposta de revogação da lei de delimitação dos sectores que liquida na prática a possibilidade de qualquer sector reservado ao Estado, proposta cuja discussão está agendada para dia 5 de Junho na Assembleia da República. Independentemente da sua importância estratégica e da sua relevância social tudo é aberto ao grande capital, tudo é submetido à lógica do lucro e novos passos são dados na privatização de operadores públicos existentes.

Deixa de haver a limitação a 49% do capital privado nas empresas que garantem o serviço público das telecomunicações, abrindo o caminho para o seu domínio pelo capital estrangeiro.

O serviço de Correios é aberto e mesmo a parte considerada como serviço público pode ser concessionado a privados, perspectivando uma real degradação e encarecimento dos serviços postais.

As indústrias de defesa, incluindo a indústria do armamento são também abertas ao capital privado.

O governo PS procura justificar este caminho com falsos argumentos e campanhas de propaganda, quando na verdade está a delapidar o património do país, entregando-o ao grande capital, às multinacionais.

O governo diz que as privatizações favorecem o país. No entanto, a verdade é outra. As privatizações traduzem-se no domínio do poder político pelo poder económico e em ameaças à

O governo fala nas vantagens da disseminação do capital, na passagem de clientes a accionistas. No entanto a verdade é outra.

Em documento de balanço realizado em 1996, constata-se que 99% dos accionistas dispõem de menos de 1% do capital social das empresas privatizadas.

Particularmente significativo é o processo de privatização da EDP. Tratando-se de uma empresa estratégica, lucrativa, subavaliada no seu valor, objecto de uma campanha de propaganda nunca vista, não espanta que um número significativo de pessoas se tenha inscrito para a compra de acções.

A Comissão Política do PCP salienta que tal facto não significa a prazo uma disseminação do capital como todas as experiências demonstram, perspectivando-se o seu evidente domínio por grandes grupos, pelo capital estrangeiro. Se dúvidas houvesse, o interesse de empresas de electricidade alemãs e

na Portucel e de 3300 na Siderurgia Nacional.

O governo diz que os portugueses ficarão a ganhar. No entanto, a verdade é outra. As privatizações com a subordinação do desenvolvimento do país e de serviços essenciais ao critério do lucro, com o abandono do que não dá lucro a ser suportado pelo Orçamento do Estado, com a degradação e o encarecimento de serviços, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, prejudicam o desenvolvimento económico e social do país.

Na Inglaterra, as privatizações conduziram ao aumento brutal das tarifas, à redução dos padrões de qualidade do serviço e à redução das despesas, dessas empresas em investigação e desenvolvimento. Em particular a privatização da electricidade levou ao aumento das tarifas em 40%, à desigualdade de tratamento dos consumidores, ao fim da tarifa única, a menos piquetes de assistência e emergência, à redução de facto da obrigação de «ligação». As privatizações têm significado e significam em Portugal e em outros países: eliminação de carreiras rodoviárias; chamadas telefónicas mais caras; aumento dos custos dos serviços postais; eliminação de postos de correio; fim da distribuição diária e ao domicílio do correio em zonas com menos habitantes; manutenção de elevadas e injustificadas tarifas de electricidade nos consumidores domésticos; aumento das tarifas da água; redução dos piquetes de emergência e assistência.

A prova está feita, passada a propaganda, com as privatizações perdem os trabalhadores e a população, perde o país e ganham, de facto, os grandes grupos económicos.

O desenvolvimento do país não se consegue com a economia e a vida nacional submetida, como no passado, aos interesses de um grupo reduzido de grandes grupos económicos associados e dominados pelas multinacionais.

Um elevado número de portugueses interroga-se cada vez mais sobre as consequências deste caminho para o país.

É necessário interromper este processo.

O PCP acompanha a crescente preocupação dos portugueses com esta grave orientação e solidariza-se com a luta dos trabalhadores e da população.

O PCP aponta outro caminho.

O PCP defende uma economia mista, com a articulação dos vários sectores económicos, em que o sector privado e o sector cooperativo têm um importante papel e em que no quadro da internacionalização dos processos produtivos se aproveitem e potencializem as possibilidades de cooperação.

O PCP considera simultaneamente que o desenvolvimento de Portugal, a elevação da qualidade de vida dos portugueses, uma política de emprego e de garantia dos direitos dos trabalhadores, a qualidade e acessibilidade dos serviços públicos, uma democracia económica, política, social e cultural, a soberania nacional só são possíveis com um forte e eficaz sector público.



Em apenas três anos, só a EDP e a Telecom deram ao Estado, entre lucros e impostos, mais de 540 milhões de contos, disse Francisco Lopes

soberania e à independência nacional, com importantes centros de decisão cada vez mais transferidos para o exterior.

O governo diz que as privatizações contribuem para a redução da dívida pública libertando verbas para as despesas sociais. No entanto, a verdade é outra. Só a EDP e a Portugal Telecom nos últimos três anos deram em conjunto 306 milhões de contos de lucro e pagaram ao Estado mais 240 milhões de contos de impostos (que muitas empresas privadas não pagam). Entre lucros e impostos são mais de 540 milhões de contos só em três anos, possibilidades de receitas que, com as privatizações, o Governo abandona a troco do encaixe imediato de verbas que nem de perto compensam os recursos perdidos.

Há empresas subavaliadas, vendidas por menos de metade do que realmente valem, beneficiando grandes grupos económicos em centenas de milhões de contos.

Há milhões de contos gastos em propaganda e em outros aspectos das operações de privatização: só na operação da segunda fase da privatização da Portugal Telecom foram gastos 4,2 milhões de contos e na propaganda da privatização da EDP está a ser gasto cerca de um milhão de contos.

espanholas e a inscrição de pequenos subscritores para adquirir acções a favor dos bancos, práticas à qual o Ministério das Finanças se associou com a inqualificável divulgação da propaganda de um banco (BCI), aí estão a comprová-lo.

A Comissão Política do PC, chama a atenção que a febre em torno da bolsa na expectativa de ganhos imediatos, como já aconteceu no passado, se assemelha a uma «dona branca» que, quando os interesses que comandam a bolsa entenderem, pode levar a graves prejuízos para os pequenos subscritores.

O governo PS diz que os trabalhadores serão beneficiados. No entanto, a verdade é outra, e está à vista de toda a gente com o encerramento de empresas, a liquidação e muitos milhares de postos de trabalho, a precarização dos vínculos laborais, o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, o agravamento da exploração. Na EDP foram reduzidos os postos de trabalho de 23000 para 15000 e é anunciada a redução de mais 5000 que seraficamente o presidente da administração vem dizer serem «apenas» 2500, entretanto passou a haver milhares de trabalhadores a recibo verde. Entre muitos outros exemplos destacam-se também: a redução de 7000 postos de trabalho em apenas oito bancos; de 4800

LISBOA Não ao alargamento da NATO

A propósito da Cimeira Ministerial dos países membros da NATO que se teve início no passado dia 29 de Maio, em Sintra, para alargamento da sua estrutura para Leste, a Direcção da Organização Regional de Lisboa do PCP, em tomada de posição pública, considera que uma tal decisão afecta a segurança e a paz na Europa e no Mundo.

Ao longo de três décadas, diz a DORL, a existência da NATO tinha fundamento no chamado perigo soviético. Com o fim da URSS essa justificação perdeu sentido, abrindo-se a possibilidade à Europa e ao mundo de dissolução dos blocos político-militares e de encaminhamento para um sistema de segurança colectivo por todos os países europeus e para toda a Europa.

No entanto, em vez de se dissolver, a NATO pretende dominar a Europa e envolver os países europeus nesta estratégia hegemónica dos EUA que também afecta os interesses de Portugal e dos portugueses, denuncia a DORL, defendendo que é «do interesse de Portugal, da cooperação e da paz na Europa e no mundo que se caminhe para o desarmamento e para a dissolução da NATO e não para o seu alargamento».

COIMBRA Acusações infundadas

As declarações do vereador Alexandre Leitão ao «Diário de Coimbra», acusando o PCP de «manobras de desestabilização», a propósito da greve dos trabalhadores dos Serviços de Higiene da Câmara Municipal de Coimbra, só podem ser entendidas, na opinião da Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP, «num quadro de profundo desrespeito pelas regras democráticas».

«Estamos em 1997» e não nos «tempos de Salazar», em que as lutas dos trabalhadores eram sempre «obra dos comunistas», diz a DORC, afirmando que com as acusações proferidas o vereador Alexandre Leitão procura «desviar a atenção dos problemas reais» e encontrar para eles «bodes expiatórios».

VISEU PCP solidário com luta na CP

Solidarizando-se com a luta dos trabalhadores da CP contra a aplicação do Decreto-Lei nº 7/93 e em defesa dos seus postos de trabalho, a Direcção da Organização Regional de Viseu do PCP afirma que essa é uma luta que simultaneamente defende os interesses dos utentes e da região.

Quando da substituição das automotoras pelo transporte rodoviário, o PCP havia já alertado a população para a política que o Governo e a gerência da CP estavam a aplicar. Primeiro, foi a concessão ao sector privado da exploração do percurso Viseu-Santa Comba; agora, é a intenção de concessionar os percursos Aveiro-Viseu e Viseu-Nelas, medida que a ir por diante afecta tanto os trabalhadores como os utentes. A verdade é que, enquanto hoje se paga um só bilhete de Viseu para qualquer destino que a CP serve, doravante passar-se-á a pagar um bilhete de Viseu a Nelas e outro a partir de Nelas. Uma medida, pois, que triplicaria preços e pioraria os serviços prestados.

Em cada dia que passa o PS trai a confiança dos portugueses que lhe deram o seu voto, diz o PCP apelando à solidariedade dos viseenses para com os trabalhadores da CP e à unidade em defesa dos seus direitos.

TERCEIRA Agrava-se problema da habitação

O Secretariado do PCP-Terceira, em nota informativa, depois de se regozijar com o acolhimento que a sua sugestão de aproveitamento da Quinta do Caracol como infra-estrutura hoteleira do Inatel teve por parte da Câmara de Angra do Heroísmo, defendeu rapidez nas negociações entre esse organismo e a edilidade e chamou a atenção para a falta de leis ambientais, na Região dos Açores, enquadradas pelas várias directivas comunitárias.

Também o agravamento do problema da habitação no concelho de Angra do Heroísmo é fruto da análise do Secretariado do PCP/Terceira, que estranha que só agora o Presidente da Câmara tenha dado por ele. E, referindo um estudo feito no início do ano, os comunistas afirmam que são quase 500 e não 118 - como diz a Câmara - as famílias que vivem em barracas ou em casas degradadas.

Na sua análise, os comunistas tecem ainda críticas ao processo de saneamento básico em curso e à quase paralisia da Inspeção Regional de Trabalho por falta de inspectores.

Encontro de emigrantes Actos do Governo continuam distantes das promessas

Realizou-se recentemente, em Neuchâtel, na Suíça, o Encontro de Coordenação das Organizações do PCP na emigração portuguesa na Europa. No Encontro, que analisou o processo eleitoral e os resultados eleitorais para o Conselho das Comunidades Portuguesas - CCP, abordaram-se os principais problemas com que os emigrantes portugueses se confrontam.

As eleições para o CCP, segundo o Encontro, tiveram um significado político positivo, não só por formalizarem a reconstituição de um órgão directamente representativo das comunidades emigrantes, como pelo elevado número de listas participantes e os bons resultados obtidos em vários países pelas listas unitárias, que integravam comunistas e candidatos de outras sensibilidades políticas.

Alvo de firme condenação foram as manobras de «gente ligada ao PSD e PS, no sentido de procurar desvalorizar e desacreditar as eleições», o que, na opinião dos comunistas, só é explicável «por uma visão partidária estreita» e por os resultados «não terem agradado a esses partidos».

O Encontro salientou a necessidade de - sem afectar a entrada em funcionamento do Conselho -, serem introduzidas correcções significativas na sua futura estrutura e processo eleitoral, de forma a reforçar a democraticidade e eliminar os traços negativos que caracterizaram as recentes eleições.

E, enumerando alguns desses traços negativos, o Encontro referiu a concentração de funções contraditórias na Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas; a correcção de distorções na distribuição de mandatos por países, tendo em conta o número real dos inscritos nos consulados; uma maior intervenção e valorização das comissões eleitorais no acompanhamento do processo eleitoral; o estabeleci-

mento de regras que, sem excluir a participação dos funcionários consulares neste órgão, dêem maior garantia de isenção por parte dos consulados e embaixadas; a correcção dos cadernos eleitorais, de forma a eliminar duplas inscrições e a garantir o direito de voto aos emigrantes que comprovadamente estão inscritos nos cadernos eleitorais.

No Encontro - que defendeu a realização de uma reunião plenária do Conselho antes da discussão do Orçamento de Estado, de forma a poder pronunciar-se sobre a política de emigração e os meios que o Governo prevê atribuir-lhe -, foram ainda analisados os principais problemas com que os emigrantes portugueses estão confrontados nos países de residência: desemprego, trabalho precário, ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e contra o sistema público de segurança social.

A este propósito, o Encontro defendeu, como linha de orientação para os emigrantes comunistas, o estímulo à participação

dos emigrantes portugueses nas lutas sociais e na vida cívica dos países onde vivem e ainda no combate pelo alargamento dos seus direitos e contra o racismo e xenofobia.

Depois de renovar a exigência de que as estruturas representativas dos emigrantes originários de Portugal e dos outros Estados-membros da União Europeia participem no Forum Migrante ou noutra órgão semelhante, o Encontro debruçou-se sobre a política de emigração do PS em ano e meio de governação.

Continuam por concretizar as tão prometidas e esperadas medidas em benefício dos emigrantes, dizem os comunistas, referindo algumas questões em relação às quais nada foi feito, como sejam a modernização e informatização dos serviços consulares, a revisão do Regulamento consular, as discriminações praticadas em relação aos emigrantes portugueses por parte dos governos dos países onde vivem, as reformas da segurança social ou o ensino do português.

Privatização dos ENVC «Um grave erro para a economia»

O anúncio da abertura dos Estaleiros Navais de Viana do Castelo ao sector privado para venda directa, apanhou de surpresa os órgãos representativos dos trabalhadores, a quem havia sido prometida consulta prévia sobre qualquer decisão, levando-os a solicitar encontros aos deputados eleitos pelo distrito e ao Grupo Parlamentar do PCP.

Na sequência destes contactos, o deputado do PCP, José Calçada, acompanhado de João Duarte, da Direcção da Organização Regional de Viana do

Castelo do PCP, e de Sebastião Lopes, da Comissão Concelhia, encontrou-se com a Comissão de Trabalhadores dos ENVC.

Na opinião da CT - que informou sobre os novos desenvolvimentos da situação -, a privatização representará «um mau passo» para a empresa e prejudicará os cerca de dois mil trabalhadores que a ela estão directa ou indirectamente ligados.

José Calçada garantiu que o Grupo Parlamentar do PCP tudo fará para que os interesses dos trabalhadores e da empresa «se

sobreponham aos possíveis compromissos do Governo com o capital» e, sem excluir iniciativas do PCP sobre a matéria, propôs aos trabalhadores que desafiassem os deputados dos outros partidos a acções conjuntas para evitar «mais um grave erro para a economia do país e da região».

PS e PSD na busca de atenção

Também a queixa-crime instaurada pelo Presidente da

Assembleia Municipal de Viana do Castelo contra o Presidente da Câmara, Defensor Moura, e o vereador socialista, Manuel Ribeiro, por crime de burla e pagamentos indevidos referentes a obras não executadas no Complexo Desportivo Regional da Meadela, mereceu dos comunistas alguns comentários.

Situando os acontecimentos, a DORVIC lembra que a referida obra teve início no mandato de Branco Morais - que escolheu empreiteiro e entidade fiscalizadora da execução -, tendo sido, com o parecer do Tribunal de Contas, suspensa pelo actual Executivo. É também um facto que foram pagos trabalhos que a Comissão de Peritagem reconheceu não terem sido efectuados e que, confrontado pelo PCP com a possibilidade de se confirmar um pagamento indevido de 50 mil contos, o Presidente da Câmara considerou-se política e juridicamente ilibado, por não ter sido ele a assinar o documento, desta forma inculcando o vereador Ribeiro.

Por fim, lembrando a proximidade das eleições, o PCP diz que, com a criação de factos políticos como este, o PSD e o PS querem chamar sobre si a atenção dos eleitores. Enquanto isso, o PCP, «distante deste circo eleitoral», procurará, com confiança no poder judicial, contribuir para que se faça justiça.

Governo faz publicidade enganosa

Na terça-feira passada, a propósito de um alegado pacote financeiro do Governo noticiado pela comunicação social, o Gabinete de Imprensa do PCP divulgou o seguinte comunicado:

«Algumas estações de rádio têm feito, durante o dia de hoje, largo eco de um anunciado pacote financeiro do Governo de 200 milhões de contos, destinado à habitação na Área Metropolitana de Lisboa, e que teria sido objecto de apresentação, ontem, aos eleitos autárquicos, numa reunião com a Secretária

de Estado, Leonor Coutinho. Estas notícias suscitam do PCP o seguinte comentário:

1 - Ao contrário do que foi noticiado, a referida reunião só hoje teve lugar.

2 - Na reunião, não foi dada qualquer informação ou apresentadas quaisquer propostas que fundamentem o conteúdo das notícias veiculadas.

3 - Para além de informações várias, a única matéria com expressão financeira concreta, abordada durante a reunião, cingiu-se ao anúncio de que a com-

participação comunitária nos projectos de renovação urbana inseridos no QCA havia sido alargada de 50 para 65%, o que se traduzirá, na Área Metropolitana de Lisboa, num reforço de apoio financeiro de apenas de um milhão e meio de contos.

4 - Parece, assim, estar-se perante uma nova e lamentável operação de propaganda enganosa, provavelmente orientada para disfarçar as restrições e insuficiências que a proposta de lei de Finanças Locais apresentada pelo Governo traduz.»

COIMBRA Incoerências do PS

«Profunda falta de ética» e «incoerência sem limites» são os epítetos com que a Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP classifica o comportamento do PS em relação ao poder local. A denúncia é feita a propósito da candidatura à Câmara Municipal de Tábua de Ivo Portela a quem, em 1993, a Federação Distrital do PS acusou de *traição e falta de seriedade*, acusações que Fausto Correia diz agora ter esquecido...

Para o PS as autarquias não passam de um instrumento de poder, dizem os comunistas, pedindo a exoneração do Governador Civil de Coimbra por «não ter condições para exercer o cargo», uma vez que - a não serem completamente desmentidas as declarações do Presidente da Junta de Freguesia de Ázere -, ele utiliza-o para «perverter a igualdade de tratamento» por parte dos órgãos do Estado e, como consequência, «adulterar os resultados eleitorais».

ALMADA Um acordo de subordinação

Na reunião que recentemente efectuou, a Comissão Concelhia de Almada do PCP analisou a situação política e social do concelho, concluindo que a política do PS é cada vez mais de subordinação aos interesses do grande capital, como o acordo estabelecido entre o Governo e os Mellos em relação à Lisnave expressa. E, indignada com o conteúdo do acordo, solidariza-se com os trabalhadores da Lisnave nas formas de intervenção que vierem a tomar em defesa dos seus postos de trabalho, dos seus direitos e da empresa.

Depois de analisar também o processo de privatizações em curso, nomeadamente na EDP - lesivo dos interesses dos trabalhadores, da empresa e das populações -, e de criticar o acordo PS/PSD para a revisão da Constituição, a concelhia de Almada salienta o clima de confiança que se vive em toda a organização concelhia do Partido, designadamente no que respeita ao processo de composição das listas, elaboração dos programas eleitorais e programação da Jornada Nacional de Esclarecimento da CDU a realizar em 30 de Maio e 8 de Junho.

MIRANDA DO CORVO Propaganda à custa dos contribuintes

«À boa maneira cavaquista», a Câmara e o Governo PS fazem propaganda eleitoral com o dinheiro dos contribuintes, afirma a Comissão Concelhia de Miranda do Corvo do PCP, em nota à comunicação social, referindo a deslocação ao concelho do secretário de Estado da Administração Educativa para dar uma «ajudinha» eleitoral à Câmara PS de Miranda do Corvo. O anúncio feito de um conjunto de obras, entre as quais do Gimno-Desportivo, levou também os comunistas a recordar a falta de apoio manifestada pelos restantes partidos (incluindo o PS que votou contra) às propostas do PCP de atribuição de verbas no OE para algumas dessas obras.

A inclusão destas obras no Plano de Investimento da Administração Central teria permitido aos mirandenses saber o início e o termo das mesmas, o que agora, só com o anúncio do lançamento do projecto, fica-se sem saber, denuncia ainda a concelhia de Miranda do Corvo do PCP, enunciando as propostas feitas pela bancada comunista na AR para o OE/97.

Quando na oposição, o PS reclamava «transparência» nas obras públicas, agora, que é Governo, faz o mesmo, «utilizando sacos azuis» eleitorais, aos quais chama... contratos-programa», dizem a terminar.

ÉVORA Governo «dá mão» ao PS local

A cidade de Évora - Património da Humanidade - é cada vez mais apetecível para aqueles que, «nada tendo feito, até hoje, para a prestigiar», agora se «chocam e entrechocam» para dela tirar proveitos, denuncia a Direcção da Organização Regional de Évora do PCP.

Alertando para o comportamento dos que criticavam os métodos eleitoralistas do PSD e hoje desenvolvem o mesmo percurso - pondo ao seu serviço como «distribuidoras caritativas» os subsídios de estruturas do Estado como o Governo Civil, o INDESP e a CCRA -, os comunistas consideram que (como se isto não bastasse!) existe agora um corropio de visitas de membros de Governo ao Alentejo, nomeadamente a Évora, para dar «uma mão» aos candidatos autárquicos do PS.

É o caso das visitas da ministra da Saúde, para apresentação do Plano Regional de Saúde do Alentejo que ninguém conhece, e do ministro da Educação para um encontro sobre educação na região do Alentejo. Em relação a esta última iniciativa, por exemplo, basta dizer que a sua organização cabe à Associação Forum Alentejo (albergue de todos os «ex-de todas as partes»), cuja direcção cívica está a cargo do candidato do PS à Câmara Municipal de Évora nas próximas eleições autárquicas. Face a este «despudor eleitoralista», que energeticamente condena, o PCP apela ao povo eborense e alentejano para que não se deixe «iludir» com «falsos profetas» do desenvolvimento para o concelho e a região.

PCP

PROALENTEJO

«Um rol insuficiente de intenções»

Numa primeira avaliação ao «PROALENTEJO - Programa de Desenvolvimento Integrado para o Alentejo», o Organismo Inter-Regional do Alentejo do PCP critica a «metodologia antidemocrática» utilizada na sua elaboração e que marginalizou autarquias e agentes económicos, sociais e culturais da região.

Considerando depois que a existência de estudos, planos e outros instrumentos de planeamento e ordenamento do território e as propostas avançadas pelas autarquias, sindicatos, agentes económicos e, de uma forma mais articulada, pelo Conselho da Região, pelo MARD - Movimento Alentejo pela Regionalização e Desenvolvimento e, no plano partidário, pelo PCP faziam esperar um PDI para o Alentejo financeiramente quantificado e assente em projectos e acções concretas, coerentes e bem articuladas, o OIRA diz que ele não passa afinal de um «rol insuficiente de intenções», que deixa de fora importantes vectores de qualquer política de desenvolvimento.

Foi em nome de um outro Plano mais ambicioso que o

Governo deixou cair o Plano de Emergência para o Alentejo. Mas o que agora apresenta é um conjunto de ideias gerais. O facto, por exemplo, de o Plano não contemplar os recursos mineiros ou as rochas ornamentais é tanto mais grave quanto já foi reconhecido por técnicos qualificados que o Alentejo deve dispor de outras jazidas de cobre, estanho e zinco tão ou mais importantes que as descobertas em Neves Corvo, o que, logo à partida, coloca a necessidade de implementação destas metalurgias.

A verdade, diz o OIRA do PCP, é que algumas questões estratégicas, como o fornecimento de gás por gasoduto, o terminal de carga do Porto de Sines, a ligação ferroviária Sines/Estremadura Espanhola ou os incentivos à implantação

de empresas na região são remetidas para novos estudos ou são simplesmente ignoradas - caso da questão da posse e uso da terra e das barragens.

Quanto ao financiamento, o Programa remete para orçamentos, fundos e dotações que somados são «igual a zero», uma vez que «não há uma só verba concreta apontada», diz o PCP, aproveitando para recordar que dos 10 por cento de fundos inicialmente admitidos para o Alentejo apenas 4% foram de facto e que, dos 25 milhões de contos considerados indispensáveis pelas autarquias para reforçar o Plano Operacional do Alentejo e fazer face aos projectos já apresentados, o Governo decidiu um reforço de apenas 1,6 milhões...

Pseudo-descentralização

Também em relação à anunciada intenção do Governo de descentralizar para as autarquias um conjunto de competências e meios financeiros, o

OIRA tomou posição pública. Começando por lembrar as promessas do PS de duplicar os meios das autarquias, os comunistas dizem que, nestes 20 meses de governação, o Governo tem vindo a gorar as expectativas e a criar um progressivo descontentamento. O anúncio de medidas «não está certamente desligado da aproximação das eleições» e visa, através de uma *operação de marketing*, «branquear a sua actuação até ao momento».

Para os comunistas, das notícias disponíveis, o que se conclui é que, «ao invés de descentralizar e reforçar a capacidade de intervenção», o Governo pretende «transformar as autarquias em meras tesourarias sem capacidade de intervenção política efectiva». Ou seja, o PS parece «querer duplicar os meios financeiros e triplicar ou quadruplicar as respectivas competências, continuando a apertar o garrote financeiro» às autarquias, diz o OIRA do PCP, reafirmando a necessidade de uma efectiva descentralização administrativa e financeira.

Santarém Autárquicas a bom ritmo

A Direcção da Organização Regional de Santarém, nas duas primeiras reuniões que efectuou após a sua recente eleição, analisou, para além dos problemas de direcção e organização, a situação política e social do concelho.

Concretamente sobre o processo de privatização da EDP e o encerramento já em curso de numerosos postos de atendimento ao consumidor e de alguns centros regionais de distribuição, a DORSA alerta para a questão ainda não esclarecida pelo Governo que se prende com os protocolos estabelecidos entre a EDP e as Câmaras Muni-

cipais. «Em que medida está salvaguardado o património que é efectivamente dos municípios e está arrendado à EDP (redes e não só)?», pergunta.

Também a preparação das eleições autárquicas - a decorrer em bom ritmo - foi motivo de apreciação pelos comunistas de Santarém que concluíram verificar-se uma intensificação de contactos e novas adesões ao projecto da CDU, sendo de salientar a divulgação de novos cabeças de lista, designadamente os anúncios recentes das candidaturas da CDU à Presidência das Câmaras Municipais de Almeirim e Salvaterra de Magos.

CAMARADAS FALECIDOS

Alberto Varandas - Faleceu com 62 anos de idade, vítima de doença, o camarada Alberto Varandas. Desempenhou tarefas nas Autarquias e no Sindicato dos Metalúrgicos do Distrito de Santarém. Camarada muito estimado, era militante do Partido desde 1975 e estava organizado no concelho de Benavente. No seu funeral participaram centenas de pessoas, entre as quais autarcas, dirigentes locais e regionais do Partido.

Maria Olívia Frederico Duarte - Faleceu no dia 18 de Maio, com 43 anos, a camarada Maria Olívia Frederico Duarte. Militante do Partido desde 1989, estava organizada na célula das Alfândegas, Função Pública.

António Gomes Mouro - Com 86 anos de idade, faleceu recentemente o camarada António Gomes Mouro. Estava organizado na freguesia de Vialonga.

Vasco Henriques - Faleceu no passado dia 14 de Maio o camarada Vasco Henriques, técnico de contas reformado. Era membro da organização da Freguesia de Falagueira/Venda Nova, Amadora. Muito conhecido e estimado, o seu funeral constituiu uma grande manifestação de pesar.

Isabel Maurício Carvalho da Glória - Com 81 anos de idade, faleceu, no passado dia 9 de Maio, a camarada Isabel Maurício Carvalho da Glória. Ligada ao Partido desde 1947, a camarada estava organizada na Freguesia do Alto do Seixalinho, no Barreiro.

Martinho Fernandes - Com 80 anos de idade, faleceu recentemente o camarada Martinho Fernandes. Estava organizado na freguesia de Vialonga.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Eulália Miranda em comício da Esquerda Unida

Culminando uma marcha pelo emprego, a Esquerda Unida de Espanha promoveu em Carmona, Sevilla, no passado dia 23 de Maio, um comício com a participação do seu Coordenador Geral, Julio Anguita, onde o PCP se fez representar por Eulália Miranda e Diamantino Dias, membros do Comité Central do PCP e do Organismo Inter-Regional do Alentejo.

Na intervenção que proferiu, Eulália Miranda afirmou que a luta contra o desemprego e pelo emprego está, para os comunistas, «na ordem do dia». O desemprego não é uma «inevitabilidade», mas sim o resultado «das políticas europeias neoliberais» e da «ofensiva global do sistema capitalista contra os direitos e conquistas históricas dos trabalhadores.» São essas políticas, disse, as responsáveis pelos 18 milhões de desempregados e mais de 50 milhões de pobres da União Europeia.

Falando de Portugal, a dirigente comunista referiu os cerca de 500 mil desempregados existentes, metade dos quais de longa duração e 60% sem receberem qualquer subsídio. Um terço dos desempregados são jovens à procura do primeiro emprego, disse ainda, mas é sobre as mulheres que recaem as mais graves consequências do desemprego e das políticas sociais executadas. Para além de serem as primeiras a ser despedidas e as últimas a ter emprego, as mulheres representam mais de metade dos desempregados e o seu salário é, em geral, inferior em 1/3 ao dos homens.

Considerando, depois, que esta situação não é inevitável, Eulália Miranda deu o exemplo do Alentejo, região de Portugal de forte concentração latifundiária e com a mais alta taxa de desemprego (18%), onde, segundo dados oficiais, 80% da terra agrícola está nas mãos de 1% dos proprietários. É este sistema latifundiário, absentista e extensivo, com terras abandonadas e improdutivas, o responsável pelo atraso geral da economia de uma região onde a agricultura é determinante para toda a actividade económica, afirmou.

Depois de acusar ainda a política de privatizações e de destruição do sector público como fonte de desemprego, Eulália Miranda, em nome dos comunistas portugueses, rejeitou as políticas e critérios de Maastricht que dominam as políticas europeias e considerou de máxima importância a cooperação entre os Partidos Comunistas e entre estes e todas as forças de esquerda na luta por uma Europa dos direitos sociais e do emprego.

40 horas

Novas acções de luta pela redução do horário de trabalho foram decididas anteontem, no Porto, numa reunião sindical em que participaram dirigentes da federação Têxtil, da USP e da CGTP: «Não nos deixaremos vergar pelo cansaço», sublinhou Carvalho da Silva, na conferência de imprensa em que foram apresentadas as conclusões. Na sequência de um plenário geral de sindicatos têxteis, no dia 30, foram também consideradas insuficientes e injustas as medidas sugeridas na semana passada pela ministra do Emprego e que, para acabar com o trabalho ao sábado, exigiam novos sacrifícios aos trabalhadores e não aplicavam devidamente a Lei 21/96.

Hotelaria

O 7º Congresso da Federação dos Sindicatos da Hotelaria e Turismo de Portugal realiza-se amanhã, em Tróia, no complexo da Torralta. Quase uma centena de delegados do pessoal dos hotéis, restaurantes, abastecedoras de aeronaves, cantinas e refeitórios, pastelarias e cafés, salas de jogo e hospitais privados vão debater os problemas do sector e as respostas das organizações de trabalhadores.

Telecom

Nas eleições para a Comissão de Trabalhadores da Portugal Telecom, que tiveram lugar segunda-feira, a lista unitária obteve uma significativa vitória. Os números, ainda provisórios, conhecidos anteontem à noite, apontavam para que a lista A obtivesse 8 mandatos, enquanto a lista B, apoiada pelo PS e pela gestão, ficaria com os restantes 3 lugares. Nas 53 subCTs, a lista A saiu vitoriosa em 52 (45 destas com maioria absoluta). Com mais de três quartos de votos favoráveis, foi ainda aprovada a adesão da CT às coordenadoras das comissões de trabalhadores dos distritos de Braga, Porto, Lisboa e Setúbal.

SPGL

Com 6350 votos, a lista constituída com base nos actuais corpos gerentes foi eleita para as direcções Central e regionais (Oeste, Santarém, Lisboa e Setúbal) do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa. No triénio 1997-2000 mantêm-se assim Paulo Sucena, como presidente, Óscar Soares, António Avelãs, Helena Gonçalves e Augusto Pascoal como vice-presidentes; António Borges Coelho continua como presidente da Mesa da Assembleia Geral.

TRABALHADORES CGTP em força na jornada da CES Nas ruas de Lisboa e Porto pelo emprego na Europa

Milhares de trabalhadores participaram nas duas manifestações que a CGTP-IN levou a cabo no dia 28 de Maio, no âmbito da jornada europeia pelo emprego.

A Confederação Europeia de Sindicatos, de que a *Inter* faz parte, decidiu realizar esta iniciativa como forma de exigir que, na revisão do Tratado de Maastricht, os governos nacionais e a Comissão Europeia consagrem medidas de resposta ao agravamento do desemprego na UE. «O emprego deve ser considerado uma prioridade política, tanto a nível nacional como europeu», reclama-se no manifesto comum dos sindicatos europeus, que foi entregue pela CGTP na sede da Confederação da Indústria Portuguesa e na residência oficial do primeiro-ministro, e pela UGT no Ministério do Emprego.

No Porto, depois da concentração realizada na Praça da Liberdade pelas estruturas da CGTP dos distritos do Norte, os trabalhadores desfilaram até ao Governo Civil do Porto onde aprovaram uma moção em que exigem «ao Governo que, no âmbito da revisão do Tratado de Maastricht, se bata pela inclusão de um capítulo sobre emprego e de medidas concretas para a criação de emprego de qualidade», incluindo uma «carta dos direitos sociais fundamentais». No documento exige-se ainda que o novo tratado europeu «seja alvo de um referendo onde todos os portugueses se possam pronunciar».

20 milhões

No final do desfile, Carvalho da Silva considerou necessário «inverter a Europa de Maastricht» e «lutar contra a exclusão de 20 milhões de desempregados». O coordenador da CGTP, citado pela Agência Lusa, afirmou que «este modelo económico, que se dá ao luxo de prescindir do contributo criador de mais de 20 milhões de cidadãos europeus, não serve e coloca em perigo o futuro da própria Europa».

Carvalho da Silva reiterou a «urgência de inverter o triunfo dos interesses económicos e do domínio do económico sobre o político e o social» e defendeu «um compromisso de construção europeia para com o emprego». «Os actuais construtores da Europa sempre desvalorizaram a luta contra o desemprego, a pretexto dos critérios economicistas, levando a restrições orçamentais em cada país membro, reduzindo-se assim as despesas sociais», acusou o sindicalista.

Estes temas foram também tratados pelo coordenador da União dos Sindicatos do Porto, ao intervir na Praça da Liberdade. Vítor Ranita denunciou os que «querem fazer-nos crer que não há alternativas a esta política, mas escamoteiam do debate



Determinação e disposição de luta marcaram as acções da CGTP em Lisboa (foto de cima) e no Porto



público as razões por que a crise afecta quem trabalha, enquanto os grupos financeiros atingem recordes de lucros acumulados».

O dirigente da USP/CGTP reclamou a alteração das políticas e medidas que protejam o emprego e contrariem a permis-

sividade dos despedimentos, exigindo ainda o aumento do investimento público no Norte,

melhores salários e pensões sociais e uma efectiva redução do tempo de trabalho.

Pessoal dos supermercados reclama melhores salários

Para a próxima quinta-feira, dia 12, está convocada uma concentração nacional de sindicalistas representantes dos trabalhadores dos super e hipermercados, como forma de protesto contra o facto de a associação patronal continuar a recusar-se a negociar aumentos salariais. Por este facto, a federação do sector (Fepces/CGTP) convocou a acção para junto da sede da APED, no Campo Grande, seguida de deslocação até à sede do Grupo Jerónimo Martins, que preside à associação dos patrões da distribuição.

Desde segunda-feira, revelou a Fepces, decorre uma campanha de mobilização e esclarecimento dos trabalhadores. Vão também realizar-se iniciativas de sensibilização dos consumidores para os problemas vividos num sector que dá elevados lucros mas onde é generalizada a precariedade de emprego, a par de baixos salários.



Trabalhadores do sector rodoviário da CP, do complexo Vouga-Dão, estiveram em greve na sexta-feira, contra o encerramento daquele serviço, que põe em causa, no imediato, o posto de trabalho de 44 motoristas. Durante a greve tiveram lugar concentrações em Viseu (na foto) e Aveiro. A direcção regional de Viseu do PCP solidarizou-se com a luta dos trabalhadores, salientando que estes «estão também a defender os interesses dos utentes, estão a defender toda a região».

Guardas florestais

Guardas florestais de todo o País vão hoje à tarde à residência oficial do primeiro-ministro exigir a aprovação do diploma que revaloriza a sua carreira profissional e cujo projecto foi negociado entre os sindicatos e o Governo no final de 1996. A Federação da Função Pública, que convocou a concentração, refere obstáculos levantados em diversos ministérios e alerta para eventuais alterações ao texto acordado.

Em defesa do sector empresarial do Estado

Sindicatos e comissões de trabalhadores promovem hoje, a partir das 11 horas, junto da Assembleia da República, uma «tribuna pública» em defesa do sector empresarial do Estado e contra as alterações propostas pelo Governo à lei de delimitação dos sectores económicos, que hoje são discutidas em plenário parlamentar.

De todo o País, centenas de representantes dos trabalhadores concentram-se no Jardim das Francesinhas, junto da AR, onde vão reclamar que seja posto termo à ofensiva privatizadora e que não sejam aceites as alterações legais pretendidas pelo Governo. Com esta acção, pretendem ainda chamar a atenção da opinião pública para as consequências nefastas que as privatizações têm na economia nacional e na qualidade dos serviços prestados pelas empresas aos consumidores. Lutam também pela garantia dos direitos conquistados pelos trabalhadores e pela estabilidade dos postos de trabalho.

As propostas do Governo têm por objectivo ampliar as privatizações a serviços e sectores aos quais, até agora, o acesso do capital privado está limitado ou vedado, como a água e saneamento, os correios, a defesa nacional, o caminho-de-ferro e os portos marítimos.

A par das acções comuns das estruturas representativas de todo o SEE, decorrem acções dos trabalhadores nas várias empresas e sectores. Activistas da EDP vão entregar hoje em São Bento uma carta-aberta ao primeiro-ministro, aprovada recentemente em plenários de trabalhadores. Na CP está convocada uma greve para amanhã. Para dia 19, os mineiros de Aljustrel preparam uma acção em Lisboa.

Também a célula lisboeta do PCP na EDP está a levar a cabo uma acção contra a entrega do sector eléctrico a privados, que passa pela distribuição de um folheto à população e aos trabalhadores e pela afixação de materiais de propaganda em locais estratégicos do distrito.

Sintra

Obras não passam do papel

«O concelho de Sintra merece muito melhor», afirma Lino Paulo, candidato da CDU à presidência do município que, durante uma visita ao concelho, constatou a carências de infra-estruturas básicas e equipamentos.

Na passada semana, o candidato da CDU à Câmara de Sintra, Lino Paulo, efectuou um périplo pelas freguesias de Massamá, Queluz, Casal de Cambra, Rio de Mouro e Cacém com o objectivo de chamar a atenção do Governo e da edilidade local para os graves problemas do concelho, desde as acessibilidades à má qualidade ambiental, passando pela insuficiência de serviços de saúde e de equipamentos escolares.

Lino Paulo esteve na estação de Queluz. Em Massamá o trânsito continua estrangulado devido à ausência do nó da CREL. A situação é ainda mais caótica em Belas, cuja população aguarda, desde a abertura da CREL, a conclusão das obras do respectivo nó.

O candidato da CDU seguiu depois para Massamá, cuja população há muito que exige uma nova esquadra da PSP, já que a existente situa-se perto da Amadora e é claramente ineficaz devido aos fracos recursos

humanos e materiais. Igual similar existe em Casal de Cambra que, situado no extremo do concelho, conta apenas com o apoio da esquadra da GNR de Mira-Sintra. Em consequência, os habitantes queixam-se de ausência de patrulhamento tendo já dirigido um abaixo-assinado à Administração Central reclamando a abertura de um posto na freguesia.

Desporto sem pavilhão

Noutra área, a da educação, eleita pelo Governo e por Edite Estrela como a grande paixão, a situação não é menos desoladora. Entre vários exemplos, Lino Paulo escolheu o da escola C+S de Rio de Mouro. Aqui, em teoria, os estudantes podem seguir a opção de Desporto, contudo a escola não possui um pavilhão gimnodesportivo. Este equipamento foi prometido ainda pelo Governo anterior que chegou a assinar um protocolo para construção de sete pavilhões. Até

hoje o único sinal destes são os cartazes da CDU que exigem o cumprimento da promessa.

A paragem seguinte foi na Quinta Ribeiro de Carvalho, na posse da autarquia há oito anos e desde então votada ao abandono. Para Lino Paulo, este espaço devia ser aproveitado para a construção de um mini-parque urbano.

Já em Aqualva-Cacém, a CDU voltou a colocar um outro cartaz alertando para um enorme buraco que se transformou numa «piscina assassina», onde já morreram três crianças que por ali brincavam. Mais uma vez, Lino Paulo propôs a aquisição do terreno para ser transformado em espaço verde.

Inauguração virtual

A caravana da CDU passou depois pelo Cacém onde os idosos esperam há vários anos um novo centro de saúde. No entanto, com uma verba inscrita no PIDDAC para este ano de 117 mil contos, o novo centro não passa de um buraco de terra, cheio de pedras e lixo. Por isso, a passagem de Lino Paulo foi saudada calorosamente pelos moradores. Eles sabem

que a CDU quando promete faz.

A visita terminou no chamado «Jardim dos Candeeiros». Trata-se de um terreno situado quase em frente do Palácio de Queluz destinado à construção de um parque urbano. Três vezes as obras foram aqui iniciadas, sempre em ano de campanha eleitoral, e interrompidas no primeiro ano de mandato. Edite Estrela chegou



A CDU assinalou com vários painéis os locais onde as obras prometidas continuam por concretizar. Em cima, Lino Paulo com os estudantes da C+S de Rio Mouro. Em baixo, com moradores do Cacém junto ao local onde devia estar construído o centro de saúde

mesmo a efectuar uma inauguração do local depois de ali ter colocado uns candeeiros. O

facto é que as obras continuam por fazer.

Para a CDU, as mediáticas visi-

tas ministeriais deviam passar por estes locais do concelho onde as promessas continuam por cumprir.

Póvoa de Lanhoso

Aterro em debate

Apesar dos boicotes e da falta de energia provocada pelo mau tempo, a CDU da Póvoa de Lanhoso conseguiu realizar na passada sexta-feira uma sessão-debate sobre o Aterro Sanitário Intermunicipal da Serra do Carvalho.

As atribulações começaram com a recusa de instalações primeiro pela Câmara, depois pela direcção do Bombeiros Voluntários. A CDU recorreu então ao Conselho Directivo da Escola Preparatória Gonçalo Sampaio que disponibilizou o salão polivalente.

Há hora marcada, 21.30 horas, cerca de 40 pessoas comparecem no local. Entre os presentes estavam activistas da Associação de Defesa do Ambiente de Terras de Lanhosos e os convidados da CDU que entrevistaram no debate: Pimenta Dias, vereador da CDU na Câmara Municipal de Gondomar; Heloísa Apolónia, deputada do PEV; e Miguel Lopes, presidente da Junta de Freguesia de Riba D'Ave.

Todavia o debate não podia começar devido a uma forte tempestade que provocara um corte de energia. Não só a escola mas toda a Vila estava às escuras. Mais uma vez os organizadores não desistiram.

Meteram mãos à obra e foram descobrir um gerador que forneceu a corrente necessária à iluminação da sala.

Finalmente, a sessão teve o seu início. Vasco Coutinho, coordenador local da CDU, esclareceu que a posição da Coligação não é contrária ao Aterro, lamentando mesmo o atraso dos municípios geridos pelo PS que só agora se mostram preocupados com o problema das lixeiras a céu aberto.

Heloísa Apolónia frisou que um aterro deve ser o fim de uma linha de tratamento dos lixos, pelo que antes é forçoso haver separação e reciclagem dos diferentes resíduos, e só o restante, cerca de 40 por cento, deverá ser depositado e coberto por terra. A deputada verde manifestou grandes dúvidas quanto à localização deste equipamento, alertando para os perigos de contaminação de águas. Criticou igualmente o atraso de Portugal no tratamento de lixos e a forma leviana como o Ministério do Ambiente está a implementar os aterros sanitários. A deputada ouviu os alertas da Associação Ambientalista e comprometeu-se a questionar o Ministério do Ambiente.

Listas às Freguesias

A elaboração das listas CDU às freguesias prossegue a bom ritmo em vários pontos do País. No final, serão milhares os candidatos que sob o lema do «Trabalho honestidade e competência» se apresentarão aos eleitores com as suas propostas, empenhamento e capacidade de realização. À semelhança de edições anteriores (e tendo em conta o espaço limitado que dispomos), damos aqui breve notícia das candidaturas recentemente apresentadas pela CDU a várias freguesias da região de Lisboa.

Oeiras

Apresentado publicamente na passada semana, Mário de Carvalho encabeça a lista à presidência da Junta de Freguesia de Oeiras. O candidato é empregado de escritório, tem 61 anos de idade e é membro da Comissão de Freguesia de Oeiras do PCP. Participou em várias lutas reivindicativas do «Diário de Notícias», onde trabalhou e colaborou em acções clandestinas do PCP. Após o 25 de Abril, colaborou com comissões de trabalhadores e de moradores do bairro da Medrosa e com a cooperativa local de consumo. Integrou durante vários anos os corpos directivos dos Bombeiros Voluntários de Oeiras e, em 1993 foi eleito para a Assembleia de Freguesia de Oeiras, onde exerce as funções de 1º secretário.

Cruz Quebrada/Dafundo

Igualmente no concelho de Oeiras, a CDU deu a conhecer o seu candidato à presidência da Junta de Freguesia da Cruz Quebrada/Dafundo, Mário Alberto Salgado. Com 45 anos de idade, é analista informático e é o actual presidente da Junta. Foi membro do Movimento Juventude Trabalhadora de 1973 a 1975 e da União da Juventude Comunista em 1975, ano em que entra igualmente para o PCP. Foi Membro de várias comissões de trabalhadores, delegado sindical e membro do Congresso do Sindicato dos Trabalhadores de Seguros do Sul e Ilhas. Foi membro de várias direcções da SIMECQ - Sociedade Cruz Quebradense, onde entre outros cargos que ocupou, foi várias vezes responsável administrativo pela escola desta colectividade, de que é ainda vice-presidente financeiro.

Barcarena

Ainda no concelho de Oeiras, a lista da CDU à Freguesia de Barcarena é encabeçada por Carlos Guerreiro Soares, de 53 anos de idade. Empregado bancário, é membro do PCP desde 1974, tendo desenvolvido intensa actividade como dirigente associativo, desportivo e sindical. Foi presidente dos Bombeiros Voluntários de Barcarena, de 1984 a 1994, presidente da Assembleia Geral do Grupo Recreativo «Os Fixes» de Queluz de Baixo, onde pertenceu à comissão de moradores. Entre 1973 e 1981 foi delegado sindical dos bancários e integrando várias comissões de trabalhadores na sua empresa entre 1974 e 1983.

Como autarca foi secretário da Junta de Freguesia de Barcarena, de 1979 a 1982, membro da Assembleia da mesma freguesia, de 1983 a 1985, e presidente da Junta de 1986 a 1987, ano em que assume as funções de vereador da CM de Oeiras.

É actualmente eleito na Assembleia Municipal de Oeiras.

Queluz

Já no concelho de Sintra, a Coligação apresentou Sérgio Soares como primeiro candidato à presidência da Junta de Freguesia de Queluz. Sérgio Soares tem 68 anos de idade, é técnico de informática e foi presidente da Junta de Queluz entre 1987 e 1993. No actual mandato, é presidente da Assembleia de Freguesia de Queluz. É ainda presidente da Associação Humanitária dos Bombeiros de Queluz, e membro da Comissão de Utentes do Hospital Amadora-Sintra.

Carcavelos

Manuel Dias de Almeida, de 62 anos de idade, engenheiro mecânico, é o candidato da Coligação à Junta de Freguesia de Carcavelos. É membro da estrutura local do PCP e da Concelhia de Cascais. Pertenceu à primeira Comissão Administrativa da CM de Cascais e integrou a comissão de moradores de Carcavelos centro em 1975. Foi eleito na CM da Amadora, membro das comissões de trabalhadores da Cometna e da Sorefame e administrador eleito em representação dos trabalhadores da Cometna. Ganhou a medalha de prata dourada do VII Salão dos Inventores em Bruxelas e é gestor de grandes empreendimentos hídricos para equipamentos electromecânicos.

Odivelas

Também recentemente a CDU promoveu um jantar de apresentação do cabeça de lista à Junta de Freguesia de Odivelas. O candidato, Eduardo Batista, engenheiro, é actualmente eleito na Assembleia Municipal de Loures. Na sessão participaram Demétrio Alves, presidente da CM de Loures, e José Casanova, membro da Comissão Política do PCP.

Santa Iria da Azóia

Em Santa Iria da Azóia, o candidato da Coligação é Ernesto Costa, que é o actual presidente da Junta de Freguesia. Na sessão de apresentação, que decorreu na Sociedade Recreativa e Musical 1º de Agosto Santa Iriense, participaram entre muitos outros, Manuel Veiga, presidente da Assembleia Municipal de Loures, Dantas Ferreira, candidato nas listas à CM de Loures, e Domingos Abrantes, membro da Comissão Política do PCP.

Espaço CDU em Arruda dos Vinhos

A CDU passou a dispor de um espaço aberto e central, em Arruda dos Vinhos. O trabalho voluntário dos apoiantes da Coligação Democrática Unitária transformou uma antiga adega num lugar muito agradável e funcional para as reuniões, os contactos e o trabalho de esclarecimento e propaganda da candidatura CDU às próximas eleições autárquicas.

Graciosamente cedido pela proprietária para uma boa campanha em prol da sua terra, o espaço CDU fica situado junto do antigo hospital.

A inauguração, que teve lugar no passado sábado, foi muito concorrida e confiante, contando com a participação do director do nosso jornal, Carlos Brito, num acto em que também intervieram dois independentes, Rui Carvalho e Maria da Conceição, e os cabeças de lista da CDU, à Câmara e à Assembleia de Freguesia, respectivamente, os camaradas Rogério Correia e Porfírio de Matos.

CDU cumpre na Covilhã

O Encontro concelhio da CDU/Covilhã, realizado no passado sábado, fez o balanço da actividade desenvolvida pelos seus eleitos nos órgãos autárquicos, concluindo que tiveram um «trabalho assinalável na resolução dos problemas das populações». Ao longo de um mandato, que ficou marcado pela «deserção de Carlos Pinto e seus acompanhantes do PSD», a intervenção da eleita da CDU foi determinante, nomeadamente ao nível dos Serviços Municipalizados. Também na Assembleia Municipal, os quatro eleitos da CDU destacaram-se pela sua atitude competente e responsável, promovendo o debate dos problemas do concelho e apresentando propostas e recomendações à Câmara Municipal. O Encontro destacou igualmente o dinamismo das juntas de freguesia de maioria CDU, que não só reivindicaram mais competências e meios da Câmara e Assembleia Municipal como concretizaram um conjunto de obras de importância primordial para as comunidades, incentivaram actividades culturais e desportivas, desenvolveram acções de protecção do património e dos recursos naturais, participam e dirigem associações de desenvolvimento local. Em contraste, o Encontro considerou que «o concelho perdeu tempo e oportunidades», ao longo dos 20 anos em que o PS e o PSD estiveram à frente da autarquia. Por isso, a CDU propõe-se ganhar a Câmara e a presidência da Assembleia Municipal, salientando que tal objectivo «corresponde ao sentimento de mudança que varre o concelho».

Alternativa em Santa Maria da Feira

Quadros e activistas da CDU de Santa Maria da Feira promoveram no passado sábado um encontro concelhio que analisou aspectos da vida local e definiu as grandes linhas de orientação com vista às próximas eleições autárquicas. O Encontro salientou que a CDU se assume como «a verdadeira alternativa à gestão municipal do PSD», traçando como objectivos eleitorais aumentar significativamente os eleitos na Assembleia Municipal, apresentar listas ao maior número possível de freguesias e eleger mais representantes nas assembleias de freguesia.

Na orla marítima de Gaia

O vereador da CDU na CM de Vila Nova de Gaia e candidato à Câmara, Antero Pires, realizou, no passado domingo, uma visita à orla marítima de Gaia onde constatou o agravamento de numerosos problemas que afectam aquela zona. Durante a visita em que foi acompanhado de vários autarcas municipais e locais, o candidato salientou que para pôr fim ao caos urbanístico é necessário que entre em vigor o Plano de Ordenamento da Orla Costeira e que o PS acelere o processo de revisão do PDM. Estes dois instrumentos de gestão urbanística, referiu, devem proibir a construção a poente da rede viária marginal. O eleito da CDU notou ainda o estado de degradação dos poucos equipamentos públicos para desporto e lazer defendendo não só a sua recuperação como a construção de um parque de merendas. Antero Pires chamou ainda a atenção para a fraca qualidade dos estabelecimentos de restauração, cuja actividade devia ser normalizada pela Câmara, e insistiu na urgência de um plano integrado da Área Metropolitana do Porto no sentido de garantir o tratamento das águas residuais e melhorar a qualidade das praias marítimas. O candidato da CDU divulgou igualmente várias propostas sobre a rede viária.

Visita a Estrasburgo

Os eurodeputados do PCP promovem nos próximos dias 10 e 11 do corrente mês de Junho uma visita ao Parlamento Europeu de eleitos e outros quadros com intervenção na área do Poder Local. O grupo de 35 pessoas reúne-se, entre outros, com o presidente da Comissão Parlamentar da Política Regional e com o representante DG XVI - Política Regional e Coesão, após o que será realizada uma conferência de imprensa. O programa prevê ainda uma visita ao campo de concentração de Struthof.

Candidatos da CDU

BAIÃO



Maria Silva Pereira

A lista da CDU aos órgãos autárquicos de Baião é encabeçada por **Maria Silva Pereira**, candidata à Câmara, e **Manuel Vilas Boas**, número um à Assembleia Municipal.

Maria Manuela Rosas Baptista Silva Pereira tem 41 anos de idade, é natural de Cedofeita (Porto) e reside na Portela do Gove (Baião). É industrial do Sector de Vestuário e candidata-se como independente. Manuel Maria Abreu de Vilas Boas tem 57 anos, é natural de Ramalde (Porto) e reside em S. João de Ovil (Baião). É membro do PCP.

GOUVEIA



Maria do Céu de Jesus Ferreira

Maria do Céu de Jesus Ferreira é a candidata da CDU à Câmara de Gouveia. Natural e residente no concelho, tem 50 anos e é técnica têxtil. Integra a Comissão Concelhia e o Conselho Coordenador Regional do PCP. É presidente da Assembleia Geral do Sindicato Têxtil da Beira Alta, coordenadora da União dos Sindicatos

da Guarda, e membro do Conselho Nacional da CGTP-IN. É ainda eleita da CDU na Assembleia Municipal da Guarda.

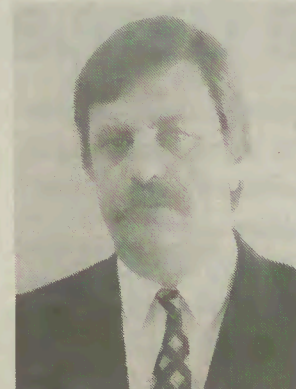
GUARDA



José Costa

O cabeça de lista à CM da Guarda é **José Manuel Costa**, de 42 anos de idade, professor do 2º ciclo. Reside na Guarda onde integra a Comissão Concelhia do Partido. Pertence igualmente ao secretariado da Direcção da Organização da Guarda do PCP, é membro da União dos Sindicatos da Guarda e do Sindicato dos Professores da Região Centro.

HORTA

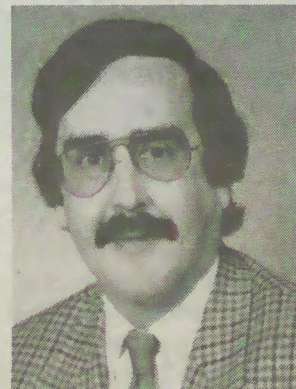


José Decq Mota

A organização do PCP da ilha do Faial decidiu apresentar no quadro da CDU, a candidatura de **José Decq Mota** à Câmara Municipal da Horta. «É uma clara alternativa de capacidade, dedicação e competência que valorizará o debate eleitoral e que abrirá novas perspectivas de participação e envolvimento dos cidadãos».

considera a DORAA do PCP, referindo que em breve serão divulgados os principais objectivos e o calendário de todo o trabalho pré-eleitoral. José Decq Mota é o coordenador do PCP/Açores.

OLHÃO



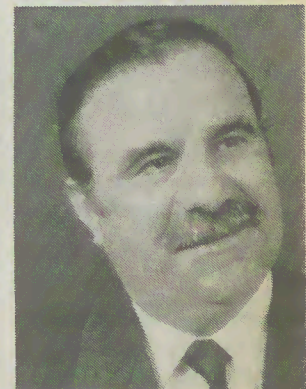
Sebastião Coelho

A Comissão Coordenadora de Olhão definiu já os nomes dos primeiros candidatos aos órgãos autárquicos do concelho. O cabeça de lista à câmara é **Sebastião Manuel da Quinta Coelho**, de 46 anos de idade. É natural e residente em Olhão, técnico verificador tributário da Direcção Geral das Contribuições e Impostos e actualmente eleito na Assembleia de Freguesia de Quelfes. Integra o Executivo da Comissão Concelhia e a DORAL do PCP. Pertenceu à direcção nacional e regional do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores e foi eleito na Assembleia Municipal de Olhão de 1979 a 1985.

Joaquim dos Santos Elias, candidato à presidência da Assembleia Municipal de Olhão, tem 45 anos e é médico. Militante comunista desde 1974, fez parte da direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Medicina de Lisboa entre 1977 e 1979. Trabalhou no concelho de Vila do Bispo em 1982, integrado no serviço médico à periferia. É membro da concelhia de Olhão do PCP e da coordenadora da CDU do concelho.



TAROUCA



Natalino Silva Ferreira

Na passada semana, a CDU divulgou em conferência de imprensa o primeiro candidato à Câmara Municipal de Tarouca. Trata-se de **Natalino Silva Ferreira**, de 56 anos de idade, industrial e administrador de empresas.

Lutador antifascista, participou em várias iniciativas e lutas contra a ditadura. Após o 25 de Abril, foi presidente da Comissão Administrativa da CM de Tarouca até Fevereiro de 1976. É vereador na Câmara, eleito nas listas da FEPU, APU e CDU em 1976, 1985, 1989 e 1993.

Na sua declaração, Natalino Ferreira sublinhou a necessidade de «mudança de rumo nos destinos do concelho», garantindo que com uma gestão CDU a Câmara estará ao lado dos «mais carenciados» e «promoverá a defesa e valorização de todo o movimento associativo por forma a que este seja uma força activa no quadro do desenvolvimento do município». O candidato mostrou-se ainda convicto de que a equipa da CDU irá «atrair agentes económicos para o investimento nas mais diversificadas áreas».

CDU é obra!



PCP-PEV

Jornada em Setúbal

Cerca de 40 activistas da CDU saíram para a rua no feriado de quinta-feira da passada semana para contactar a população e entregar o jornal da CDU nos mercados da Conceição, 2 de Abril e Camarinha/Bairro Humberto Delgado. Os participantes reuniram-se depois nas instalações da Cooperativa de Habitação das Manteigadas para um almoço-convívio.

A equipa, da qual fizeram parte Ruben de Carvalho e Anita Vilar, cabeças de lista da CDU à Câmara e Assembleia Municipal da capital sadina, visitou as instalações da Liga dos Amigos da Terceira Idade e trocou informações com o presidente da cooperativa de habitação acima citada. Para além desta iniciativa, integrada na Jornada Nacional de Esclarecimento em curso em todo o país até dia 8 de Junho, a CDU/Setúbal marcou ainda a sua presença através de um pavilhão instalado nas Festas Populares de Brejos de Azeitão, que decorrem até ao próximo domingo, dia em que a Coligação promove um jantar-convívio no Restaurante «O Marinheiro».



INTERNACIONAL

FRELIMO, OYEE!

■ Edgar Correia

Turquia
prossegue
operação contra
curdos no Iraque

As autoridades da Turquia vão continuar as operações militares contra o PKK (Partido dos Trabalhadores do Curdistão) no norte do Iraque, apesar dos apelos lançados por diversos países árabes na segunda-feira. «As tropas turcas não se retirarão até completarem a sua missão e limparem a região», afirmou o porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A operação iniciou-se em meados de Maio, envolvendo cerca de 30 mil soldados. Segundo o PKK, foram mortos 100 dos seus militantes, mas Ancara diz que fez mais de dois mil mortos.

McVeigh
culpado
por atentado
de Oklahoma

Terminou na segunda-feira o primeiro julgamento do atentado de Oklahoma. O júri considerou o réu, Timothy McVeigh, culpado de conspiração, premeditação, utilização de uma arma de destruição maciça, destruição de um edifício federal e o assassinio de oito agentes federais. A pena ainda não foi decidida, mas McVeigh será seguramente condenado a prisão perpétua ou à pena capital. O réu deverá ainda ser julgado pela morte de 160 civis pelo Estado do Oklahoma.

Acção militar
na Serra Leoa

Quarenta e nove pessoas morreram esta semana, na sequência da ofensiva militar levada a cabo pela Força de Manutenção de Paz na Libéria (ECOMOG) contra a capital da Serra Leoa. As ruas de Freetown serviram de campo de batalha entre militares golpistas e os soldados nigerianos, depois de um vaso de guerra disparar contra a cidade a partir da costa. A Organização de Unidade Africana (OUA) já condenou o golpe de Estado realizado no passado dia 25, mas não reprovou a intervenção da ECOMOG.

Refugiados
sérvios chocam
Albright

A secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright,

Com início no dia 19 de Maio e encerramento no domingo dia 25 à tarde, realizou-se na Matola, perto da capital moçambicana, o VII Congresso da FRELIMO, que assumiu a realização do lema "Fortalecer o partido por um futuro melhor".

O facto da FRELIMO, depois de ter alcançado o acordo de paz que pôs fim à guerra terrorista movida pela RENAMO e de ter vencido por maioria absoluta as primeiras eleições gerais multipartidárias e do seu candidato ter sido eleito Presidente da República, constituir a força governante de um dos países africanos mais importantes, conferiu uma natural importância a este Congresso. Facto que também se reflectiu na presença de 18 delegações estrangeiras, providas de África (com destaque para o MPLA de Angola, o ANC da África do Sul, a ZANU-FP do Zimbabwe, o CCM da Tanzânia, a UDF do Malawi, bem como para o PAICV de Cabo Verde, a UNIP da Zâmbia e a Frente Polisário do Sara), da Ásia (Partidos Comunistas da China e do Vietname e a FRETILIN de Timor-Leste) e da Europa (Portugal - PCP e PS, Itália - Refundação Comunista e PDS, Suécia - PSD).

São de profunda amizade, solidariedade e cooperação, como se sabe, os laços existentes entre o PCP e a FRELIMO. Laços que nasceram da luta comum contra o colonialismo, o fascismo e o imperialismo, como o próprio Presidente Joaquim Chissano

no sublinhou perante o Congresso ao afirmar que "o PCP tinha sido um dos primeiros a apoiar a luta de libertação nacional da FRELIMO" e que tinham aprendido "a fazer a luta clandestina, mesmo antes da luta armada, com os camaradas portugueses", e ao valorizar actos concretos de solidariedade com patriotas moçambicanos que no passado desenvolveram a sua luta em Portugal. Mas laços que se mantêm profun-



dos nos dias de hoje, em condições internacionais e em circunstâncias muito diferentes, em que se verificaram alterações no seio do partido FRELIMO no sentido de constituir uma ampla frente política e do seu ingresso, na qualidade de observador, na Internacional Socialista.

Êxitos e problemas

No extenso relatório apresentado ao VII Congresso por Joaquim Chissano bem como nas intervenções livres de muitos dos

647 delegados, durante o período do debate, foram salientadas as realizações dos últimos seis anos. Quer no plano político e militar, que culminaram com os acordos de paz e com a realização das eleições. Quer na frente económica, onde apesar do nível muito baixo dos indicadores se observou nos últimos anos uma taxa de crescimento médio de 7.4% (com uma evolução global da produção no ano passado, excluindo os

serviços, de 8.2%) e uma elevação para 90% do índice de satisfação das necessidades a partir da produção interna de cereais. Mas não foram poupadas palavras para traçar com rigor o quadro das grandes dificuldades existentes; para explicitar os constrangimentos externos, nomeadamente as imposições do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial com efeitos sociais e económicos muito nefastos, e para defender a necessidade de "recuperação da capacidade nacional de decisão afectada pelas sequelas da guerra e pela globalização"; e para evidenciar as contradições de

políticas que têm vindo a ser concretizadas, como é o caso das privatizações, que estão a provocar despedimentos em massa. Numa questão de tão decisiva importância como a da terra importa sublinhar que o partido FRELIMO defende que a sua propriedade seja do Estado, devendo os títulos do seu uso e aproveitamento protegerem os direitos de cidadãos nacionais que a ocupem e aproveitem, com prioridade ao sector familiar na distribuição de terras. Mas a firmeza com que da tribuna foi defendido que "ninguém seja tirado da terra sem o seu livre consentimento" mostra que a questão adquire contornos práticos que não estão isentos de dificuldades, no contexto das pressões e das imposições do FMI e do Banco Mundial.

Três breves notas para completar este registo telegráfico. Para sublinhar o evidente significado da eleição para o CC, realizada por voto secreto, ter colocado entre os seis mais votados os nomes de Armando Guebuza, Alberto Chipande, Pascoal Mocumbi, Graça Machel, Marcelino dos Santos, referências da luta libertadora, para além do actual secretário-geral Manuel Tomé. Para salientar a pujança da vida cultural de Moçambique expressivamente testemunhada pelo inesquecível espectáculo de liberdade corporal que a Companhia Nacional de Canto e Dança apresentou durante horas. E para registar a evidente satisfação com a queda de Mobutu e com a evolução da situação no Congo, ocorrida durante o período do Congresso, e que testemunha a importância das transformações que continuam a ter lugar, pela iniciativa dos seus povos, na África Austral.

É necessário uma alternativa
à Europa de Maastricht

Centenas de economistas europeus de diferentes países e quadrantes políticos subscreveram um documento de reflexão subordinado ao tema «Pleno emprego, coesão social e equidade. Para uma política económica alternativa na Europa», cujo objectivo é lançar o debate sobre a necessidade de uma alternativa à Europa de Maastricht.

O memorando, de que transcrevemos extractos, critica as políticas monetárias neoliberais que vêm sendo seguidas e cujo resultado tem sido o desemprego e a pauperização dos povos da União Europeia.

Como sublinham na sua tomada de posição, os economistas, tal como os trabalhadores que a semana passada responderam ao apelo da Confederação Europeia de Sindicatos em jornadas de luta pelo emprego e pela Europa social, querem juntar-se ao debate necessário pela construção de uma Europa dos povos.

O debate comum

«A situação económica e social na Europa é preocupante. O desemprego atinge níveis intoleráveis e sem precedentes. Oficialmente, 18 milhões de pessoas, ou seja 11 por cento da população activa, estão contabilizadas, sem contar os activos em situação precária. A pobreza, a exclusão e as desigualdades desenvolvem-se sob os nossos olhos como perspectivas prováveis para mais de um quarto dos jovens.

«A Conferência intergovernamental de Amsterdão deverá reconhecê-lo. As políticas económicas europeias falharam face a estes desafios. As políticas monetárias restritivas, as políticas de rigor orçamental postas em prática para atingir os critérios de convergência orçamental, asfixiaram o crescimento e o emprego. Estas políticas são contestadas nos seus próprios fundamentos teóricos por um número crescente de economistas europeus (...). É por isso que é mais do que tempo de abrir um debate comum, entre os economistas europeus, sobre cada um dos aspectos de uma política alternativa, coordenada em todos os países europeus.

«De imediato, algumas pistas, não exclusivas, são exploradas em comum por economistas europeus de diferentes quadrantes que decidiram coordenar as suas reflexões (...). A primeira coloca a necessidade de relançar um crescimento «sustentável» renegociando as regras da actual construção europeia. A segunda respeita à redução do tempo de trabalho como ponto de passagem necessário para um novo pleno emprego.

«Para relançar o crescimento, a política monetária deve ser moderada de forma ainda mais coordenada em todos os países membros. Para evitar qualquer especulação contra a moderação da política monetária, deve ser encarada uma taxa sobre os movimentos de capitais internacionais. O estatuto do Banco central deve ser reconsiderado (...). Mas a medida mais urgente para relançar o crescimento será o aumento considerável das despesas públicas a todos os níveis (...). A elaboração de orçamentos nacionais consequentes é um segundo nível de intervenção necessária para desenvolver os serviços públicos, para responder

às novas exigências sociais e manter os nossos sistemas de protecção social (...).

«As regras da construção europeia devem ser completamente suspensas, abandonado o calendário para a passagem à terceira fase da UEM. Este adiamento não deve ser pretexto para novas políticas de austeridade que estrangulariam ainda mais o crescimento. Deve ser aproveitado para desenvolver novas regras políticas e nomeadamente para renegociar o pacto de Dublin. Onde tais regras, indispensáveis para que a moeda única não seja sinónimo de desemprego, não existam, a criação de uma moeda comum seria uma primeira etapa na coopera-

ção das nações em matéria de política económica (...)

«Estas pistas, necessárias, não são evidentemente exaustivas. A amplitude da tarefa para repor a Europa no caminho do pleno emprego, da coesão social e de um desenvolvimento económico alternativo é evidente. Tal como a actual política em vigor, as medidas preconizadas não dizem respeito apenas a teóricos iluminados, implicam forças sociais e políticas e interesses materiais. É por isso que os economistas para quem a economia tem sobretudo uma dimensão política não podem deixar de alimentar o debate que o movimento social relançou em toda a Europa.»

Pela democratização da UE

O Parlamento Europeu aprovou no final de Maio uma resolução comum que apresenta uma série de medidas para a «criação de uma Europa dos cidadãos» e para «valorizar a democracia parlamentar dentro da União Europeia».

O documento aprovado pelo PE, subscrito pelo Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, onde o PCP está inserido, exige nomeadamente a explicitação de medidas para uma efectiva protecção dos direitos fundamentais dos cidadãos, bem como os aspectos referentes à saúde pública, ambiente e protecção do consumidor.

O eurodeputado comunista Joaquim Miranda, durante o debate sobre a Conferência Inter-Governamental (CIG), sustentou que nos trabalhos da conferência sobre Maastricht «não são tidas em conta as reservas, as dúvidas e as críticas suscitadas pela anterior revisão dos tratados. E, pior,

insiste-se na mesma direcção». Sobre a possibilidade da inclusão do protocolo social e de um capítulo sobre o emprego no texto do tratado, Joaquim Miranda sublinha que «não há que ter ilusões sobre o efectivo alcance dessa decisão, a concretizar-se». Isto, porque «a resolução dos problemas sociais e especialmente o magno problema do desemprego exigiram, acima de tudo, novas políticas macroeconómicas e fundamentalmente o abandono da actual fixação monetarista. E isso não é feito».

Joaquim Miranda também levanta objecções às propostas para a futura composição da Comissão Europeia, segundo as quais se perderia o seu carácter universal a prazo. Isto significa que, se a proposta for levada avante, a única instituição que pode legislar dentro da UE deixaria de ser composta por representantes de todos os Estados-membros, mas apenas de alguns.

Eleições francesas

Esquerda alcança maioria absoluta

Os franceses foram às urnas depositar as suas esperanças nas forças de esquerda. Prudentes, os eleitores não passaram qualquer cheque em branco a nenhum dos partidos, antes apostaram no reforço significativo dos vários intervenientes da nova maioria de esquerda.

Sendo embora o partido mais votado, o PSF, com 241 deputados eleitos, vai ter de entender-se com o PCF (38 deputados), com o PSR (12 eleitos), com os Verdes (7 eleitos) e com outros partidos de esquerda (21 lugares) para poder governar. A maioria de

esquerda (318 lugares contra 256 da direita UDF/RPR, mais um da extrema-direita da Frente Nacional) exige antes do mais um consenso.

Pode dizer-se que o mais difícil desta autêntica revolução na política francesa ainda está para vir. A maioria mudou de campo e não foi certamente 'apenas' para sancionar a política da direita ou a arrogância do presidente Jacques Chirac, que decidiu por sua conta e risco lançar o país num jogo perigoso que estava certo de ganhar e afinal perdeu. Para a História ficará o registo da primeira vez que uma maioria mudou após uma decisão de dissolução, tomada exclusivamente para deixar a maioria de direita de mãos livres para prosseguir a sua política de total submissão aos interesses financeiros.

O avassalador 'não' dos franceses à política neoliberal exige, no entanto, uma resposta adequada da nova maioria.

Pela primeira vez, os Verdes vão entrar no Parlamento. Segundo Yves Cochet, um dos seus porta-vozes, «é preciso desenvolver novas propostas, não apenas as 35 horas, a lei-quadro, a lei do ambiente, mas também uma nova forma de fazer política». Yves Cochet considera que «todos devem participar nesta maioria e, evidentemente, com responsabilidades ministeriais, incluindo os comunistas».

O significativo reforço dos

comunistas franceses colocou o PCF numa posição incontornável: o governo de Lionel Jospin terá de entender-se com ele para poder governar. Uma experiência já vivida no passado e ainda bem presente na memória de todos, a justificar os avisos da necessidade de evitar os erros então cometidos, pelos quais os comunistas pagaram um elevado preço nas urnas.

Recorda-se que em 1986 o PCF dispunha de 32 deputados, que baixaram para 27 em 1988 e para 23 em 1993.

Ventos de mudança

Os ventos que sopram na Europa são de mudança. Ao



Ao aumentar em 50 por cento o número dos seus deputados, o PCF tornou-se indispensável para a formação de um governo de esquerda. Na foto, Robert Hue, dirigente dos comunistas, e Lionel Jospin, o novo primeiro-ministro francês

à vitória da esquerda. É certo que não faltou quem, apressadamente, viesse a público afirmar que «medidas do tipo das que foram tomadas em 1981 seriam mal recebidas», e que «os mercados estão à espera (...) para saber se o governo

Crédit Lyonnais. Mas o facto é que a Bolsa de Paris acabou por encerrar em alta na passada segunda-feira, o que segundo os especialistas é um sinal inequívoco de que também este sector aspira por medidas para fazer face à grave crise económica e social em que a França está mergulhada. Ou será que, a exemplo do que sucedeu recentemente na Grã-Bretanha com a vitória trabalhista de Blair, os mercados financeiros consideram já nada ter a temer das políticas cada vez mais social-democratas dos socialistas? Eis uma questão que o eleitorado francês - e não só - não poderá deixar de se colocar.

Os reflexos dos resultados das eleições francesas fazem-se sentir também noutros países europeus. De Itália à Alemanha, ouvem-se vozes sobre a necessidade de parar para reflectir no caminho que está a ser seguido na «construção» europeia, cujos custos sociais são cada vez mais insuportáveis.

Pela terceira vez na história da V República (a primeira foi em Junho de 1981 e a segunda em Junho de 1988), os franceses escolheram uma maioria de esquerda para a Assembleia Nacional. É bom não esquecer que de ambas as vezes o desrespeito pelas promessas eleitorais foi severamente penalizado nas urnas.

Como afirmou Robert Hue, dirigente do PCF, «a esquerda deve dar resposta às aspirações populares». Para isso, os comunistas franceses, garante, estão dispostos a «contribuir a todos os níveis, incluindo no governo».

Resta saber qual a política que vai ser seguida pelo novo governo socialista. Sem perder de vista que a direita começa já a lamber as feridas da derrota, com Charles Pasqua a apelar à «reestruturação», Philippe Séguin a dizer-se determinado em «criar condições políticas para preparar outros amanhã para a França» e Le Pen a acenar ao RPR e à UDF garantindo que «a única forma de a direita sobreviver é aliar-se à Frente Nacional».

afirmou que a situação dos refugiados sérvios na Croácia é «vergonhosa, chocante e escandalosa», durante a sua visita àquele país no fim-de-semana. Albright, cujo país apoia militarmente a Federação Croato-Muçulmana, visitou Prevsac, no norte da Krajina, localidade onde os sérvios foram molestados pelos croatas a meio do mês passado, provocando um número indeterminado de mortos.

Eleições no Congo em 1999

Laurent-Désiré Kabila anunciou a realização de eleições gerais na República Democrata no Congo em Abril de 1999, durante o juramento como presidente do país, na passada quinta-feira. A cerimónia decorreu na presença dos chefes de Estado de Angola, Burundi, Ruanda, Uganda e Zâmbia, do corpo diplomático acreditado na capital congoleza e as mais de 50 mil pessoas que encheram o estádio de Kinshasa.

Resistência timorense põe fim a cessar-fogo

A guerrilha timorense anunciou o fim de cessar-fogo, no passado dia 28 de Maio, levando a cabo três ataques a tropas indonésias em Bacau e Dili. Dezanove polícias morreram e cinco ficaram feridos. Na sequência desta acção, trinta membros da Resistência Timorense foram detidos pelas autoridades indonésias. Entretanto, o partido Golkar do presidente Elias Suharto venceu as eleições legislativas que decorreram na quinta-feira. As irregularidades multiplicaram-se e muitas foram denunciadas pelo Comité Independente Para a Observação de Eleições.

O PCP vai apresentar uma proposta de resolução no Parlamento Europeu sobre os acontecimentos ocorridos no território de Timor-Leste, para que a sua discussão seja agendada para a próxima sessão plenária que se iniciará na segunda-feira, em Estrasburgo. A resolução, a ser aprovada, condena a «brutal repressão indonésia, as perseguições e retaliações que se continuam a registar», e manifestar «a solidariedade com o povo timorense na sua justa luta pelo direito à autodeterminação».

Prioridades

A principal prioridade do novo governo socialista deve ser a criação de emprego, revela uma sondagem da SOFRES realizada no domingo logo após o encerramento das urnas. Por ordem, a criação de 350.000 empregos na Função Pública vem à cabeça, com 70 por cento das respostas, seguindo-se o aumento dos salários mais baixos (55%), a proibição da acumulação de mandatos (35%), a redução do horário de trabalho para as 35 horas (28%), o reforço do controlo dos despedimentos (23%), a renegociação da união económica e monetária (19%), a revogação das leis Pasqua-Debré (13%) e o fim das privatizações (10%). Quanto à eventual demissão do Presidente, a questão parece longe das preocupações da maioria. Com efeito, 61 por cento dos inquiridos considera que Jacques Chirac deve continuar no Eliseu, contra 31 por cento que pensam o contrário. No entanto, para 58 por cento dos franceses deve ser o primeiro-ministro o «verdadeiro chefe de executivo», opinião não partilhada por 37 por cento para quem esse papel deve caber ao presidente. No que respeita à coabitação, as opiniões estão quase divididas ao meio: 48 por cento dos interrogados acha que a coabitação entre um presidente de direita e um primeiro-ministro de esquerda será «sobretudo positiva», enquanto 45 por cento é de opinião de que será «sobretudo negativa». Em todo o caso, a maioria (60 por cento) considera que a mesma não poderá durar toda a legislatura, contra 35 por cento que a acham possível. Quase idêntica é a posição quanto à participação de comunistas no governo: a maioria (49 por cento) diz-se «favorável» à presença de ministros comunistas, contra 46 por cento a quem a ideia não agrada.

PCP felicita comunistas franceses

O Secretariado do Comité Central do PCP enviou uma nota de felicitações ao Comité Central do Partido Comunista Francês pelos resultados alcançados na segunda volta das eleições legislativas.

«A derrota da direita e a constituição na Assembleia Nacional de uma nova maioria de esquerda com uma participação determinante dos comunistas, exprime uma profunda vontade de mudança em consonância com as grandes lutas que os trabalhadores e o povo francês vêm desenvolvendo contra o ataque às suas conquistas e direitos sociais, contra o desemprego, contra a marcha forçada para a moeda única e por uma outra Europa de progresso social e cooperação», lê-se na mensagem.

«Com a ampliação da sua representação parlamentar, o PCF confirma-se como uma força necessária e insubstituível para uma viragem de esquerda na política francesa», considera o PCP.

Também Carlos Carvalhas enviou uma mensagem de felicitações a Robert Hue, secretário-geral do PCF.

contrário do que chegou a ser anunciado, os próprios mercados financeiros reagiram bem

vai dar benesses ao povo de esquerda», como disse Hervé Goulletquer, responsável do

Ecos europeus do comício de Lisboa

O Comício Internacional de Lisboa, realizado a 24 de Maio, encontrou eco em toda a Europa, nomeadamente em França e Itália. A iniciativa - que juntou cerca de onze mil pessoas na praça do Campo Pequeno - reivindicou medidas que vão ao encontro de necessidades comuns de todos os trabalhadores da União Europeia, como o emprego estável e com direitos, a consulta popular sobre o Tratado de Maastricht e a moeda única, a diminuição dos horários de trabalho e um desenvolvimento económico e ecologicamente equilibrado.

Sublinhando «o entusiasmo dos jovens portugueses, presentes massivamente», o *l'Humanité*, o órgão do Partido Comunista Francês afirmou que «Lisboa marca uma etapa muito importante e deverá ser seguida em Amesterdão - onde decorrerá a marcha pelo emprego este mês - e em Madrid, a 5 e 6 de Julho».

«A força das organizações presentes reside

na diversidade das situações dos seus países. Essa multiplicidade de experiências torna mais forte a luta comum contra a ofensiva contra o emprego levada a cabo pelo grande capital», escreve o *l'Humanité*, citando Carlos Carvalhas.

O italiano *Liberazione* considerou o comício «um verdadeiro sucesso político» e «uma manifestação verdadeiramente grande e bela».

«Em todos os discursos nota-se uma grande consonância política ao dizer não a Maastricht, na defesa do estatuto social e direito ao emprego, na proposta de uma Europa alternativa», sublinha o periódico. «O *meeting* de Lisboa constituiu uma etapa decisiva de um processo político unitário que reúne forças da esquerda», acrescenta.

Também os jornais *La Repubblica*, *La Stampa*, *Corrier della Sera* e *Rizospathis* escreveram sobre o comício.



Carlos Carvalho visita Algarve e Litoral

PS e PSD convergem

No fim-de-semana passado o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, deslocou-se ao Algarve e Litoral Alentejano, onde teve ocasião de conhecer a realidade e contactar o povo do Sul do País e de confraternizar com militantes e simpatizantes do PCP na região.

A visita de Carvalho teve início, na sexta-feira, em Vila Real de Santo António, com uma visita à zona industrial da cidade, às obras do porto e à Associação dos Reformados. Daí, o Secretário-geral do PCP seguiu para Faro, onde teve um encontro com a Direcção da União dos Sindicatos do Algarve. Um megajantar, realizado na FISSUL, em Silves, para apresentação dos cabeças de lista da CDU, encerrou o dia com chave de ouro.

No sábado, logo de manhã em Odemira, Carlos Carvalho, depois de um breve encontro com o executivo autárquico, passeou pela vila, assistindo, ainda de manhã, à apresentação de cabeças de lista da CDU aos órgãos autárquicos, no Jardim dos Patos.

Após o almoço-convívio que se realizou em S. Teotónio, nos pavilhões da FACECO, Carlos Carvalho participou na inauguração do Centro de Trabalho do PCP também em S. Teotónio. E à tarde, depois de uma visita à Feira Agrícola de Santiago do Cacém, o Secretário-geral do PCP assistiu à inauguração da sede concelhia da CDU, junto ao Mercado.

Um animado jantar-convívio em Alvalade-Sado, no Centro de Trabalho do PCP, antecedeu o comício promovido pela CDU em Sines, em que também participou Carlos Carvalho. Um comício que encheu completamente o Salão do Povo e foi marcado pelo entusiasmo e confiança.

A "D. Branca" da EDP

Nos vários locais que visitou, Carvalho proferiu breves intervenções, aproveitando para denunciar a política do Gover-

no PS que, «em vez de dar resposta aos graves problemas do desemprego, do trabalho precário e da desvitalização do aparelho produtivo» prefere «encenar dramatizações, chantagens e manobras de diversão».

Trata-se, disse, de uma «tentativa de desviar as atenções da opinião pública em relação às graves questões sociais e às convergências sobre as questões mais essenciais e estruturantes entre o PS e o PSD», designadamente em relação às privatizações, à política europeia e ao «vergonhoso acordo de Revisão Constitucional».

«Agora ensaiam grandes divergências sobre o secundário e fazem grande gritaria... O presidente do PSD denomina o PS de "virgens mentirosas" e o porta-voz do PS acusa o presidente do PSD de ser "descompensado". É um debate de grande elevação...», ironizou Carvalho, prosseguindo: «As questões do ensino, da saúde, os problemas da agricultura, do envelhecimento e desertificação do interior podem continuar a esperar pelo desfecho da política politiquera entre as tais ditas "virgens" e os tais ditos "descompensados".»

A privatização da EDP mereceu especial crítica a Carlos Carvalho, que a considerou «uma vergonha». «Estamos perante



Carlos Carvalho em Sines, intervindo num comício da CDU que encheu completamente o Salão do Povo

uma empresa básica e estratégica», disse, e «o clima que se criou em relação à sua venda é de pura especulação. É um clima de "D. Branca", em que inclusivamente o Ministério das Finanças não quis ficar atrás com a divulgação (pasmese) em papel timbrado das condições oferecidas por um Banco (BCI).»

«Será que a "Polícia da Bolsa" também vai criticar o Ministério das Finanças? E o que é que diz o ministro das Finanças? Vai ficar calado? Quais são as relações entre o Ministério das Finanças e o BCI?» Estas foram algumas perguntas que o Secretário-geral do PCP deixou no ar...

Em Vila Real

Na sua deslocação a Vila Real de Santo António, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, fez a sua primeira paragem junto ao portão da Fábrica Comalpe. Nesta unidade de conservas de peixe tem havido alguma perturbação. Verifica-se a dispensa de umas trabalhadoras com indemnizações, a que se segue a contratação de outras trabalhadoras - que não ficam a integrar o quadro da empresa -, por empresas de mão-de-obra.

No contacto directo com as trabalhadoras conserveiras, Carlos Carvalho teve oportunidade de esclarecer aspectos relacionados com a interpretação da lei das 40 horas e da luta do PCP pelo cumprimento da lei.

Depois, tomou conhecimento do estado de desen-

volvimento das obras lançadas pela Câmara Municipal de maioria CDU, em especial da obra de valorização paisagística da marginal da Praia de Monte Gordo, que observou no local, a qual se encontra em fase adiantada de execução.

Convidado pela Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Vila Real de Santo António, visitou a nova sede desta Associação, na Rua da Princesa, sendo acolhido com grande simpatia por um numeroso grupo de idosos vilarealenses, tendo André Roque, presidente da Associação, pedido a Carlos Carvalho que o PCP não esmoreça nem se deixe intimidar na sua luta por melhores condições para aqueles que trabalharam uma vida inteira.



Na Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Vila Real de Santo António, foi pedido a Carlos Carvalho que o PCP não esmoreça a sua luta por melhores condições para os que trabalharam uma vida inteira



Aproveitando a presença de Carlos Carvalho, foi inaugurado o Centro de Trabalho do PCP em S. Teotónio

AUTARQUIAS

AUTÁRQUICAS

PENÍNSULA DE SETÚBAL

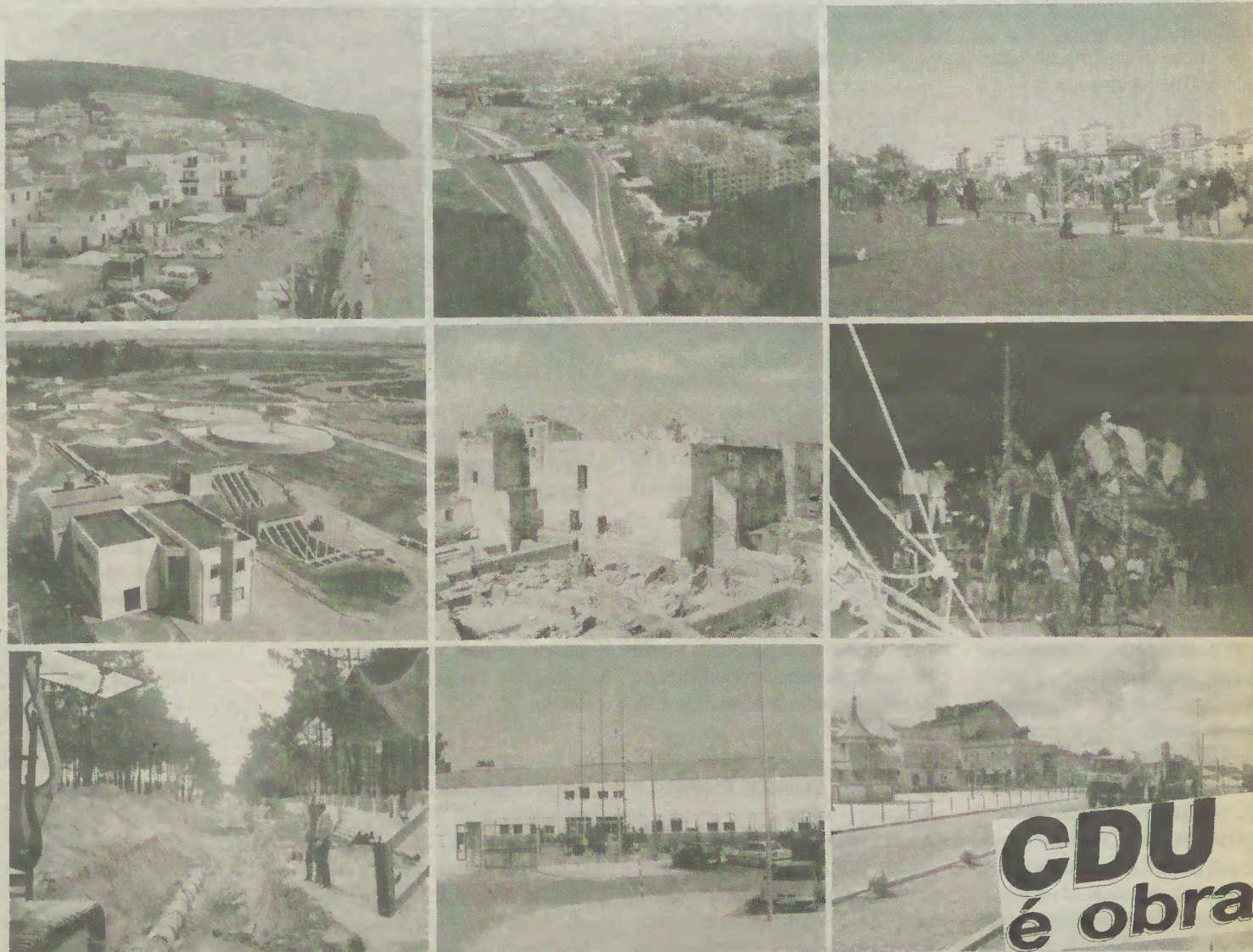
Aqui construímos o Futuro

A CDU constitui o mais amplo espaço político de participação, debate e unidade democrática.

A CDU é a maior força político-eleitoral do distrito de Setúbal no plano autárquico.

A CDU tem a presidência de 12 das 13 Câmaras e de 63 das 82 freguesias, e tem cerca de 1000 eleitos nas autarquias do distrito. A força, a implantação, o número de eleitos da CDU, o trabalho desenvolvido, demonstram o prestígio, a influência e o reconhecimento da nossa acção.

A obra realizada tem elevados índices de concretização em áreas tão diversas como a defesa do meio ambiente, o saneamento básico, a recolha e tratamento de lixos, o sucesso escolar, a rede de estradas de qualidade, a quantidade e qualidade de actividades socioculturais promovidas pelas autarquias, a defesa e preservação do património histórico-cultural, a construção de grandes equipamentos, a modernização administrativa, as soluções integradas e intermunicipais. O prestígio alcançado pelo trabalho das autarquias no distrito de Setúbal é uma referência no País, é o reconhecimento da credibilidade, das propostas, do modelo de desenvolvimento para os concelhos e para a região. É o reconhecimento da



seriedade, da firmeza, da combatividade e da competência da CDU. Vamos para a batalha eleitoral com confiança. Sem excesso de optimismo, com consciência das dificuldades, dos imensos meios dos que se nos opõem, das manobras, da descrença que nos vão querer impor, dos problemas

que nos vão querer criar. Vamos para a batalha com a confiança que nos permite apontar como objectivos eleitorais: manter e reforçar as actuais maiorias nas Câmaras Municipais; obter a vitória na Câmara Municipal de Setúbal; conquistar a presidência de mais Juntas de Freguesia; e aumentar o

número de eleitos em Assembleias Municipais e de Freguesias.

A CDU tem uma obra realizada na região e em cada um dos seus concelhos, tem ideias, propostas, convicção e determinação, assumindo um projecto de participação,

desenvolvimento e qualidade de vida na viragem para o século XXI.

Partimos, para a batalha eleitoral, certos de termos cumprido no passado, estarmos a cumprir no presente e sermos capazes de vencer os desafios do Futuro.



Os nossos princípios, propostas e reivindicações

O projecto da CDU na viragem para o Século XXI pode sintetizar-se em três palavras: participação, desenvolvimento e qualidade de vida. Na sua base estão princípios, propostas e reivindicações que importa conhecer.

– A **Democracia**, exercida de forma participada pelas populações e fortemente estimulada pela acção das autarquias.

– O **Desenvolvimento Regional** sustentado e equilibrado.

– A criação de um **Programa Integrado de Desenvolvimento do Distrito de Setúbal (PROIDDS)**, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio II, que garanta a concretização de investimentos e medidas específicas de apoio ao emprego e ao desenvolvimento económico, social, cultural e ambiental.

– A **defesa do meio ambiente**, lutando pela concretização de projectos estratégicos para o Distrito, exigindo financiamento com recurso a Fundos Comunitários (Fundo de Coesão), e ao Orçamento de Estado, para as Estações de Tratamento de Águas Residuais, a Recolha e Tratamento Integrado dos Resíduos Sólidos Urbanos, o Abastecimento de Água, a Revitalização das Zonas Ribeirinhas e Estuários, a valorização das Áreas Protegidas e a promoção da Educação Ambiental.

– O **desenvolvimento económico**, valorizando a capacidade produtiva instalada, invertendo a actual política de destruição do sector produtivo, de desmembramento e aniquilamento do Sector Empresarial do Estado e do Sector Público, que tem provocado o aumento sistemático do desemprego. A captação de novos investimentos, apoiando o desenvolvimento de actividades económicas e o crescimento do emprego com condições dignas e res-

peito pelos direitos dos trabalhadores, exigindo neste âmbito o financiamento do Estado e de fundos comunitários para a concretização do Parque de Ciência e Tecnologia de Almada/Setúbal – MADEN Parque.

– A **Educação**, garantindo e exigindo a recuperação dos edifícios escolares e a construção de novas escolas dos ensinos básico e secundário e a fixação no Distrito de novas Unidades de Ensino Superior Público, reivindicando de imediato a criação dos Pólos Universitários do Barreiro e da Escola de Enfermagem. Exigir ao governo o desenvolvimento de uma rede pública de educação pré-escolar de carácter universal e gratuito, reivindicando a assunção por parte do Poder Central de todas as suas responsabilidades, nomeadamente no financiamento e licenciamento dos jardins de infância e na colocação e tutela sobre o pessoal docente e auxiliar.

– A **Saúde**, exigindo o alargamento das valências do Hospital do Montijo, a construção de novos centros de saúde e a melhoria do funcionamento dos existentes, correspondendo assim melhor à prestação de cuidados de saúde adequados e de qualidade às populações. Exigir também a necessária tomada de medidas especiais para a prevenção, tratamento e combate à toxicoddependência.

– A **Cultura**, prosseguindo a valorização e promoção da actividade cultural das autarquias na sua diversidade e qualidade, e exigindo do governo a clarificação das opções fundamentais em



As acessibilidades são um factor estratégico de desenvolvimento

termos da política cultural, bem como a definição das políticas sectoriais para áreas tão importantes como o Livro, o Teatro e a Música. Exigir ainda do governo o cumprimento das promessas eleitorais, nomeadamente no que respeita à definição das orientações para uma efectiva política de descentralização, à regulamentação da Lei do património, à revisão da Lei do mecenato e à definição dos incentivos à criação artística.

– O **Movimento Associativo**, potenciando os meios existentes, valorizando a dinamização de novas associações, apoiando a acção dos dirigentes associativos, pela importância formativa e profundamente democrático e popular do associativismo. Exigindo a adopção pela Assembleia da República de uma Lei-Quadro que clarifique os mecanis-

mos de apoio da Administração Central ao movimento associativo, tal como a adopção de legislação que defina o estatuto do dirigente associativo. Exigir ainda ao Poder Central a tomada de medidas que assegurem benefícios ao movimento associativo na prossecução dos seus fins (nomeadamente na área da formação dos dirigentes, fiscalidade, licenças, entre outras).

– A **Habituação**, apostando na recuperação e reabilitação urbana, respondendo assim ao crescimento da procura no Distrito, nomeadamente por jovens, e em parceria com a Administração central no âmbito do PER, concretizando programas de criação de alojamentos para famílias de baixos recursos. Exigir que o governo respeite as competências das autarquias em matéria de planeamento, ordenamento

e gestão urbanística, revogando a legislação publicada pelo governo do PSD que veio usurpar as competências dos municípios nestas áreas.

– As **acessibilidades**, que constituem um factor estratégico de desenvolvimento da região e condição indispensável à melhoria da qualidade de vida. Exigimos, entre outras medidas, a abolição das portagens da Ponte 25 de Abril, do Barreiro e da Palmela; o prolongamento da IC32/Circular Regional Interior da Península de Setúbal (CRIPS) – entre a nova ponte sobre o Tejo e a Trafaria, e englobando o Anel de Coima –, o estudo, com as necessárias medidas compensatórias, aos impactes da nova Ponte sobre o Tejo; a construção da Auto-estrada do Sul (A29); a construção da Via Turística Almada/Sesimbra e sua classificação como Itinerário regional; o financiamento para a construção do Metro Sul do Tejo (MST); a extensão até ao Pinhal Novo da nova travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril, a electrificação e duplicação da linha férrea do Sul; o reforço, aumento da rapidez e conforto das carreiras fluviais, bem como a diversificação das acostagens e a construção de novos terminais rodo-fluviais e obras complementares; o avanço do estudo para a localização do novo aeroporto internacional em Rio Frio, e a construção do novo aeródromo regional do Litoral Alentejano.

– A **Segurança das Populações**, exigindo a construção de novas esquadras das forças de segurança no Distrito, a reabertura das que foram encerradas, bem como o aumento dos seus efectivos destacados para o patrulhamento e vigilância, afectando-lhes os meios materiais indispensáveis, garantindo assim o aumento da segurança dos cidadãos.

– A **Regionalização**, exigindo a sua rápida implementação, com a criação da região «Lisboa e Península de Setúbal» e da integração dos concelhos do sul do distrito, na futura região «Alentejo», afirmando assim a península e o litoral alentejano nas regiões administrativas a criar.

As outras forças políticas

O PS e o PSD têm nos órgãos autárquicos do Distrito uma postura de «bota abaixo», de crítica fácil, de dizer mal mas pouco ou nada contribuir no sentido da resolução dos problemas dos concelhos e freguesias do nosso distrito.

O PSD, após sucessivas derrotas eleitorais e do falhanço da política do «sucesso» e do «oásis», com uma tradução desastrosa no distrito, revela uma profunda desorientação e não sabe o que fazer.

O PS prossegue nas autarquias do Distrito uma política de terra queimada, do quanto pior melhor. Não faz nem deixa fazer, cria e empola os chamados «factos políticos». O Partido Socialista afirmava ter uma posição hipercrítica em relação ao Governo anterior. Nós afirmamos que os eleitos do PS nos órgãos autárquicos têm hoje uma atitude subserviente, de «yes man», de correia de transmissão do Governo. De oportunismo político. Limitam-se, na generalidade, a assumir o papel de porta-voz da nova/velha maioria.

Os eleitos autárquicos do PS pouco ou nada fazem nas Câmaras, mas o PS promete fazer «mundos e fundos». Tal como prometeu nas últimas eleições legislativas. Agora estão no Governo!

Nós perguntamos onde estão as promessas? A regionalização avançou? O compadrio acabou? A confusão entre o aparelho do Estado e o Partido do Governo não se intensificaram? A vida melhorou? Os trabalhadores ganham melhor? Os jovens têm mais emprego? A segurança é maior?

Que política o Governo da nova/velha maioria tem prosseguido em relação ao nosso Distrito?

Uma política de promiscuidade, de confusão entre o aparelho de Estado e as estruturas do PS. É um escândalo.

Veja-se o papel do Governador Civil, que confundindo tudo, esquecendo a ética, anuncia em iniciativas partidárias os subsídios que vai dar.

Veja-se a nomeação para os vários lugares do aparelho de Estado, com representação no Distrito, dos «boys», dos «rapazes» do PS. A crítica que fizeram ao PSD cai-lhes que nem uma luva.

Veja-se o que o PS diz do PS (extractos da nota de imprensa subscrita por três membros da Comissão Política Concelhia de Sesimbra do PS): «... Considerando que a prestação do Partido Socialista no presente mandato, nomeadamente na Câmara Municipal, na Junta e Assembleia de freguesias da Quinta do Conde constituíram uma autêntica fraude às expectativas dos municípios, que confiaram neste partido e nele vontaram de forma significativa em 1993; Considerando que as perspectivas para o próximo mandato, quer em termos da qualidade dos candidatos, quer das opções e prática políticas, se avizinham ser bem piores que aquelas que orientaram e pautaram a actividade política do PS no presente mandato autárquico...».

Veja-se a postura do PS no Governo e na Assembleia da República no que diz respeito às propostas do Grupo Parlamentar do PCP para o PIDDAC, em que votou contra todas as propostas apresentadas. As mesmas propostas que, em muitos casos, o mesmo PS vota favoravelmente nos órgãos autárquicos. Propostas ainda que, nalguns casos, fazem parte do programa do seu Governo. Propostas que, em todos os casos, permitirão resolver problemas sentidos pela população, com as quais o PS afirma hipocritamente solidarizar-se. A isto chamamos demagogia e mentira.

Dialogar é também responder. Dialogar é também resolver. Dialogar é também concretizar. O Governo do PS não responde, não resolve, não concretiza, portanto não dialoga.

Península de Setúbal

Obra feita, desenvolvimento participado

O balanço que neste momento fazemos do trabalho realizado no mandato que expira em Dezembro próximo é altamente positivo e consagra inteiramente os objectivos a que nos havíamos proposto.

A obra feita fala por si! A remodelação da Câmara Municipal e a expansão e reforço da rede de águas no Samouco em Alcochete, a cobertura da vala da Costa da Caparica, a Piscina Municipal e o Fórum Cultural «Romeu Correia», o Parque da Paz e o Programa de Realojamento Habitacional em Almada, o Parque dos Casquilhos, o Convento da Verderena, o Pavilhão do Alto Seixalinho, as estradas e ruas pavimentadas e o estacionamento criado no Barreiro, a Biblioteca Bento de Jesus Caraça, o Parque da Zona Ribeirinha, a passagem desnivelada de Alhos Vedros, a EN Moita-Montijo e a Reabilitação Urbana do Vale da Amoreira, na Moita, o Plano Estratégico da Cidade, o Programa de Realojamento Habitacional, o novo edifício da Escola Profissional, o Refeitório da Escola Primária de Canha, a pavimentação de ruas e estradas no Montijo, a recuperação do Castelo, a Biblioteca e o Pavilhão Desportivo do Pinhal Novo, o



Aposta na juventude

O trabalho de Juventude realizado pelas autarquias CDU no Distrito de Setúbal é hoje uma referência fundamental e uma presença viva. É justo salientar o seu papel pioneiro, a sua visão formativa e responsabilizadora, de recusa do fácil «paternalismo».

As políticas de juventude que defendemos apontam para a formação humana, despertando os jovens para os valores da democracia, da justiça social, do progresso, da solidariedade. As políticas de juventude que defendemos visam a formação de indivíduos capazes de exercer a cidadania e participarem de forma responsável na construção da nossa terra.

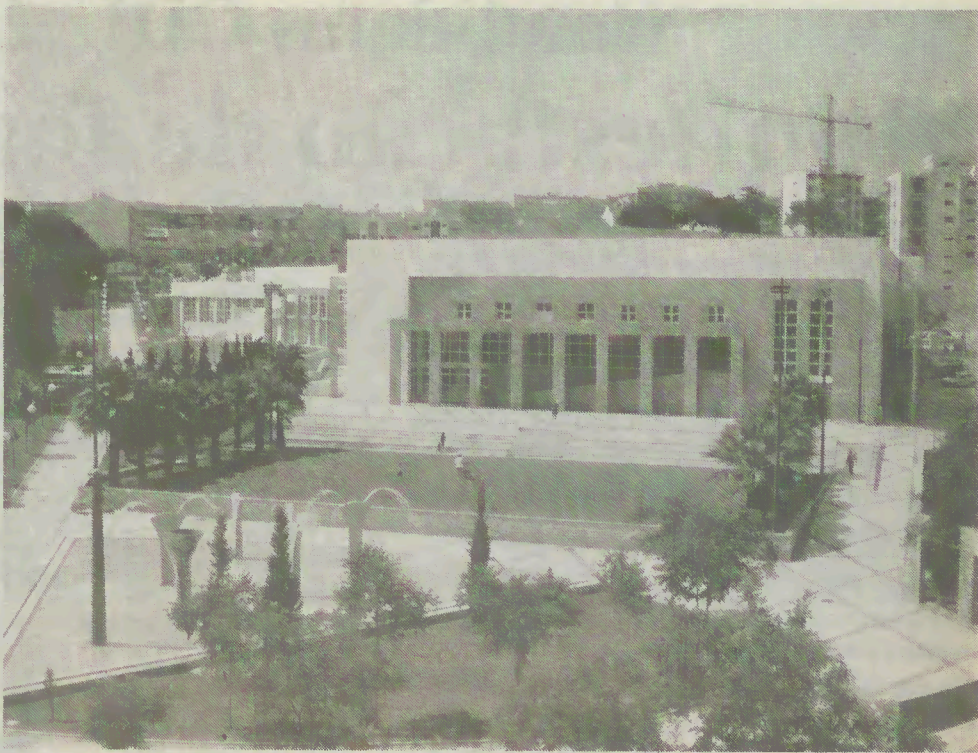
A CDU entende as políticas de juventude numa visão horizontal e interdisciplinar, consideradas de forma global, mas reconhecendo especificidades e particularidades. Assim, pensamos não ser possível falar de políticas de juventude sem falar em políticas de emprego, de saídas profissionais, de uma escola pública e de qualidade, de habitação, de combate à droga, à marginalidade, à exclusão. Se as preocupações e aspirações juvenis fundamentais não forem resolvidas, falar de políticas de juventude é falar apenas de panaceias que geram males maiores, mas não vemos resolvidos problemas estruturantes para a juventude portuguesa, que se continuará a confrontar com angústias e frustrações.

As autarquias CDU têm cumprido as suas responsabilidades. Temos, muitas vezes, e por ausência de intervenção e desresponsabilização do Poder Central, sido obrigados a ir muito além das nossas responsabilidades e capacidades. Pensamos, no entanto, que o mais importante é mobilizar vontade, é discutir estratégias e políticas, é aproveitar experiências e capacidades. Pensamos que sobretudo é preciso fazer.

abastecimento de água à zona rural em Palmela, a Piscina Municipal da Amora, a Pista de Atletismo, o Pavilhão do Alto do Moinho, a Zona Ribeirinha da Amora e as vias alternativas à EN 10 no Seixal, a estrada Santana-Espichel, a ETAR e o depósito elevado da Quinta do Conde e o início do saneamento da Bacia de Sesimbra, são apenas alguns exemplos do muito que foi feito pelas autarquias CDU ou com a sua colaboração indispensável.

Nas autarquias CDU foi, paralelamente à obra realizada, incentivada uma prática permanente de participação das populações bem ilustrada nas reuniões de Câmara e Assembleias em diversos locais dos concelhos, na transferência de competências para as freguesias, na abertura de delegações municipais descentralizadas, no diálogo intenso com o Movimento Associativo e na implementação do PROMAAS – Programa para a Modernização Administrativa das Autarquias do Distrito de Setúbal. Os programas de formação para os trabalhadores das autarquias (FORMAAS) e a informatização e modernização dos serviços, tiveram e têm como objectivo último servir melhor os cidadãos e torná-los cada vez mais sujeitos activos do trabalho que realizamos.

As autarquias CDU do Distrito de Setúbal procuraram também



O complexo desportivo de Almada é um bom exemplo da obra realizada pela CDU

nos últimos quatro anos intensificar as parcerias com a sociedade civil e reforçar os pontos de contacto com as associações empresariais, com os sindicatos, com as associações de classe e com os movimentos sociais à escala distrital, como ficou bem demonstrado no seu envolvimento no Fórum Regional de Setúbal.

O hábito de trabalho conjunto e a unidade política do Distrito de Setúbal foram também a base de um conjunto substancial de projectos intermunicipais, como o Metropolitano Sul do Tejo.

É este trabalho empenhado, inovador, dinâmico e participativo que pretendemos prosseguir nos próximos anos, na certeza de que as populações do Distrito de Setúbal vão renovar, nas próximas eleições autárquicas, o seu apoio massivo ao projecto da CDU.

O papel das freguesias

O projecto CDU coloca as Juntas de Freguesia num plano de visibilidade real, com dinâmica própria, assumindo algumas competências que as colocam em paralelo com Câmaras Municipais de menor dimensão.

A descentralização de competências, através da assinatura de protocolos com as Câmaras Municipais, tornou-se, na esmagadora maioria dos municípios CDU, uma prática coerente.

A recentemente aprovada (mas ainda não publicada) Lei da Competências veio, aliás, ao encontro da nossa realidade, apenas ratificando em termos jurídicos situações concretas que ao longo de anos de exercícios do poder local fomos sabendo construir.

Desde os arranjos e manutenção de escolas e parques infantis, às zonas verdes e jardins, aos calcetamentos de ruas e passeios, à gestão de creches, infantários e Centros de Dia de idosos, de mercados e cemitérios, à criação de escolas de música e outros espaços a actividades lúdicas e culturais, um pouco de tudo se faz por todo o distrito de Setúbal.

As experiências são diversificadas, como diferentes são também os meios e as formas de gestão, o que se compreende tendo em conta a imensa diversidade desta região onde coexiste o interior e o litoral, o densamente povoado com o praticamente desertificado, o urbano e o rural.

Há todavia um denominador comum na gestão CDU (seja município, seja freguesia): a preocupação permanente de servir o melhor que pudermos as populações, indo ao encontro dos seus anseios e necessidades. E isso temos conseguido nas 63 Juntas de Freguesia que actualmente gerimos no Distrito.

Metropolitano Sul do Tejo

Os estudos para a implementação de uma rede de Metropolitano Ligeiro na Margem Sul do Tejo estão concluídos, estando definido o conceito de rede proposto e as principais características do sistema a implementar.

A questão central que hoje se coloca em relação ao Metro Sul do Tejo, é se o Governo e o Partido Socialista se encontram verdadeiramente interessados em concretizar este importante projecto, e se estão dispostos a cumprir o protocolo que o governo anterior assinou com os municípios de Almada, Seixal, Barreiro e Moita.

Sistema multimunicipal de resíduos sólidos urbanos

O Tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) está hoje na ordem do dia. Não obstante a recolha do lixo atingir em toda a Península de Setúbal níveis próximos dos 100%, o seu tratamento apresenta ainda lacunas. A preservação e potenciação do enorme valor ambiental da Península exige uma solução integrada (institucionalmente já concretizada com a criação da AMARSUL) para este problema, que aposte essencialmente na reciclagem e reutilização como complemento de recolha, como conclui o Plano Estratégico para o desenvolvimento de um Sistema Integrado de Resíduos Sólidos Urbanos. Lamentável é que as autarquias tenham sido impedidas de aceder à maioria do capital social da AMARSUL – empresa para a recolha separativa e tratamento de resíduos sólidos –, como era sua proposta e que o Governo teimosamente recusou.

Sistema de tratamento das águas residuais

A construção de um conjunto de ETAR contribuirá decisivamente para a melhoria da

qualidade ambiental dos estuários do Tejo e do Sado, da costa ocidental da Península (Espichel-Caparica) e do parque natural da Arrábida e áreas envolventes, servindo uma população de um milhão e 400 mil habitantes.

Este projecto visa:

- A preservação da qualidade do aquífero subterrâneo da Península de Setúbal, que é o mais importante da Área Metropolitana de Lisboa (AML) e única fonte de abastecimento dos municípios da região, além de reserva estratégica para toda a AML.
- A preservação da qualidade ambiental da Península como principal área de lazer da AML e destino turístico internacional.
- Dar resposta ao previsível novo surto demográfico resultante das novas acessibilidades.

Sistema regional de abastecimento de água

A construção do Sistema Regional de Abastecimento de Água envolve os 9 municípios da Península e assegura a exploração racional do aquífero subterrâneo da Península de Setúbal. São objectivos do projecto:

- Salvaguardar o futuro da reserva de água existente limitando as perdas actualmente existentes nos sistemas municipais e nas captações privadas.
- Dotar a região de um sistema compatível com o crescimento demográfico presente e futuro.
- Eventual possibilidade de articulação com sistema da EPAL através da Ponte Vasco da Gama, com vantagens mútuas para os dois sistemas que têm fontes de captação diferenciadas (superficial e subterrânea).



AUTARQUIAS
97

Candidatos CDU

Manifestação de força e confiança

As listas que a CDU apresentará nas próximas eleições autárquicas continuarão a ser, tal como no passado, constituídas por homens, mulheres e jovens que, com dedicação e empenho, pela ligação à vida das suas terras e das suas gentes, serão os protagonistas de um projecto de trabalho, honestidade e competência, valores que constituem um importante património que caracteriza e continuará a caracterizar a CDU.

Alguns dos mais destacados presidentes de Câmara e outros autarcas do nosso partido no distrito de Setúbal têm 23 anos de actividade autárquica. Estes e outras centenas de autarcas comunistas que têm passado pelos vários órgãos autárquicos não só têm dignificado o nosso Partido como têm realizado uma obra notável reconhecida por toda a gente, mesmo pelos nossos

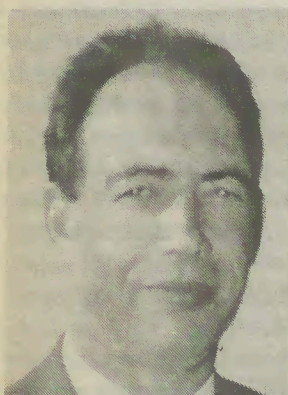
adversários políticos, particularmente fora dos períodos eleitorais. A experiência acumulada por estes camaradas tem sido importante, não só para a concretização do nosso projecto autárquico mas também na ajuda à formação de muitos e bons autarcas, que o nosso Partido pode dispor hoje para assumirem maiores responsabilidades, quer nas autarquias locais quer noutras tarefas.

Substituir, na presidência das respectivas câmaras, camaradas tão prestigiados e com um capital de obra realizada e de experiência como os nossos camaradas José Luís (Moita), Eufrazio Filipe (Seixal), Ezequiel Lino (Sesimbra) e Francisco Pacheco (Sines) é, acima de tudo uma manifestação de força e de grande confiança no futuro.

A renovação entre nós não se faz para responder a pressões de grupos ou para distribuir «tachos» pela clientela ávida de poder; faz-se fundamentalmente para responder em cada momento, e com uma perspectiva de futuro, aos desafios que nos coloca a actividade autárquica.



Alcochete



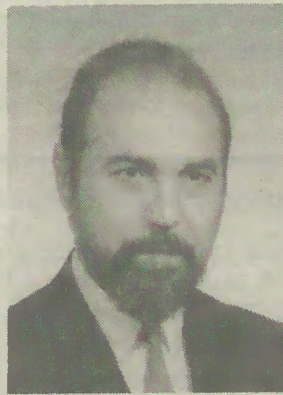
Câmara Municipal
Miguel Boeiro



Assembleia Municipal
Arnaldo Fernandes



Câmara Municipal
Maria Emília de Sousa



Assembleia Municipal
José Manuel Maia



Câmara Municipal
Pedro Canário



Assembleia Municipal
Hélder Madeira

Moita



Câmara Municipal
João de Almeida



Assembleia Municipal
José Luís Pereira



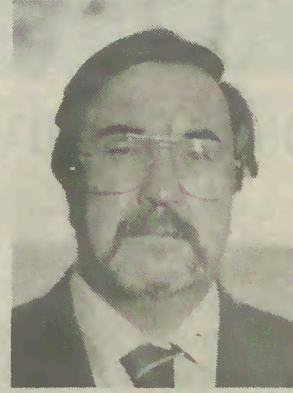
Câmara Municipal
Jacinta Ricardo



Assembleia Municipal
Antero Brotas



Câmara Municipal
Carlos Sousa



Assembleia Municipal
Victor Borrego

Seixal



Câmara Municipal
Alfredo Monteiro



Assembleia Municipal
Eufrazio Filipe



Câmara Municipal
Augusto Pólvora



Assembleia Municipal
Ezequiel Lino



Câmara Municipal
Ruben de Carvalho



Assembleia Municipal
Anita Vilar

Sesimbra

Setúbal



Alentejano

Carlos Carvalhas visitou, no fim-de-semana passado, o Algarve e o Litoral Alentejano. Da esquerda para a direita pode ver-se Carlos Carvalhas ouvindo as operárias conserveiras de Vila Real de Santo António, aspectos do comício em Sines e do jantar-convívio em Alvalade-Sado e, ainda, Carlos Carvalhas na apresentação de cabeças de lista da CDU no Jardim dos Patos

em questões essenciais

Megajantar em Silves com Carlos Carvalhas

Confiança na obra feita afirmada a mil vozes

Em maioria, mesmo que relativa, ou ainda que trabalhando na oposição, o mais forte trunfo dos comunistas e dos seus aliados nas autarquias é o trabalho desenvolvido para o progresso local e para o bem-estar das populações. Esta foi a tônica comum das intervenções do secretário-geral do PCP, do responsável da Organização Regional do Partido e do actual presidente da Câmara Municipal de Silves, de novo candidato nas listas da CDU, no final do jantar-convívio de sexta-feira, que reuniu mais de um milhar de pessoas nas instalações da FISSUL e se tornou, assim, a mais concorrida iniciativa política dos últimos tempos no concelho.

Um justificado ambiente de confiança fica desde já a marcar a preparação das eleições autárquicas, em Silves e no Algarve. Carlos Luís Figueira, da Comissão Política do PCP, referiu o trabalho desenvolvido pela CDU nos três concelhos onde esta conquistou a presidência das câmaras, em 1993 (Silves, Vila Real de Santo António e Aljezur), e recordou ainda, como confirmação da confiança acrescida que as populações depositam na coligação, a reconquista do lugar de vereador nas eleições intercalares para a CM de Albufeira.

José Viola, numa intervenção marcada pelo optimismo e a confiança no futuro do concelho, apresentou um balanço do trabalho realizado neste mandato, começando por recordar que, quando a equipa da CDU tomou posse, herdou do PS uma Câmara «muito endividada e com imagem péssima».

Com natural orgulho

Hoje, «é com natural orgulho que podemos olhar em redor e constatar como tantas coisas foram alteradas»; o rol de exemplos da obra da CDU é um facto, apesar dos entraves colocados pela oposição, «que vai deixando fazer, mas retardando o máximo possível», referiu o presidente da CM de Silves.

José Viola colocou Marcelo Rebelo de Sousa, por declarações deste recentemente produzidas numa visita ao concelho, entre aqueles que «mostram dificuldades em se aperceber da dinâmica de progresso que a CDU trouxe». O recandidato da CDU reconheceu que «há muito por fazer», mas sublinhou que «há décadas que a cidade não conhecia uma tão grande transformação como a que está a viver». Endereçou uma forte crítica também ao Ministério do Ambiente e ao «Governo do diálogo», de quem a autarquia aguarda, há mais de um ano, uma qualquer resposta ao importante projecto de desassoreamento do rio Arade.

Presentes no jantar e especialmente saudados por todos os presentes, diversos eleitos e candidatos da CDU de outros concelhos algarvios afirmaram em Silves o seu empenho em alcançar um bom resultado na batalha autárquica do final deste ano, culminando a actividade desenvolvida em prol das populações: Manuel Marreiros, presidente da CM de Aljezur; Romeu Brito, candidato à CM de Albufeira; Sebastião Coelho e Joaquim Elias, candidatos à CM e à AM, respectivamente, de Olhão; Rui Sacramento e Luís Catarino, candidatos à CM e à AM de Portimão; António Romeira, candidato à CM de Tavira.

A iniciativa permitiu ainda apresentar publicamente os primeiros nomes da CDU nas listas para a Assembleia Municipal (Soledade Reis, actual eleita na AM) e para as oito assembleias de freguesia silvenses: Alcantarilha (Maria Paula Lopes), Algoz (José Manuel Ramos), Armção de Pêra (Leonel Fernando Sousa), Pêra (Maria Manuela Silva), São



Em Silves, a CDU promoveu um jantar, para apresentação dos cabeças de lista aos órgãos autárquicos do concelho, que constituiu uma prova inegável de confiança nesta Coligação

Bartolomeu de Messines (José Piçarra, actual vereador da CM de Silves), São Marcos da Serra (Manuel Duarte Tomé), Silves (Mário Godinho, actual presidente da Junta de Freguesia) e Tunes (José Belarmino Costa, actual vogal da JF). Os candidatos foram apresentados por José Leal, mandatário concelhio da CDU e membro da Assembleia Municipal.

Ao lado dos candidatos de Silves e dos dirigentes comunistas que usaram da palavra, sentaram-se também os camaradas José Vitoriano e Carlos Costa, membros de organismos executivos do Comité Central do PCP, que pela sua actividade e por fortes laços familiares estiveram e continuam ligados ao concelho e ao Algarve.

■ DM

Escândalo agravado na privatização da EDP

Centrando a sua intervenção nos temas da política nacional e nas tarefas que os comunistas têm pela frente nos próximos meses, Carlos Carvalhas acusou o Governo de estar a promover um escândalo e uma vergonha, com sérios prejuízos para o País e a economia nacional, devido à política de privatizações e, em particular, ao que se está a passar com a primeira fase da venda de acções da Electricidade de Portugal.

A agravar este escândalo, denunciou o dirigente comunista, o director distrital de Finanças de Lisboa fez distribuir aos directores de Finanças, chefes de divisão, chefes de secretaria do Tribunal Tributário de 1ª Instância, chefes de repartição e tesoureiros da Fazenda Pública um ofício do Banco de Comércio e Indústria em que este oferece os seus préstimos «para mais informação e para participar nesta operação de privatização da EDP».

Mais, no documento que o responsável das Finanças do distrito de Lisboa remeteu aos seus subordinados o BCI propõe mesmo um negócio: «No caso de no momento não lhe ser conveniente dispor do montante necessário ao investimento pretendido, o BCI disponibiliza-lhe uma linha de crédito especial em condições excepcionais.»

A bem da verdade, deve dizer-se ainda que, no ofício enviado ao director distrital de Finanças, o BCI não faz nem sequer insinua qualquer pedido de reenvio da missiva, como por vezes sucede com umas charlatanices que nos poluem as caixas do correio, prome-

tendo mil felicidades se mandarmos mais dez cartinhas ou o fim do mundo se rasgarmos o papel.

Ao princípio da noite de segunda-feira, a Agência Lusa revelava que o ministro das Finanças decidiu instaurar um inquérito para averiguar as circunstâncias em que ocorreu o caso denunciado no Algarve por Carlos Carvalhas.

Graves problemas sociais

A elevada taxa de desemprego do distrito de Faro — que coloca o Algarve em segundo lugar na lista das regiões com mais desempregados a nível nacional —, a forte precariedade do emprego e a degradação do nível de vida dos trabalhadores por conta de outrem sobressaíram entre os mais graves problemas expostos a Carlos Carvalhas durante o encontro que o secretário-geral do PCP teve com sindicalistas, na capital algarvia.

Sexta-feira à tarde, na sede da União dos Sindicatos do Algarve, Carlos Carvalhas e Carlos Luís Figueira ouviram dirigentes de vários sectores (como as pescas, a hotelaria, a saúde, a educação, a administração pública, a construção civil) falar sobre os problemas específicos mais sentidos pelos trabalhadores e ficaram a saber, nomeadamente, que no Tribunal de Trabalho de Faro há 350 processos que aguardam resolução há meses...

■ FRANCISCO LOPES

Membro da Comissão Política

Prevenção da toxicoddependência

Basta de insensibilidade

OS MOTIVOS de preocupação com a evolução da toxicoddependência continuam a crescer. Nada indica que se esteja a verificar um recuo naquela que é já considerada a doença social do final do século.

A sociedade actual gera as condições que conduzem à toxicoddependência, e os seus poderes dominantes fecham os olhos, quando não estimulam a produção e o tráfico de drogas, sejam as já conhecidas como a heroína e a cocaína sejam as drogas sintéticas, desenhadas em laboratórios à medida das fragilidades do indivíduo, para uma mais eficaz penetração e comercialização. A expansão do Ecstasy aí está a confirmá-lo.

O rasto da toxicoddependência continua bem marcado no sofrimento familiar, nos problemas de saúde e segurança, e na vida de muitos milhares de pessoas, particularmente jovens, que perdem a sua liberdade, vivem subjugados pela droga de que dependem, num círculo que se vai estreitando até cortar as ligações com todos os valores da vida, que vêm definhando a saúde, sofrem alterações de personalidade e correm riscos que em não poucos casos os conduzem à morte.

Um rasto que se exprime também em situações como a do Casal Ventoso, consequência da realidade nacional existente, ou na revelação de novas formas de escravatura como a praticada por um empreiteiro da construção civil que pagava aos operários toxicoddependentes em droga e assim os controlava.

Aqueles para quem não é indiferente este problema social, para quem não é inevitável aceitar uma sociedade que gera a toxicoddependência, para quem não são apenas as consequências laterais da toxicoddependência, apesar de em vários aspectos serem graves, ou a sua visibilidade pública que estão em causa, coloca-se o desafio permanente de confrontar o Governo com a responsabilidade que tem de tomar de facto as medidas para fazer recuar este flagelo, com a mobilização das mais diversas estruturas e entidades, com a sensibilização da sociedade, sim, mas com a indeclinável responsabilidade que o Estado tem que assumir para enfrentar este flagelo.

1 — A prevenção da toxicoddependência e o combate ao tráfico de droga estão em Portugal com mais de uma década de atraso em relação ao agravamento da situação e a resposta necessária continua a atrasar-se. As coisas funcionam com grande lentidão, há orientações estratégicas definidas que ficam em grande medida no papel, há decisões que não são cumpridas. Continua uma imperdoável insensibilidade face a um problema dramático que quotidianamente afecta tantos portugueses.

Depois dos governos do PSD que têm enormes responsabilidades na situação criada, o PS que declarou a droga como inimigo público número um, não tem na sua acção governativa actuado em conformidade com tal proclamação. Lançou o dia D a 28 de Janeiro, que poderia ter sido inserido num plano de sensibilização da sociedade a que se seguiriam medidas práticas coerentes, mas passados quatro meses, verificamos que foi sobretudo uma iniciativa de propaganda sem que se tivessem seguido as medidas de grande urgência que se impunham e impõem.

Numa acção geral que não responde às necessidades e acusa nitidamente perda de velocidade, duas situações são particularmente escandalosas e ilustram bem a distância entre as palavras e os actos na prevenção da toxicoddependência.

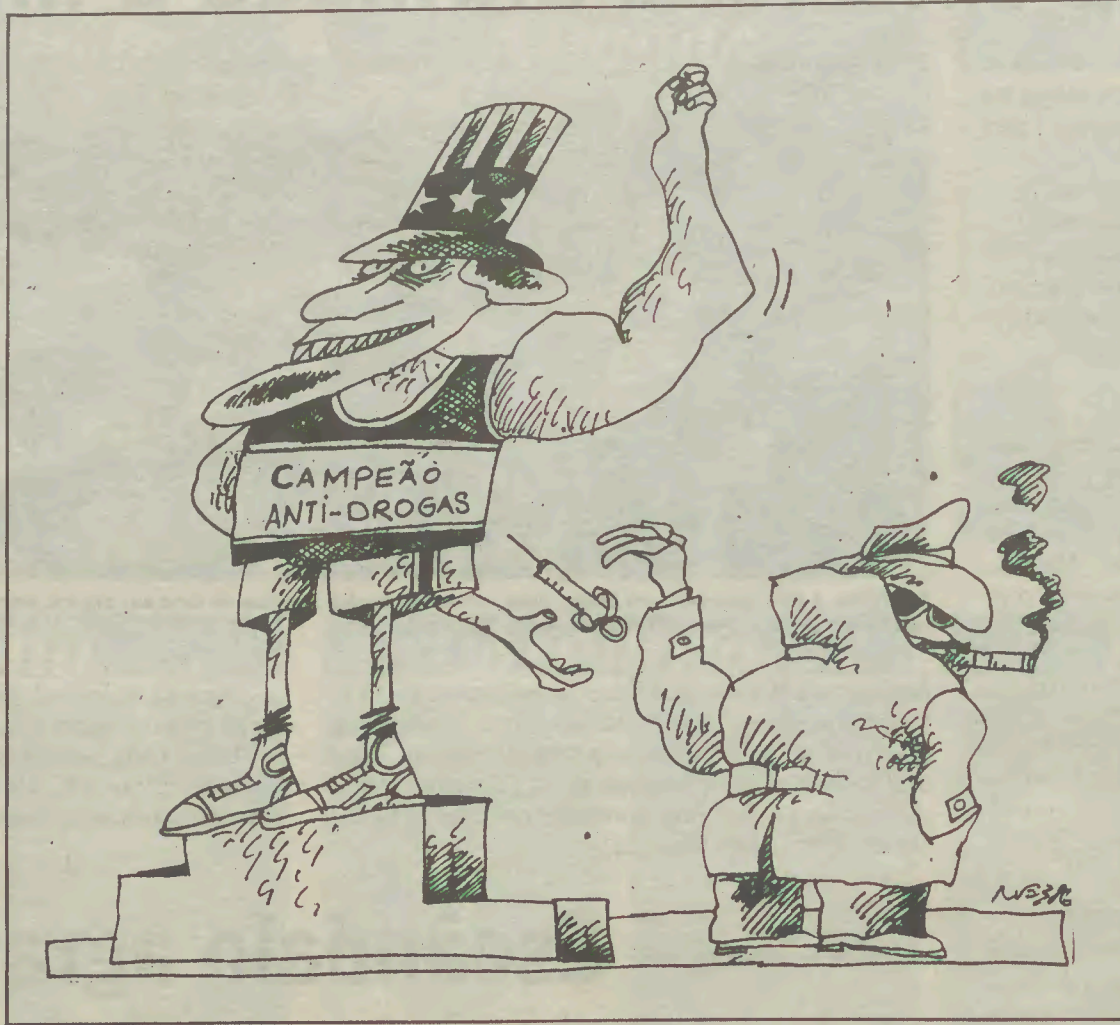
Para se combater este flagelo é preciso conhecê-lo, conhecê-lo mais, as suas características, a sua distribuição no País, o seu peso nas várias camadas sociais e as suas tendências de evolução. Dá-se a situação caricata de o Observatório Europeu das Drogas e da Toxicoddependência (OEDT), com

sede em Lisboa, não ter publicado, por não lhe terem sido facultados, dados sobre Portugal em algumas matérias fundamentais. É uma falta de elementos imperdoável, que revela a ausência de dados estatísticos cre-

díveis e de estudos epidemiológicos que é fruto de incapacidade e insensibilidade mas pode ser ainda mais grave e traduzir o propósito de esconder a dimensão deste problema.

Para se combater o flagelo da toxicoddependência é igualmente necessário ter uma percepção global e alargada de todas as vertentes do problema, incluindo as iniciativas tomadas, os seus resultados e perspectivas e é também indispensável que ao mais alto nível dos órgãos do poder se tome consciência colectiva da situação para poderem ser tomadas medidas adequadas e a tempo. Isto mesmo foi apontado

São necessárias medidas de emergência. Pela sua parte, o PCP continuará a intervir para que seja possível uma nova política de prevenção da toxicoddependência e de combate ao narcotráfico.



quando na alteração à chamada lei da droga se introduziu um artigo proposto pelo PCP relativo à elaboração de um relatório anual sobre a situação da toxicoddependência em Portugal, a entregar à Assembleia da República até 31 de Março de cada ano. A lei foi aprovada em 1996, já passaram dois meses da data de entrega do primeiro relatório e até agora não chegou qualquer relatório, nem se sabe quando chegará.

Assim não.

E se esta é a situação em dois aspectos que não oferecem dificuldades de maior, não é difícil de imaginar como esta inércia, esta falta de vontade política, esta inexistência duma viragem na prevenção da toxicoddependência se pode estar a reflectir na prevenção primária, no tratamento, na reinserção social e no combate ao tráfico e ao branqueamento de capitais em particular na disponibilização de meios e na formação e disponibilização de quadros.

2 — Os problemas da toxicoddependência estão presentes na sociedade portuguesa e cada vez mais são objecto de uma justificada preocupação política; no entanto, é confrangedora a superficialidade e tantas vezes a demagogia com o que o problema tem vindo a ser debatido.

Procura fazer-se um debate maniqueísta reduzindo'tudo à questão penalização, despenalização. Outros entram pelo leilão de penas no estilo "quem dá mais" lá se propõe mais um ano de prisão, para passados 6 meses propor mais um ano, como se em mais um ou mais cinco anos de prisão estivesse a solução para o problema do tráfico de droga. Todos sabem que não é assim e os países com penas pesadíssimas aí estão a demonstrá-lo.

As questões começam na dependência das drogas e nos gravíssimos efeitos físicos, psicológicos e psíquicos que provocam nos toxicoddependentes e em todo o ambiente familiar e social que os rodeia e no que contribui ou não para evitar que mais pessoas caiam nesse ciclo infernal ou para dar oportunidade de saída aos que nele entraram.

E não há qualquer liberalização, despenalização ou legalização que resolva isto, há até muitas opiniões que apontam para a possibilidade de soluções desse tipo levarem a um sensível alargamento do número de consumidores e de dependentes de droga.

Então, para aqueles que não se conformam com a perspectiva do Homem como ser alienado, diminuído, subjugado ou destruído pela toxicoddependência, independentemente de todos os debates sobre as melhores estratégias a desenvolver, coloca-se sempre como necessidade o ataque às causas sociais que estão na base da sua expansão, a prevenção de modo a evitar a proliferação do fenómeno, o tratamento dos toxicoddependentes com os meios, as infra-estruturas e os quadros necessários, a investigação científica que possa tornar mais eficaz a recuperação e os programas de reinserção social que permitam a sua reintegração na vida.

Para quem considera natural a perspectiva do Homem dominado e destruído pela droga, como uma questão de escolha individual, então este problema não se coloca.

Para aqueles que estimulam o consumo de estupefacientes como factor de alienação social e política, indiferentes às consequências da toxicoddependência, também não há preocupações de maior a ter, a não ser camuflar essa intenção para não chocar demasiado a sociedade.

É importante continuar o debate sobre as estratégias mais eficazes para fazer recuar a toxicoddependência, sem cair em soluções fáceis, tantas vezes falsas soluções, um debate que não

sirva de biombo para escamotear a realidade, que não sirva para atenuar ou iludir a pressão necessária para a adopção de medidas indispensáveis e urgentes, na prevenção da toxicoddependência e no apoio, atendimento, tratamento e reinserção social de toxicoddependentes que em qualquer caso será sempre necessário.

3 — Chegados à grave situação em que o País se encontra, não bastam orientações gerais. Para grandes males, grandes remédios. Em outras épocas, perante epidemias diferentes mas não menos complexas, mobilizaram-se recursos e quadros, criaram-se infra-estruturas e esses problemas foram enfrentados. Face à epidemia da toxicoddependência que avança na sociedade portuguesa e no mundo não foi feito até agora algo de semelhante.

É necessário debater e deve debater-se, mas não na base de um debate paralitante e redutor. Numa situação grave são necessárias medidas de emergência, os principais órgãos do poder, em primeiro lugar o governo, têm que ser confrontados com isto.

Pela sua parte, o PCP continuará a intervir para que seja possível uma nova política de prevenção da toxicoddependência e de combate ao narcotráfico.

Efeitos especiais

T R I B U N A

Como sucede no cinema com as cenas filmadas com efeitos especiais, também as cenas eventualmente chocantes protagonizadas pelo Governo e pelo PS em torno das finanças locais parecem a sério, mas também elas não passam afinal de trucagens e manipulações feitas em estúdio. E, assim como na campanha eleitoral "Pê-esse" foi o marketing que dominou, agora são efeitos especiais que dominam a actividade política do Governo e a sua imagem.



João Amaral

A questão não é nova. Trata-se, bem vistas as coisas, de mais um degrau na escadaria de política-espectáculo em que se vem progressivamente transformando o debate político em Portugal. Mas, cada novo degrau da política-espectáculo representa um novo degrau de dificuldade para quem entenda que a política deve equacionar os problemas reais dos cidadãos e do país.

Para o provar, basta analisar a reacção da comunicação social aos acontecimentos. Que ninguém acredita seriamente na ameaça do Governo de provocar eleições antecipadas, percebe-se perfeitamente. Percebe-se nas entrelinhas, e nalguns comentários mais ácidos ou mais irónicos. Mas os títulos e as chamadas de primeira página vão noutro sentido, no de dar credibilidade e amplitude às ameaças do Governo. Ao fim e ao cabo, é deste tipo de histórias que a comunicação social portuguesa mais se alimenta. A demonstração do carácter artificial, pouco sério e pouco digno da ameaça de António Guterres não alimenta notícias. Toda a história acabaria aí. O que alimenta "notícias" é a confirmação da história, sempre com mais recados, cada vez mais dramatizados, cada vez mais espectaculares. A portentosa máquina de efeitos especiais entra em acção. E as matinais brincadeiras do Primeiro-Ministro na banheira, com barquinhos de plástico navegando empurrados pelo esforçado sopro guterrista, transformam-se em oceanos

crítérios de Maastricht, o PSD não poderia em circunstância alguma responsabilizar-se por uma decisão política definitiva que aumentasse a despesa pública em termo de inviabilizar o respeito por Portugal dos critérios de Maastricht. Por outro lado, na perspectiva de ganhar apoios contra o Governo, nunca o PSD se responsabilizaria por uma medida que por si obrigasse ao aumento dos impostos. Ao fim e ao cabo, verdadeiramente não há questão nenhuma, porque o PSD não tem condições políticas para dar o passo que o Governo imputa ao PSD como resultado do projecto que apresentou na Assembleia. Dito de outra forma: se as receitas das autarquias aumentassem nos valores propostos pelo PSD, seria o próprio PSD a tudo fazer para que os encargos que sobre eles recaem aumentassem na mesma proporção!

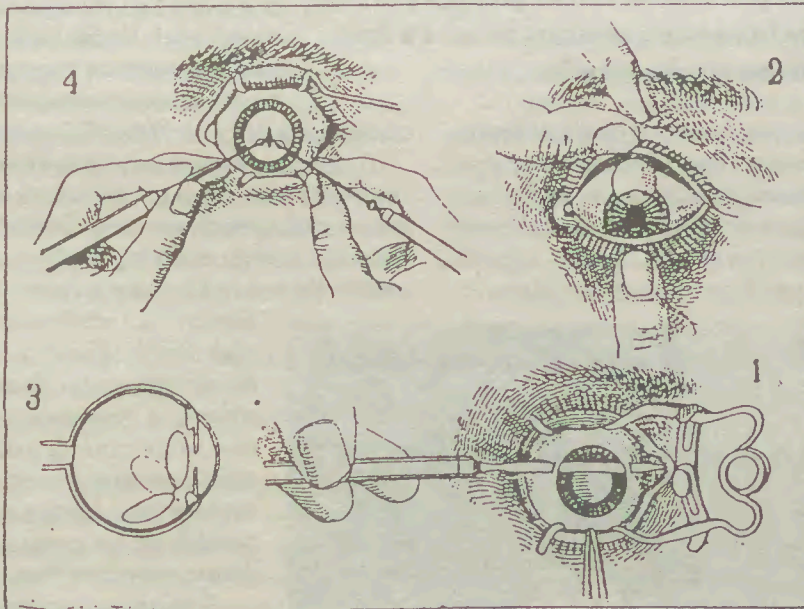
Mas, se de facto houvesse caso, isto é, se fosse efectivamente possível aprovar no Parlamento uma Lei de Finanças Locais que representasse aumento significativo das transferências financeiras para as autarquias, sem ser de imediato acompanhado da correspondente transferência de encargos, pergunta-se: nessa situação, seria de acreditar na ameaça de o Governo se demitir, para provocar eleições?

Jogadas

Antes de tudo, para aprovar uma lei contra a vontade do PS, seria preciso que ela fosse votada pelo PSD, PP e PCP. Ora, o PP sempre valeu ao PS nos momentos decisivos...

que a aprovação de tal lei não inviabilizaria que o Governo tomasse logo a seguir as iniciativas tendentes à transferência de novas competências, como é, aliás, desejo expresso dos municípios!

Mas, o negócio da política espectáculo estava lançado e pará-lo não é fácil. Também aqui as reacções políticas são elucidativas. PSD e PP começaram por desvalorizar a operação de chantagem, afirmando que não havia nenhuma razão para dramatismos e que o Governo estava a fazer uma mera jogada. Portaram-se como quem não queria entrar no jogo. A imprensa comentou: PSD e PP desdramatizam e... recuam!



Por isso, logo a seguir, PSD e PP mudaram de linguagem. O PP afirma publicamente que se António Guterres quer ir embora, "a porta está aberta". E Rebelo de Sousa desafiou António Guterres a cumprir a ameaça: "se o Primeiro-Ministro tiver palavra e for coerente, que cumpra, por uma vez, o que promete: provoque eleições antecipadas".

Como se vê, com a ajuda da equipa de efeitos especiais, Manuel Monteiro e Marcelo Rebelo de Sousa já caminham pelo tecto, sem se estatelarem. A via do bom senso rasteiro pô-los de gatas, receosos do efeito público da ameaça de Guterres. Rapidamente inflectiram o discurso, caminhando tranquilamente na via da ficção. Eles sabem melhor do que ninguém que não podem ir para eleições antecipadas. O PSD não tem credibilidade para se arriscar a contar os votos, num momento em que a memória dos anos de cavaquismo não se apagou. E o PP sabe que vai pagar pesadamente as lutas internas e os apoios ao PS dados em conflito aberto com a demagogia usada na campanha eleitoral. Mesmo assim, PSD e PP afirmam aceitar o risco. Risco igual a zero: agora é o Governo que desdramatiza, afirmando que Rebelo de Sousa não fala seriamente...

Sempre no domínio da ficção, não faltarão desenvolvimentos. António Guterres puxará a sua pistola de raios M-Delta e, numa transmutação químico-regressiva, assaltará a capoeira do Prof. Cavaco onde está sepultada a fórmula secreta do Planeta Brás e Brás, para sobreviver a todas as derrotas. Marcelo Rebelo de Sousa subirá numa hipotesenusa radiosomática, à caixinha de botões do Dr. Mário Soares e furtará o segredo da hipocongelação do elixir do mar Portus, remé-

dio para toda a concorrência caseira. E por aí fora, conforme queiram os directores do filme!

Desafios

Mas, é obrigatório jogar este jogo? Que sucede a quem não o fizer?

Quem não jogar este jogo, quem quiser denunciar os efeitos especiais do filme, quem apelar às realidades concretas, quem preferir discutir os problemas reais, fica sujeito à severa pena de não aparecer em parte nenhuma, uma espécie de pena do esquecimento e silêncio. Evidentemente, para os interessados neste jogo, é essencial que qualquer cidadão disposto a dizer que "o rei vai nu" deve ser proscrito. Esse cidadão não pode ser impedido de lá em casa, falando com os familiares e amigos, contar a verdade, a sua verdade. Mas as tribunas públicas serão devidamente controladas, para que ao povo só chegue a versão "oficial"...

Fica assim a legítima dúvida sobre se quem quiser denunciar o jogo não terá de entrar nele... Pode ser desagradável e incómodo. Pode ser visto como uma concessão, feita à política espectáculo que precisamente se condena. Pode sentir-se como ferindo princípios e valores. Mas em nome da eficácia e da capacidade de transmitir uma mensagem, a questão tem de ser ponderada.

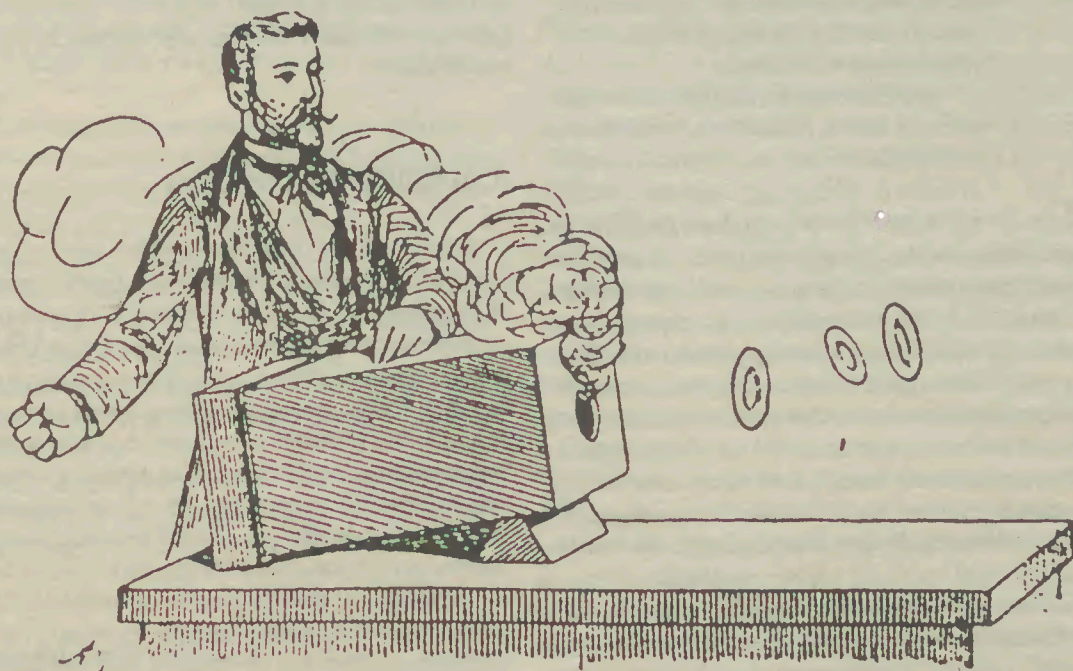
Agarrando a questão concreta das finanças locais, há em primeiro lugar uma pedagogia a fazer sobre a própria matéria: porque razão a descentralização é vantajosa para os cidadãos, porque devem ser reforçados os meios financeiros e as competências das autarquias locais, não só dos municípios como das freguesias. Depois, há uma pedagogia política: há que lembrar os sucessivos incumprimentos da lei das finanças locais pelos Governos do PSD, as ingerências nas autarquias da sua responsabilidade, mas também as promessas do PS de aumento significativo das receitas autárquicas (duplicação!) e o seu incumprimento no Governo, mantendo as autarquias no mesmo nível de financiamento que resultou da política do PSD.

Mas se para dar eco a esta pedagogia querem espectáculo, não é difícil. Por exemplo:

Daqui se desafia o PS e o Primeiro-Ministro a aprovarem de imediato a criação das regiões (sem revisão nem referendo) e as correspondentes leis de transferência de competências e lei das finanças das regiões administrativas.

Se não o fizerem, então há boas razões para concluir que o PS e Governo defendem o centralismo e rejeitam qualquer medida de efectiva descentralização: por um lado, vão deixando a regionalização ser adiada... e ganhar mais inimigos; e por outro lado; combatem uma nova lei de finanças locais que representa um real avanço para as autarquias.

Assim sendo, um Governo marcado pelo centralismo, então o País não perde nada com a sua saída. Se é ele próprio que acha chegado o momento, por que contrariá-lo? Seria um belo "The End", sem efeitos especiais...



devastadores, com esquadras e ultimatós, para o povolu ficar embaçado e estarrecido.

Propositadamente, a questão central de saber se a aprovação de uma nova lei de finanças locais traria ou não uma elevação da despesa pública, e eventualmente, dos impostos, é uma questão que não é minimamente aprofundada. Se essa questão fosse aprofundada, ficaria imediatamente à vista a demagogia do PSD. Por um lado, amarrado como está à moeda única e aos

De qualquer forma, a ameaça do PS não tem nenhuma base real. Primeiro, porque seria o PS a ser responsabilizado por uma crise política que, diriam, afastaria inevitavelmente Portugal do lote dos primeiros escolhidos para o euro. Segundo, porque o caso francês mostra que não basta acreditar numa certa jogada para ela dar resultados! Terceiro, porque a oposição do PS a uma lei reforçadora do financiamento das autarquias colocaria o PS numa desastrosa posição para a batalha autárquica. Quarto, por-

Violência é epidemia mundial

O problema da violência é mundial, mas nos países subdesenvolvidos, como o Brasil por exemplo, atinge níveis preocupantes pela extensão da miséria e pelas falhas na organização da sociedade, tanto no que se refere à estrutura institucional como às normas e leis adoptadas. Os traços herdados do colonialismo, como o peso determinante do sistema oligárquico em todas as manifestações de poder, condicionam o comportamento social anulando os esforços pela implantação da democracia. Por mais desenvolvidos que sejam alguns sectores socioeconómicos, a sociedade é subjugada pelo domínio externo que usa o país como quintal e mercado para todos os seus produtos, inclusive a droga e a subcultura que deforma as novas gerações.

Recentemente, foi criada pelo Governo no Brasil uma Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Confesso não ter grandes esperanças de que possa implementar uma estratégia para desviar o curso que a sociedade segue em direcção ao caos social. O Estado Mínimo que o neoliberalismo criou tem cada vez menor capacidade de actuação positiva e o peso da burocracia afoga o país anulando

Os problemas

A lista é interminável: droga, prostituição, bandidismo, corrupção, prática de crueldades, racismo, classismo, prepotência, abuso de poder, impunidade, formas de violência que se manifestam de diferentes maneiras em toda a sociedade. Seria necessário classificar os problemas tipificando-os em relação às suas raízes e às causas estimulantes.

As estatísticas apontam uma situação de guerra permanente que liquida sobretudo por morte violenta uma larga faixa etária que vai dos 5 aos 39 anos em todo o país. Em São Paulo, os jovens entre 15 e 24 anos morrem numa proporção crescente em confrontos mais que por doenças e acidentes. Em 1965, esta cifra era de 21% e em 1995 de 72% os óbitos por violência.

O caso dos jovens que assassinaram o cidadão Galdino dos Santos em Brasília revelou as fragilidades da cultura que hoje permeia a sociedade brasileira e que é alimentada com os melhores recursos da moderna tecnologia científica através dos meios de comunicação social e dos exemplos promovidos abertamente. O assunto é vasto, envolve a aceitação de uma sociedade dividida e discriminatória, toca o problema da impunidade para uma elite privilegiada e o conseqüente abandono de princípios éticos, prende-se ao descontrolo da comunicação social que utiliza a perversidade como pano de fundo para os seus produtos sensacionalistas, revela a irresponsabilidade (ou mesmo crueldade) de entidades que interferem na formação sociocultural.

O objectivo central ensinado às crianças, insuflado na juventude, apregoadado pelos dirigentes da sociedade, é o mercado, o lucro, o poder a qualquer custo, os malabarismos da esperteza, a ausência de modéstia, a falta de respeito pelo cidadão comum. Os heróis são cínicos, sem escrúpulos, marginais, privilegiados.

Os pais debatem-se dentro destes mesmos conceitos com a agravante que carregam uma consciência de culpa por não poderem vencer na competição desenfreada que condiciona a sua própria aceitação pelos filhos. Aí entram as modernas terapias baseadas nos conceitos de *invente-se novos pais* para estabelecer demagogicamente a empatia com o cliente adolescente. Os pais são responsabilizados por todos os problemas que o jovem enfrenta. A família vai sendo meticulosamente destroçada pela «ciência» e pela tecnologia que condenam o bom senso como coisa do passado e a dignidade do ser humano como «carece» ultrapassada.

Quando ocorre um desastre, como o dos jovens em Brasília, ou das chacinas em favelas por PMs (Polícia Militar), ou ainda os frequentes incêndios de mendigos (que nem são noticiados por se tratar de «brincadeiras» de jovens da

classe média/alta e as vítimas simples «mendigos», ou as overdoses, a prostituição de menores, enfim toda essa infinidade de crimes que vão sendo banalizados pela repetição e pela impunidade, no melhor dos casos a Justiça impõe as suas penas tradicionais. Todos sabem que não é solução, mas é cómodo saber que uns quantos criminosos ficam fora de circulação. Alimenta-se o cinismo, o oportunismo, o individualismo, que faz do cidadão um selvagem egoísta.

Os pais são acusados de *omissão*, mas o mesmo se poderá dizer dos governantes, dos psicólogos, dos médicos, dos sociólogos, dos juristas, dos professores, dos jornalistas, das Igrejas, dos Partidos Políticos, de todas as instituições responsáveis do país.

Vivemos na *era da omissão* e da *impunidade*, mas isto não é uma fatalidade, é a decorrência de uma situação criada pela injustiça social que continua a ser cultivada pelas elites. Exige-se que uma atitude conseqüente seja tomada para salvar a sociedade. É o dever de todo cidadão consciente e a justificação da existência dos poderes constituídos.

Autoridade moral para enfrentar a questão

No Brasil de hoje, o debate é aberto sobre as falhas do sistema vigente, sobretudo da incapacidade das instituições. Verifica-se a falência do sistema judicial que empilha os presidiários em celas

superlotadas onde já é comum a necessidade de dormir na vertical por falta de espaço para deitar. O depoimento televisivo de um juiz é um relato de horrores: não há condições de higiene, não há atendimento médico, misturam-se presos por pequenos delitos com facínoras, esquecem-se os condenados a penas leves porque o Estado não hesita em facultar o acompanhamento jurídico. No dizer do juiz o Estado não cumpre as leis estabelecendo penas alternativas e criando as condições mínimas de respeito pelo ser humano «Quem sai dali depois dessa experiência estará seguramente pior do que ao entrar. E cada presidiário custa ao Estado quatro salários mínimos mensais.»

Temos, portanto, uma fábrica de revoltados e desesperados financiada pelo Estado que vende o património nacional para salvar bancos em falência e não tem recursos para manter o atendimento médico mínimo à população. Então passamos para outro sector falido: o da saúde. Há hospitais que ameaçam fechar por falta do material básico: algodão, esparadrapo, mercuriocrômio, álcool. Foram importadas da Índia vacinas com validade vencida que causaram a morte de várias crianças, num posto de saúde foi ministrada insulina no lugar da vacina tríplice, em vários faltam as vacinas e medicamentos fazendo ressurgir doenças que já haviam sido eliminadas (em São Paulo prolifera o sarampo com saldo de mortes). No entanto, o comércio médico vai de vento em popa: um especialista em endocrinologia (Geraldo Medeiros) cobra cerca de 70 mil escudos pela consulta e uma especialista em geriatria (Mariana Jacob) apenas 35 mil e já tem a agenda tomada até ao ano 2001.

Voltando à questão da criminalidade (como se vê, os contrastes sociais são importantes para analisar as situações de desespero ou de descrença em relação ao poder público), os jovens que assassinaram o cidadão Galdino em Brasília ainda não foram condenados e os seus companheiros de classe e geração continuam a atear fogo em mendigos nas grandes cidades como um desporto excitante. E ainda não foi esquecido o caso da morte de PC Farias (o braço financeiro do ex-Presidente Collor), supostamente assassinado pela sua amante, em que as provas foram queimadas pela polícia antes dos exames periciais. Hoje está restabelecida a ligação com a máfia italiana e contestados os laudos que indiciavam o suicídio da pretensa assassina. Mas tudo permanece como mais uma novela para o grande público.

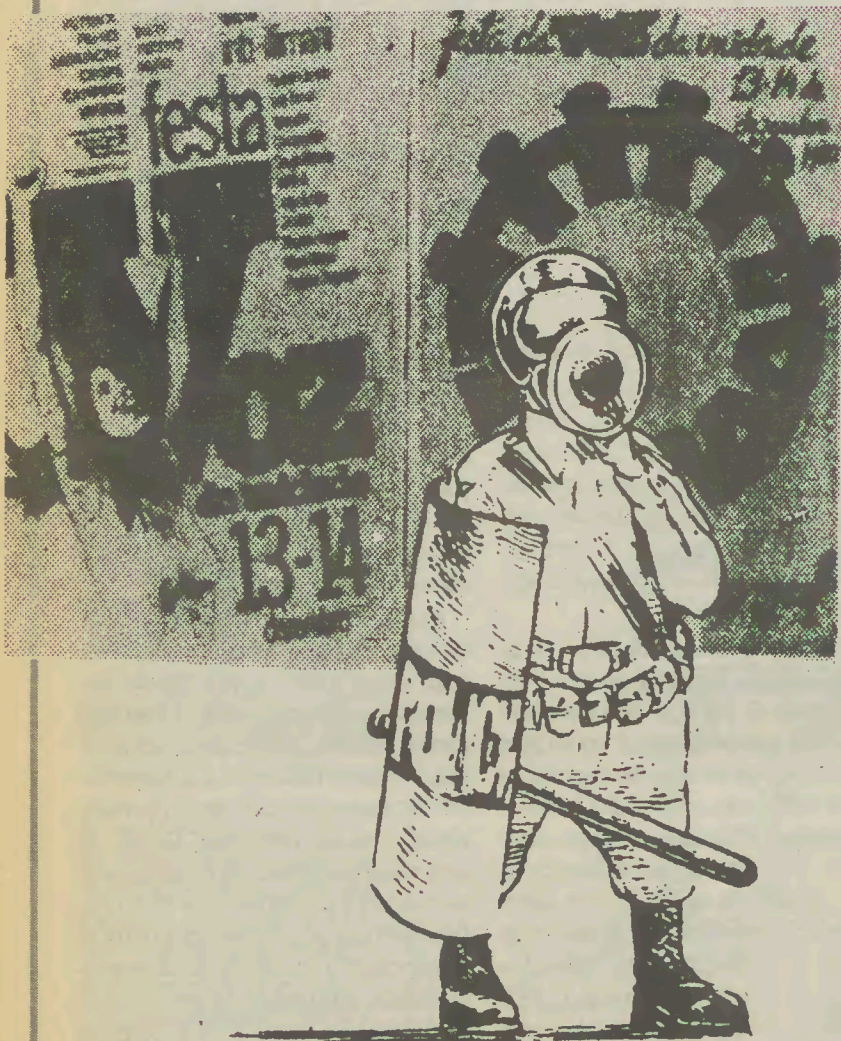
Mas há outro lado da questão: revela-se uma fita gravada onde um deputado diz ter recebido 200 mil reais (cerca de 34 milhões de escudos) para votar a favor da re-eleição do Presidente da República, e outra onde mais um deputado federal promete interferir junto ao árbitro de futebol para que faça vencer o clube que financia a sua campanha. Isto para só mencionar os escândalos desta semana, que se somam a uma enxurrada deles relacionados todos com os mais altos escalões da sociedade. O cidadão comum, se não está preso, se tem emprego, se consegue equilibrar as despesas domésticas (mais elevadas que na Europa), sente-se no mínimo desanimado. Quem tem autoridade moral para pedir à população que colabore com o Estado?

A definição de violência

Realizou-se um importante Seminário promovido pela TV Cabo e a Universidade de São Paulo para discutir a grave questão da insegurança que atemoriza a população. Vieram especialistas que organizaram a polícia no Canadá e nos Estados Unidos e estiveram presentes políticos e especialistas universitários de vários estados do Brasil. Trataram de temas importantes como a reorganização do sistema judiciário, a formação das polícias, a situação dos Tribunais com o seu peso burocrático infernal, a violência vista como epidemia. Não se referiram à escola de violência mantida pela televisão, pelos cinemas, pelas bandas desenhadas para crianças. Também não tocaram no abuso da autoridade (política, económica ou intelectual) que mantém a maioria da população humilhada perante uma elite. No melhor dos casos, referiram as carências socioeconómicas como uma das causas da marginalidade. A aceitação desta evidência tranquiliza os que analisam os factos, mas a solução fica por conta de Deus.

A impressão que resta depois de tantos debates abertos, «democráticos», é que vivemos como personagens de livros em que a história já está escrita com todos os temas clarificados. E daí? O que interessa ao cidadão comum saber que os especialistas já conseguiram compreender a realidade do povo (distante e lá em baixo) se ainda não descobriram o que fazer com ela?

A democracia é como o famoso cometa que dizem poder ser visto na linha do horizonte entre as 18,30 e as 17 horas mas ninguém (sem os recursos da elite) consegue dar com ele. Com esperança, ficamos olhando o céu.



— Atenção! O sonho acabou! Vamos circular!

do o pouco que oficialmente se pode ainda fazer. Mas o somatório dos esforços em torno de uma instituição prestigiada pela Presidência da República poderá criar condições para conter a marcha da criminalidade que agora ainda parece inexorável. Tudo dependerá, portanto, da capacidade do novo órgão governamental de atrair a participação efectiva da sociedade e não criar obstáculos burocráticos e políticos para a sua acção.

Há um movimento associativo bastante forte que se espalha por toda a sociedade brasileira procurando soluções que amenizem os problemas sociais e milhões de pessoas desejosas de poder contribuir com a sua participação para salvar este povo cordial, alegre, criativo, das ameaças do crime organizado e dos efeitos da marginalidade em que a maioria vive. Se houver um pólo institucional capaz de aglutinar em torno de si todos os esforços, sem a preocupação de classificar os mais importantes (da elite, certamente) como os mais capazes, isto é, se conseguir abrir canais para uma verdadeira participação popular, muito poderá ser feito.

Levanto estas ressalvas por verificar que a nível local existem recursos criados pela população que não está representada por associações mais amplas capazes de despertar a atenção dos governantes. A maioria não está ligada a ONGs ou outras instituições de prestígio nacional. Dependem das iniciativas da população mais próxima, de uma liderança natural da comunidade, do sacrifício e dedicação dos que, a despeito da degringolada ética que o país tem sofrido, defendem princípios sociais e o indivíduo desvalido.

EM FOCO

Aspectos da Evolução Estrutural da Agricultura e o Fórum Agrícola

■ Carlos Amaro

Entre 1993 e 1995 continuou a verificar-se o decréscimo das explorações iniciado em 1989, registando-se, porém, que neste último triénio foi menos acentuado. Entre 1989 e 1993 desapareceram 109 732 explorações, correspondendo a uma evolução de -25%, enquanto no período de 1993-1995 houve uma redução de 38 374, equivalente a uma evolução de -7,8%. Todavia, verifica-se que a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) apenas se reduziu cerca de 2% entre 1989 e 1995, o que se traduziu na evolução da área média das explorações de 6,7 hectares para 8,7 hectares, valor este que representa cerca de 50% da média europeia, que se situa na ordem dos 16 hectares.

A evolução da estrutura fundiária deixou intocada a acentuada assimetria estrutural da agricultura portuguesa.

No Alentejo, que corresponde a cerca de 8% das explorações e concentra 45% da SAU, a área média destas passou de 47,2 hectares em 1993, para 50,5 hectares em 1995. A Beira Litoral, que é a região com maior número de explorações, cerca de 20% do total, ocupando apenas 7,4% da SAU, a área média das explorações não sofreu qualquer evolução entre 1993 e 1995, mantendo-se em 3 hectares por exploração.

As explorações agrícolas e o perfil produtivo agrícola

A forma de exploração permanece praticamente inalterada constatando-se que 70% da área das explorações é de conta própria, 27% de arrendamento e 3% de outras formas.

Do total de explorações, 95% pertencem a agricultores autónomos (agricultura familiar) e ocupam 60% da SAU e 4% têm como titulares agricultores empresários e sociedades, ocupando 37% da SAU.

A agricultura portuguesa permanece marcadamente uma agricultura familiar, sendo o trabalho agrícola assegurado sobretudo pelo produtor e pelos membros da família.

A tipologia predominante são as pequenas e médias explorações, como se evidencia pelos dados disponíveis, quer de dimensão física quer económica, não obstante os limites das classes serem manifestamente largos, sobretudo nos escalões mais altos, ocultando assim a realidade estrutural da agricultura no Alentejo:

— 78% das explorações são iguais ou inferiores a 5 hectares, das quais 53% se situam entre 1 e 5 hectares; 18% têm uma área entre 5 e 20 hectares; 6% têm uma área superior a 20 hectares, das quais 2% possuem uma área acima de 50 hectares.

— 48% das explorações têm um rendimento inferior a 2 Unidades de Dimensão Económica (UDE) (1); 25% situam-se entre 2 e 4 UDE; 14% entre 4 e 8 UDE; 13% têm um rendimento superior a 8 UDE, das quais 6% é superior a 16 UDE.

As culturas temporárias continuam a ter um peso predominante, representando 33% da SAU, correspondendo os cereais a cerca de 60% desta área.

As culturas permanentes representam 20%, onde a vinha tem um lugar destacado, as pastagens cerca de 20%, a horta familiar 1%, correspondendo o pousio a 20%.

A população agrícola

A evolução das explorações reflecte-se também na evolução da força de trabalho na agricultura.

Entre 1989 e 1995, os assalariados permanentes baixaram cerca de 30%, registando-se em 1995 um total de 53 226, seja a tempo inteiro ou parcial.

O mesmo se verifica no que respeita à força de trabalho familiar. A população agrícola familiar baixou 11% entre 1993 e 1995, passando de 1 558 051 para 1 393 424.

Num total de cerca de 450 mil produtores, 98% são produtores singulares e destes, 96% são produtores singulares autónomos (familiares), os quais, entre 1973 e 1975, tiveram um

decréscimo de 38 mil, passando de 466 mil para 428 mil.

A agricultura portuguesa é perpassada por uma acentuada pluriactividade e pluri-rendimento, verificando-se uma forte articulação da actividade produtiva agrícola com outros sectores económicos. Apenas 10% dos produtores singulares afirmam terem um rendimento exclusivamente da exploração, enquanto 24% têm um rendimento principalmente da exploração e 66% têm um rendimento principalmente exterior à exploração.

Entre 1993 e 1995, acentuou-se o envelhecimento do tecido social agrícola, não obstante o período em análise ser apenas de 3

anos.

Neste período, o peso dos produtores singulares (98% do total) com menos de 40 anos baixou de 8,9% para 8,1%, enquanto o peso da classe etária com mais de 55 anos subiu de 33,3% para 35,3%.

Mas a situação adquire uma dimensão mais grave se considerarmos os grupos de produtores cujo rendimento da família é exclusivamente da exploração. A classe etária de menos de 40 anos passa de 14,3% para 12,2%, enquanto a classe etária de mais de 55 anos aumenta 6 pontos percentuais, passando de 50,2% para 56,3%.

Entre 1993 e 1995 não se constata evolução significativa do nível de formação profissional. Neste período o peso dos produtores singulares com formação exclusivamente prática passou de 97,3% para 96,8%.

O fórum da agricultura

Realizou-se o Fórum Agrícola promovido pelo Ministério da Agricultura.

O tempo decorrido não permite ainda uma avaliação política de todas as suas implicações.

Porém, o que se conhece de dois dos seus textos essenciais permite, desde já, formular as mais sérias reservas relativamente ao futuro da agricultura e do mundo rural.

O texto relativo à reforma da Política Agrícola Comum (PAC) é perpassado por uma concepção dualista da política agrícola europeia, tendo como linha de clivagem uma concepção maximalista do mercado enquanto instrumento exclusivo de regulação económica, ao mesmo tempo que faz tábua rasa de especificidades económicas, sociais e edafoclimáticas, nacionais e regionais.

Para os autores há agriculturas competitivas e não competitivas; há agricultores produtivos, que designam de produtores agro-florestais e agricultores não produtivos, que designam de produtores agro-rurais; ou seja, há agricultores a quem se destinam apoios ao investimento e outros a quem se destinam apoios aos rendimentos, inseridos em políticas agro-ambientais e agro-rurais, numa óptica de desenvolvimento rural desligado da produção agrícola.

É um texto que se limita a desenvolver e assumir uma das alternativas sugeridas pela Comissão Europeia para uma nova reforma da PAC, agora no registo mais fundamentalista e redutor do «pensamento único».

O documento relativo ao desenvolvimento rural, dissolve-se numa mera transcrição de diversos textos de várias instâncias comunitárias, tendo como pano de fundo um conjunto de generalidades e a adopção de uma visão do desenvolvimento rural desligado, no essencial, da actividade económica agrícola e sem relação com a realidade estrutural, económica e social da agricultura portuguesa e das características sociológicas da população agrícola e rural, limitando-se assim a ser um mero texto supletivo do texto relativo à reforma da PAC.

Apenas um breve comentário

A Política Agrícola Comum, articulada com a política agrí-

cola da direita, prosseguida por diversos governos, e agora pelo Governo do PS, continua a ter um efeito devastador para a agricultura portuguesa:

— As distorções da estrutura produtiva agrícola não só não se atenuam como se agravam, aumentando a concentração da terra;

— a população que trabalha na agricultura, predominantemente familiar, continuou a diminuir (2);

— **acelera-se o envelhecimento do tecido social agrícola**, atingindo fundamentalmente o grupo de produtores com mais elevado grau de profissionalização agrícola e mais dependentes do mercado (agricultores com rendimento exclusivamente da exploração), o que releva da incapacidade das políticas de renovação do tecido social e de instalação de jovens agricultores;

— tem permanecido, no essencial, o perfil produtivo da agricultura portuguesa, com particular relevo para a produção cerealífera, evidenciando a **incapacidade de ajustamento da especialização produtiva às exigências do mercado e das condições edafoclimáticas** do País, o que não será estranho ao facto de aquele sector ser a maior fonte de subsídios e financiamento do latifúndio;

— a economia do sector agrícola oscila, anualmente ou em pequenos períodos de tempo, em função das condições climáticas, **permanecendo marcadamente dependente da natureza, ao mesmo tempo que se verifica a não recuperação dos rendimentos dos agricultores dos decréscimos sofridos desde 1986, ano da adesão à então CEE;**

— ainda que em graus distintos de país para país e região para região, começam a emergir novos usos não agrícolas do espaço rural. **O capital, com a apropriação da terra enquanto condição e suporte da produção agrícola, começa a apropriar-se da natureza** e a concretizar a captação de mais-valias daí resultantes, à margem dos interesses dos agricultores e das populações rurais, e até mesmo do seu usufruto pela sociedade em geral, tendo como suporte uma política de desenvolvimento rural essencialmente autónoma da produção.

Desenha-se uma nova reforma da PAC. Por parte do Governo PS, parece iniciar-se um processo de «legitimação» e criação de condições para que os agricultores e a opinião pública em geral venham a aceitar o fundamentalismo neoliberal do reino exclusivo do mercado na regulação da economia agrícola, como elemento estruturante de uma nova reforma da PAC, consagrando o corte da agricultura com o desenvolvimento rural e dos apoios financeiros com a produção.

A ter vencimento a proposta de reforma da PAC apresentada ao Fórum da Agricultura, acentuar-se-á a dependência alimentar do País; prosseguirá o despovoamento das regiões do Interior, no quadro de uma racionalidade económica assente exclusivamente em critérios de produtividade do trabalho e de uma política de desenvolvimento rural desligada da actividade produtiva; manter-se-á a profunda assimetria social e regional na distribuição dos fundos europeus através de um critério de afectação assente unicamente nas áreas ocupadas ou a ocupar, quer no que respeita às ajudas agro-ambientais, quer às ajudas agro-rurais.

Esperamos que a realidade venha a desmentir a previsão e que o PS após ter iniciado e posto fim ao processo de liquidação da Reforma Agrária, não se prepare para fazer o mesmo à agricultura portuguesa.

O País exige uma nova política agrícola e a defesa de uma reforma da PAC, num quadro de novos critérios e de outra lógica e racionalidade económicas.

(1) UDE: Uma UDE corresponde a cerca de 220 contos.

(2) A informação estatística recente, de carácter conjuntural, regista um crescimento do emprego na agricultura. Trata-se de desemprego oculto de força de trabalho residente em explorações agrícolas familiares, com elevado peso de pluriactividade e que, perdendo o emprego noutros sectores económicos, se registam agora com emprego na agricultura.

Fonte:

INE — Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas — 1993; 1995

INE — Inquérito à Estrutura das Explorações Agrícolas —

7 Empregos às fracções ou fracções de empregos

Encontra-se o nosso Sacatrapo todo alapado numa cadeira de lona a gozar o Verão prematuro quando se lhe aproxima o Manuel Canavarro, dono do restaurante O Manguito. O esquelético filho de uma humilde família de Marco de Telões desabafa:

– Ah grande Sacatrapo! Então você aqui à beira do lago de Roath a dar de comer aos patos?

– Hoje é domingo, Canavarro. E faz bem ver o sol. Lembro-me logo do nosso remoto Portugal.

– Aquilo por lá vai bem, não pode ir melhor, é o que dizem as estatísticas do Instituto Nacional. Começo a pensar se não seria a altura de regressar à pátria nossa amada.

– Você é doido, Canavarro. Então que anda o ilustre Lello das Comunidades a fazer quando vai visitar os emigrados? Vai incitá-los a ficarem onde estão. Que onde estão, estão muito bem. Então a pátria vomita-nos e você pensa que alguém se interessa em que regressemos? Ora imagine o que aconteceria com a Espanha, a Itália, a França ou a Inglaterra se os emigrados desses países regressassem de repente? Nem é bom falar. De resto, Canavarro, desculpe eu ser rude, você não passa de um analfabeto, não sabe ler estatísticas, quer elas sejam do INE ou não.

– Não sei ler, Sacatrapo? Você está a ir longe de mais! Eu sou um comerciante respeitado!

– Claro que é. Mas respeitado aqui. Se fosse para Portugal deixava de ser respeitado. Era mais um infeliz à espera de que lhe queimassem o tasco.

SANDUÍCHES DE AVESTRUZ

■ Alexandre Pinheiro Torres



– Nunca pensei nisso.

– Ora diga-me uma coisa, Canavarro. Como é que você faria uma estatística numa democracia bem plural à portuguesa e Deus a benza e não a lamba o gato?

– Ah, eu contava logo tudo, ganhos por cabeça, número de televisores, tudo assim. Até filhos por casal. Tudo.

– Só que, Canavarro, para essa estatística você teria de fazer perguntas como: Ganha menos do que é necessário para viver? E o melhor seria ir pondo cruzes. Uma cruz no televisor. No frigorífico. Casa? É própria ou alugada? Que idade tem o inquirido? Solteiro ou casado? Cruz em tudo, atenção. Cruz até no número de filhos. Tudo leva cruz, percebe?

– Cruzes em tudo? – espantou-se o Canavarro.

– Numa estatística de nível de vida não há nada que não conte. É preciso passar tudo a pente fino. Classificar tudo. Computorizar tudo. E tudo para a Internet para o mundo saber.

– Até a Internet?

– Sim, até a Internet. Para que todo o planeta leia as estatísticas do INE como entender, se é que entende. Lembre-se que os planetas são cegos. Não têm luz própria. Apenas a do Sol. E aqui é que entra um certo tipo de leitura sociodemocrática à portuguesa, um tipo de leitura com muito pouco Sol.

O Canavarro senta-se na relva ao lado da cadeira de lona de Sacatrapo. Andam barquinhos no lago. É de notar a alegria dos britânicos, quase

nus, a gozar o tal Sol que vai no ar, muito importante, alheio a estatísticas, a distribuir o calor e a luz muito mal, a permitir, ao mesmo tempo, as secas e o dilúvio. O Sol de uma galáxia míope.

– Repare, Canavarro, que depois de tudo computadorizado e internetizado é preciso calcular a média. Dividir o que há por todos, para que ninguém se queixe de injustiça. Os nomes das pessoas não interessam. Os nomes não têm significado. No cálculo desta média tanto vale o Champalimaud como o lavrador alentejano Adriano da Conceição entrevistado pelo *Expresso* de 10 de Maio, o qual confessou que o seu futuro seria talvez matar-se com o 605 Forte para ratos, morte garantida, mais estrebuchos menos estruchos. Os nomes não têm significado.

– Essa agora! Tudo assim tão impessoal, ó Sacatrapo?

– Tem de ser. E não pode permitir-se que fique alguém de fora. Já disse. Depois é dividir. Se, quanto a filhos, você dividir bem até pode acontecer que uma mulher estéril fique com alguns. No total de alimentos consumidos, divide-se esse total por todos. Assim, se houver fome ao menos é uma fome média. Não ocorre a tal história de haver um frango para dois e um comê-lo todo e o outro nada. Estamos numa democracia. Cada qual receberá uma fracção do frango.

– *Fifty-fifty*, no caso do frango a dois?

– Claro. E veja você, Canavarro, quanto ao desemprego. É que não há desempregados. Porque todos teriam pelo menos uma fracção de emprego para sustentar uma fracção da família numa fracção de casa. Se a um fulano lhe dá um ataque de revolta contra a fracção de emprego, da família ou da casa, não vale a pena sangueiras, ódios, ressentimentos nem sequer o recurso ao 605 Forte

para os ratos, como advoga o alentejano Adriano da Conceição do «monte» Mal Pensado. Emigra. Agrega-se às Comunidades. É um problema a menos.

– Quer você dizer, Sacatrapo, que nós estamos aqui, neste recanto da estranha, por causa das estatísticas?

– Não é bem. Nenhum governo nos mandou sair da pátria nossa amada. Poderá não haver a tal igualdade, coisa utópica. Mas há liberdade. De resto, as utopias são parvas. Você sabia que a Utopia significa «lugar nenhum» ou «lugar que só existe na cachola de um maluquinho»?

– Eh, Sacatrapo, essa não sabia eu.

– É mesmo verdade. O que é preciso, Canavarro, é que a Constituição se emende. E se emende no seguinte sentido: proclamar o direito a fracções maiores, empregos menos fraccionados, famílias idem aspas, casas ibidem.

– Mas é evidente, ó Sacatrapo, que todos os governos se interessam por esse objectivo.

– Meu caro Canavarro, falta ver. A prática é que é. O que não devemos é deixar que a Constituição admita que o cidadão terá de se conformar com fracções mais pequenas.

– Uma coisa, Sacatrapo, eu não desejaria ser Governo.

– Aí é que você se engana, Canavarro. Esquece-se que já é uma infinitésima fracçãozinha dele! Veja se se torna numa fracção maior. Cada vez maior. O Governo que houver reparará então em si. É a única via para as fracções mais justas.



Cuba

■ Miguel Urbano Rodrigues

Está no auge a safra do açúcar em Cuba. Principiou após as festas do fim do ano e não terminará antes do fim de Maio. É um desafio que se repete todos os anos e no qual, directa ou indirectamente, participa todo o povo. Gera um estado de tensão anímica muito peculiar. De manhã à noite, a safra está omnipresente nos campos onde se corta a cana, nos engenhos que a moem, nas cidades que comentam o andamento da campanha.

Os resultados da safra não são apenas decisivos para a economia. Pesam também muito no estado de espírito do povo, que os assume como vitória ou insucesso da Revolução.

Uma das consequências da crise global gerada pela desagregação da URSS foi precisamente a queda vertical da produção de açúcar. Começou a descer em 1990 e, em meados da década, a safra pouco excedia metade da média anterior. Faltava tudo: combustível, pesticidas, fertilizantes, máquinas, peças.

Somente em 1996 foi possível inverter a tendência. A recuperação começou em força com um aumento de 1 200 000 toneladas. Espera-se que a actual safra atinja os 5 milhões de toneladas. Holguin foi entre as 14 províncias da Ilha aquela que mais açúcar produziu em 96: 550 000 toneladas. Esse resultado contribuiu muito para que conquistasse o mais ambicionado dos prémios: ser a sede das comemorações do aniversário da Revolução, no 26 de Julho.

Este ano, pelo ritmo que se observa, poderá aproximar-se das 600 000 toneladas.

Voltei agora a Holguin para acompanhar a marcha da safra nos lugares onde se decide o êxito ou o malogro do grande desafio.

Passei horas na maior central açucareira da Província, que é também uma das principais do país.

No ano passado, saíram dali 120 mil toneladas de açúcar, uma contribuição enorme para a safra, pois na Ilha funcionam 159 centrais.

Tive a oportunidade de observar quase todas as operações que se efectuam nos moinhos da Urbano Noris. Antes, assistira à chegada dos camiões que vinham dos campos carregados com a matéria-prima. Em poucos minutos, toneladas de cana são separadas das folhas, da terra e de outras impurezas e despejadas em vagões (cada Central dispõe de uma rede ferroviária exclusiva com o seu material) que seguem para os moinhos.

A mecanização do trabalho é hoje nas centrais (engenhos) total. Das explicações dos técnicos depreende-se, contudo, que o trabalho,

nas condições cubanas, nunca é rotineiro. A intervenção do homem na produção, na coordenação das múltiplas operações, no controlo das máquinas, nas pequenas inovações que alteram tudo, é decisiva. Cada secção tem consciência de que o ritmo harmonioso das pulsações do gigante que é a Urbano Noris depende dela. Um atraso na chegada da cana pode parar os moinhos e o mesmo acontece com deficiências na manutenção mecânica. Cada central sente, por isso, orgulho quando o seu nome aparece, pelos bons resultados, na televisão.

Leigo no mundo da cana, viajei de surpresa em surpresa através daquele universo estranhíssimo. O espanto não era quantificável ao perceber que a cal misturada ao caldo da cana para lhe reduzir a acidez era não só inofensiva mas indispensável. A elevadíssima percentagem de engenheiros e técnicos de nível superior naquele colectivo também me desconcertava, sobretudo pela atmosfera do relacionamento, pela simplicidade, pelo entusiasmo posto na execução das tarefas.

«Não pense que isto se assemelha a uma central norte-americana, australiana ou brasileira» – comentou, sorridente, um dos meus acompanhantes na sala de controlo, fitando os gráficos, para mim ininteligíveis, que corriam pelo ecrã de um computador. «Hoje atingimos um nível de informatização comparável ao deles, mas na longa e delicada cadeia da produção tudo é diferente. Temos de superar os obstáculos e as insuficiências inventando. Aqui trabalha-se 24 horas cada dia em regime de turnos, com jornadas duras que em certos casos atingem as 14 horas. Temos de viver com o que temos...»

Comprovei a afirmação. Num dos moinhos vi máquinas alemãs ao lado de máquinas checas, francesas, inglesas, russas e de velhas máquinas norte-americanas.

«Este ano» – informou um dirigente –, «estamos a produzir uma tonelada de açúcar com apenas nove de cana. Uma economia apreciável em relação ao ano passado. Cada pequeno êxito no dia-a-dia, no

na batalha da safra açucareira

esforço para melhorar o nível de eficiência, traz-nos alegria. Os avanços são muito difíceis pelas condições em que somos forçados a trabalhar. As nossas caldeiras, por exemplo, são alimentadas actualmente com o bagaço da própria cana. Não consumimos nelas derivados do petróleo.»

A Central Urbano Noris é, aliás, somente o motor de um gigante complexo agro-industrial.

Compreendi melhor o significado da palavra **todos**, continuamente ouvida, quando, finda a visita aos moinhos e provado o açúcar novo, segui para o campo.

Passámos por uma pradaria onde pastavam centenas de vacas. «São de uma empresa associada» — esclareceram. «A Central está integrada num complexo agro-industrial muito diversificado, com mais de 6500 trabalhadores. Recebe cana de uma vasta área demarcada que abrange unidades estatais e Unidades Básicas de Produção Cooperativas — UBPC (de estrutura semelhante às das antigas UCP da Reforma Agrária portuguesa). Os resíduos da cana são também aproveitados para alimentação do gado. Aqui nada se perde...»

Alguns quilómetros adiante, duas combinadas cortavam cana numa planície que, na lonjura, parecia lisa como uma mesa de bilhar.

Um grupo de homens almoçava numa *roulotte* que funcionava como cozinha móvel e refeitório e, se necessário, como posto de socorros urgentes.

Avançando vagarosamente no ritmo da combinada, um camião pesado recebia a cana cortada, expelida em jactos da boca larga de um cano ligado à máquina.

Alguns operadores-cortadores são conhecidos em todo o país pelas suas proezas. Tornam-se figuras populares.

Caminhando sobre a palha fofa, lembrei-me de que nas grandes fazendas de São Paulo e do Nordeste brasileiro, mais de 90% da cana, apesar da facilidade dos financiamentos e das imensas fortunas dos senhores do latifúndio são ainda cortados manualmente. Em Cuba, cercada e sem acesso ao crédito a instituições internacionais, a safra somente não é mecanizada nas áreas montanhosas onde o relevo impede a entrada das combinadas.

A produtividade dos canaviais é, em Cuba, nas actuais circunstâncias, baixa, em média umas quatro toneladas de açúcar por hectare.

«É pouco» — comentou o presidente da UBPC, um camponês

extrovertido, optimista por vocação. «Um dia vamos tirar tanto ou mais açúcar da terra que os ianques e os australianos. Estamos já a desenvolver uma tecnologia que vai revolucionar a sementeira, acabando com o processo tradicional.»

Pôs-me a mão no ombro e prosseguiu:

«Olhe, queixam-se de que as UBPC são quase todas deficitárias. Mas não é uma fatalidade, a culpa não é do sistema. A nossa, a "Abel Santamaria", dá um bom lucro. Distribuímos grande parte dele pelos membros do colectivo de cooperantes. O resto é investido em benefício de todos. Estamos a cumprir as metas de auto-abastecimento. Temos leite com fartura das nossas vacas, temos carne dos nossos animais, tubérculos e hortaliças sem restrições, tudo plantado em 50 hectares. As melhores terras, 1200 hec-

tares, são para a cana. O pessoal, somos 127, têm as suas casas, boa assistência médica, boas escolas e creches para os filhos. E vamos melhorar. Já estamos a semear cana, de acordo com o plano, para a safra de 98. Sem novas plantações não poderemos recuperar o que se perdeu...»

Ocorre-me que nunca vi na televisão portuguesa imagens da safra açucareira cubana. É pena. Quando se visita uma central, ou se caminha ao lado das máquinas, pisando torrões, num canavial, quando se fala com aquela gente, seja numa sala de computadores, na nave de um moinho ou numa roda de cooperantes, em pleno campo, percebe-se que essa Cuba é muito

diferente da que os turistas descobrem em Havana ou nas praias do Varadero.



A safra açucareira, como objectivo estratégico e pólo da economia (hoje superado entretanto em valor absoluto pelo turismo), exige uma atenção permanente do Estado, do Partido e de uma infinidade de organizações. Uma retaguarda impressionante zela por ela.

Não são apenas as centrais que devem estar em condições óptimas para receber, a partir de Dezembro, a cana. O parque de máquinas tem igualmente de corresponder ao esfor-

ço que dele será exigido durante cinco meses duríssimos.

Por isso mesmo, o bom desempenho de algumas indústrias metalomecânicas é fundamental para o êxito da safra. Em Holguin, estive na fábrica KTP, onde são produzidas as grandes combinadas que cortam a cana.

Já ali fora em 1993. Desde então, avançou muito, apesar do bloqueio e dos problemas criados pela Helms-Burton, o último dos quais foi a anulação de um crédito do Estado espanhol já concedido.

Reencontrei uma unidade mais moderna, mais eficiente. A KTP cumpre uma função insubstituível na preparação da safra. Este ano, apenas produziu duas dezenas de máquinas novas, mas reconstruiu 500 combinadas a partir de cortadoras velhas que eram, em muitos casos, montes de sucata. Saíram das naves de montagem como novas, garantidas para 5 a 7 safras. Além disso, a fábrica concebeu e construiu um novo modelo de combinada, a KTP-3, cuja tecnologia é inteiramente cubana e incorpora as últimas inovações, dispendo inclusive de uma cabina com ar condicionado. As primeiras 15 unidades, com um motor de 250 cavalos, participarão na próxima safra.

Longe de Cuba, num país capitalista, não é fácil avaliar a soma de esforços e vontades exigidos, em condições difíceis, para se produzir uma máquina como a KTP-3 cujo custo final ronda os 180 000 dólares.

É natural que o povo de Holguin sinta orgulho pela contribuição que dá como pólo industrial para a recuperação da safra açucareira. Não é, obviamente, apenas a KPT. Entre as muitas fábricas locais destaca-se também a «Heróis do 26 de Julho». Nela são construídas alfaias agrícolas de múltiplos tipos e ceifeiras para o arroz. Das suas linhas de montagem sairá, em breve, o primeiro tractor inteiramente cubano.

Pela própria força do sentimento internacionalista, os cubanos estão vacinados contra sentimentos de vaidade. Mas têm consciência do que significa a defesa da Revolução, agredida pelos EUA numa cruel guerra político-económica.

Fidel enuncia uma evidência, ao recordar que Cuba se tornou protagonista da maior epopeia contemporânea da humanidade. O povo sabe disso. E, de uma ponta a outra da Ilha, ressoa, enquanto a safra do açúcar avança, um clamor: «Aqui não haverá transição para o capitalismo.»



PONTOS CARDEAIS

O bem e a caramunha

Falou bem o ministro das Finanças, na carta que enviou ao «Público», do passado Domingo, a propósito da fraude fiscal. Segundo Sousa Franco, «num país em que menos de 50 por cento do rendimento é distribuído aos trabalhadores subordinados ou por conta de outrem, cerca de 70 por cento do IRS, no ano passado, foi pago apenas pelos trabalhadores subordinados». Reforçando a denúncia da injustiça que está por trás destas percentagens, o ministro revelou a escandalosa declaração de rendimentos que é feita ao fisco por parte de alguns sectores profissionais, ditos liberais. Em valores médios de 1993, foi

assim: juristas, 152 contos por ano; arquitectos, engenheiros, economistas, contabilistas, jornalistas, menos de 150 contos por ano; empresários de construção civil, 33 contos por ano; empresários de hotelaria, 32 contos por ano; empresários de transportes, 19 contos por ano; comerciantes por grosso e a retalho, 28 contos por ano; empresários de restaurantes e cafés, 12 contos por ano. É evidente que esta colossal pouca-vergonha não pode continuar. Mas o ministro procura aproveitar-se. Depois do bem faz a caramunha, quando diz que é por combater tamanha fraude que sofre «tantos ataques». Esclareçamos, para que não haja dúvidas, que os

que recebe deste lado têm que ver com a sua arrogância, com o aval à UGT, com as privatizações, com «contenção salarial» e toda a política monetarista que além da injustiça fiscal agrava a situação dos «trabalhadores subordinados», como diz.

Lapsus linguae ou acto falhado?

O Secretário de Estado da Cooperação, José Lello, que vem alargando o seu marketing à política externa, falando a propósito dos contingentes estrangeiros acantonados em Brazzaville, afirmou tratar-se das «forças

ocidentais» (ou, quiçá, «forças do mundo ocidental», dúvida que nos ficou, dado termos ouvido estas declarações pela rádio e não as termos retido com exactidão). Esta linguagem de guerra fria mostra que o Secretário de Estado compreende algumas semelhanças entre os acontecimentos de hoje e os de há trinta e tal anos. Mas há outra hipótese igualmente verosímil: o dr. José Lello, Secretário de Estado, sabe mais do que nós das missões dos contingentes, ou seja, que as suas missões ultrapassavam a defesa da integridade e dos bens das comunidades residentes em Kinshasa...

Charlatanices

O polivalente professor Fernando Rosas e o polivalente jornalista Paulo Portas juntaram-se à esquina da SIC a comentar a 1ª volta das eleições francesas. O polivalente jornalista, desde que pôs em surdina a demagogia de «esquerda», assumindo-se representante da «direita inteligente», tornou de tal modo transparente o seu reaccionarismo, que chega a ser enjoativo. O polivalente professor, esse, tenta lançar poeira para os olhos dos incautos ou ingénuos. Vejamos. Passando como gato pelas brasas para não reconhecer os significativos resultados do PCF, afirma que este se atrelou ao PS: como se

- exageramos de propósito - não se esteja a passar o contrário. A seguir, crisma a democracia burguesa francesa de «sistema liberal democrático» (liberal no conceito americano?), o qual diz estar a revelar profunda crise. Para o demonstrar cita, com «larguíssima isenção», a discrepância entre o número de votos e o número de eleitos da FN. É menosprezar a inteligência dos telespectadores. Então o polivalente professor não se lembra que há escassas semanas, na Grã-Bretanha, um partido, por sinal o liberal democrata, teve 17% dos votos e apenas ficou com 46 deputados, enquanto os trabalhistas tiveram 43% e 419 deputados? A «crise» não é também na Grã-Bretanha, por exemplo? Então o polivalente professor não vê que se trata «apenas» duma questão de lei eleitoral com o sacrifício das regras da proporcionalidade aos *manes* da bipolarização? Isto revela como o polivalente professor, e agora aprendiz-do-soarismo, está atrasado nesta «cadeira». É que o pretendente a «Novo Senhor dos Oceanos» prepara com mais habilidade as piruetas e cambalhotas, defendendo-se com o populismo e «originalidades». Ou seja, sabe nadar melhor nas ondas e redemoinhos que ele próprio displicentemente provoca.

PONTOS NATURAIS

Mário Castrim

Viagem no meu quarto

O Aloendro

Este sou eu.
Este que só eu sei que sou eu
(apenas um vulto
ao pé de um aloendro).
A foto quer lembrar o aloendro.
Nada mais.
O primeiro
que tive a honra
de conhecer
pessoalmente
(seria deste que o Ary falava?)
Anos 70.
Dentro da
Muralha de Aço.
À beira do Guadiana.
À beira da esperança
que já então a seca ameaçava.

Rosa Ramalho

O chibo grávido
parente do diabo
trouxe-o da oficina
da Rosa Ramalho
(vulgo RR).
Estou a vê-la
tão concretamente
como a este verso
franzina
o lenço na cabeça
os olhos duas pétalas
venenosas
a língua
destemperada
e tudo tão sobrenatural
daqueles olhos até àqueles
[dedos.

Respiração

Um minúsculo Philips
all transistor
dos anos sessenta.
O ecrã tem um palmo.
Mais portátil do que isto...
Quando soprou a grande
[tempestade
viu-se um pobre diabo
ao longo da falésia
alvo de todos os ventos.
Levava apenas consigo
o Philipinho all transistor.
Era tudo o que tinha na vida.
Precioso
pois com ele podia respirar.
Hermínia
Hermínia da Agra
minha mãe
tem um ar imperial.
Sentada

direita

o cabelo arrumado
um blusa de renda.
Era no tempo
em que a fotografia
a todos prometia eternidade.
Que linda que tu és
Hermínia da Agra
imperialmente
vitoriosa
e jovem!
(Não cores, rapariga.
São palavras de um velho).

Colóquio

Façam o favor de ver
o documento junto
um tanto desprezado
como sempre fiz às coisas
e aos dias.
Nele se diz
que no dia 18 de Janeiro
do ano de Graça de 74
eu estaria em Setúbal
para um colóquio
sobre televisão.
Política, estão a ver?
(Mas o que é que este tipo
[tem feito
ao longo da vida
senão política
com o pretexto da televisão,
etc., etc.)
Não me resta memória
do colóquio.
Deve ter sido a habitual corrida
por todos os atalhos
ao encontro da fonte.
À nossa beira
a água de Abril
corria já.
Com ela nos ungiámos
em palavras disfarçadas de
[silêncio.

As inflexões de Pinto da Costa

No mínimo curiosa foi a catilinária sibilada pelo presidente do Futebol Clube do Porto, Pinto da Costa, contra as obras de dois milhões de contos em curso no perímetro do Estádio Nacional, no Vale do Jamor. Aproveitando exactamente a visita que o Primeiro-Ministro fez às obras, para delas se gabar e extorquir dividendos políticos, Pinto da Costa achou oportuno zurzir nesta opção de melhorar e alargar os serviços desportivos e de lazer do único estádio nacional, defendendo a peregrina ideia de que o dinheiro devia ser utilizado para distribuir, em obras e reparações, por todos os clubes desportivos do País, o que devia dar uma bela coisa. Para além da demagogia provinciana da proposta, retira-se daqui um indício: os apoios de Pinto da Costa parecem estar mais uma vez a inflectir, agora para longe do PS... Que novos negócios políticos andarão no ar?



AGENDA

CDU apresenta candidatos



ALENQUER — Almoço-convívio da CDU para apresentação de candidatos à Câmara e Assembleia Municipal e às principais freguesias do concelho, com a participação de Álvaro Cunhal. **Terça-feira, dia 10**, às 13 horas, Pavilhão da Romeira.

AMADORA — Conferência de imprensa para apresentação dos candidatos das comunidades africanas e as linhas programáticas da CDU. **Sexta-feira, dia 6**, às 11 horas, no Bar Papalagui, no Parque da Amadora. — Apresentação do cabeça de lista da CDU à Assembleia Municipal. **Quinta-feira, dia 12**, 18.30 no Espaço Delfim Guimarães.

— Apresentação do candidato da CDU à Junta de Freguesia da **Brandosa** com participação de Agostinho Lopes, membro da Comissão Política do PCP. **Sábado, dia 7**.

CASCAIS — Apresentação do cabeça de lista à Junta de Freguesia de Cascais com a presença de Carlos Rabaçal, candidato à presidência da CM de Cascais. **Domingo, dia 8**, na Escola Secundária da Cidadela, Rua Jaime Thompson - Cascais.

— Jantar de apresentação do candidato à presidência da Junta de Freguesia da **Parede**, com a presença de Carlos Rabaçal e Júlio Filipe, do CC do PCP. **Sábado, dia 7**, pelas 20 horas, no restaurante Limo Verde, R. José Relvas, Parede.

ESTORIL — Apresentação do candidato à presidência da Junta do Estoril, com presença de Carlos Rabaçal, candidato à CM de Cascais, e Ramon La Féria. **Sábado, dia 7**, às 17 horas na Escola Secundária de São João do Estoril.

GOLEGÃ — Apresentação do candidato à presidência da CM da Golegã, com a presença de José Casanova, da Comissão Política do PCP, e do escritor José Saramago. **Sábado, dia 7**, no restaurante típico «Cu da Mula».

LISBOA — Almoço-convívio promovido pela Comissão de **Freguesia da Penha de França** com candidatos do PCP que integrarão a lista da Coligação «Lisboa». **Sábado, dia 7**, pelas 13 horas, no CT da Graça, Largo da Graça, 104 - 1º.

— Almoço-convívio promovido pela organização de **Alfama** com candidatos do PCP que integrarão a lista da Coligação «Lisboa». **Sábado, dia 7**, pelas 13 horas, na sede do Grupo Desportivo Adicence, Rua de São Pedro.

MAÇÃO — Almoço de apresentação de candidaturas CDU ao concelho de Mação, com a participação de Jorge Ferreira, membro do CC do PCP, e Luísa Mesquita, deputada à Assembleia da República. **Sábado, dia 7**, às 13 horas, no restaurante «Pica Fino».

OEIRAS — Apresentação do candidato da CDU à presidência da Junta de Freguesia de Carnaxide, com a presença de Arnaldo Pereira, vereador e candidato à CM de Oeiras. **Domingo, dia 8**, pelas 16 horas, na Sociedade Filarmónica Fraternidade Carnaxide.

PORTO — Apresentação dos candidatos às freguesias da cidade do Porto, com a participação Luís Sá, membro da Comissão Política do PCP, Ilda Figueiredo, cabeça de lista à CM do Porto, e Rui Sá, cabeça de lista à AM do Porto. **Sexta-feira, dia 6**, pelas 20 horas, no restaurante do Palácio de Cristal.

SANTO TIRSO — Apresentação dos candidatos à Câmara e Assembleia Municipal de Santo Tirso. **Sábado, dia 7**, às 15 horas no Hotel Cidnay, na Praça do Município de Santo Tirso.

SINTRA — Apresentação do candidato à presidência da Junta de Freguesia de Agualva-Cacém, com Lino Paulo, candidato à presidência da CM de Sintra, e Vítor Dias, da Comissão Política do PCP. **Sábado, dia 7**, pelas 20 horas no Jardim de Infância Popular.

Encontros CDU

ALFARELOS — Encontro CDU sobre as eleições autárquicas. **Segunda-feira, dia 9**, 21.30 na antiga sede da Junta de Freguesia.

AMADORA — Encontro CDU do Movimento Associativo. **Sábado, dia 7**, às 15 horas no Auditório da CMA.

BREJOS DE AZEITÃO — Jantar-convívio da CDU com a presença de Ruben de Carvalho, cabeça de lista à Câmara Municipal de Setúbal. **Domingo, dia 8**, às 20 horas, no restaurante «O Marinheiro».

COIMBRA — Jantar-convívio da CDU na Freguesia de Eiras. **Sábado, dia 7**, às 20 horas, no Restaurante «A Petisqueira».

LISBOA — Divulgação das propostas e objectivos do PCP para o programa da Coligação na área da Educação, com António Abreu, vereador do Pelouro da Educação na CM de Lisboa, e Edgar Correia, da Comissão Política do PCP. **Sexta-feira, dia 6 de Junho**, às 18 horas, na Escola nº 14, Largo do Leão, em S. Jorge de Arroios.

MATOSINHOS — Almoço-encontro com a comunicação social para divulgar aspecto da actividade da Coligação no concelho. Participam Nelson Amador, membro da AF de Matosinhos, Serafim Brás, membro da DORPP e do CC do PCP, e Valdemar Madureira, da DORP e ex-vereador da CDU. **Quinta-feira, dia 5**, pelas 12.30, no restaurante Galispo, Rua do Godinho, 783.

TORTOSENDO — Colóquio-debate sobre «As autarquias, o associativismo e o desporto», com a participação de Carlos Rabaçal, técnico desportivo da CM de Lisboa, Vítor Reis Silva, candidato da CDU à CM da Covilhã, Luís Garra, candidato à AM da Covilhã, Paulo Matos, dirigente associativo, Alberto Taborde Oliveira, dirigente associativo, e Fernando Paiva, licenciado em Educação Física. **Segunda-feira, dia 9**, pelas 21.30 horas, no Unidos Futebol Clube, na freguesia do Tortosendo.

Jornada Nacional de Propaganda da CDU

Almada — Animação nas ruas do concelho. **Sábado, dia 7**; **Barreiro** — Animação no parque Catarina Eufémia. **Sábado, dia 7**; **Nazaré** — Distribuição de documentos no mercado. **Sexta-feira, dia 6**; **Leiria** — Distribuição de documentos no Largo do Papa e no mercado. **Sexta e sábado, dias 6 e 7**; **Bombarral** — Distribuição de documentos na praça e Rua do Comércio. **Sábado, dia 7**; **Peniche** — Arruada com distribuição de documentos. **Domingo, dia 8**; **Marinha Grande** — distribuição de documentos nos hipermercados Pingo Doce e Intermarché. **Quinta-feira, dia 5**, e **sábado, dia 7**, no mercado; **Vieira de Leiria** — Arruada com distribuição de documentos. **Sábado, dia 7**.

Carlos Carvalhas

Quinta-feira, dia 5

ALMADA

— 15h00, no Parque da Paz, comemorações do Dia Mundial do Ambiente. Acompanhado de uma delegação do PCP e de membros do Partido Ecologista «Os Verdes», planta uma árvore oferecida à Câmara Municipal, na presença da sua Presidente.

Sexta-feira, dia 6

PORTO

— 10h30, no Hotel Tuela, participa nas jornadas parlamentares do PCP sobre regionalização e desenvolvimento regional

— 11h00 - Integrando uma delegação do Grupo Parlamentar, reúne com a Comissão Coordenadora Regional do Norte na respectiva sede

— 14h30 - Integrando uma delegação do Grupo Parlamentar reúne com a União dos Sindicatos do Porto na respectiva sede

— 17h00 - No Hotel Tuela, no encontro que decorre entre o Grupo Parlamentar do PCP e personalidades do distrito do Porto, profere uma declaração sobre a temática das jornadas e a situação política.

Sábado, dia 7, e Domingo, dia 8

PONTA DELGADA

Participa no 6º Congresso Regional dos Açores, no Auditório dos CTT, em cujo encerramento intervém, domingo pelas 16.30 horas.

Quinta-feira - dia 12

— 11h00 - Integrando uma delegação do PCP, visita o Observatório Europeu das Drogas e Toxicod dependência (R. Cruz de Stª Apolónia, 23/25 Lisboa)

6.º Congresso Regional dos Açores Auditório dos CTT, Ponta Delgada

(Com a participação de Carlos Carvalhas)

Sábado — 1ª Sessão - 17/19h00

— Eleição da Mesa; aprovação do Regulamento

— Intervenção do Coordenador do PCP/Açores

2ª Sessão - 21/23h00: Intervenções

Domingo — 3ª Sessão - 10/11h15

— Intervenções

4ª Sessão - 11h30/13h00: Intervenções e votação de documentos

5ª Sessão - 15h00/16h00: Eleição dos Órgãos de Direcção

16h30 - Sessão de encerramento

Plenários de militantes

ALMADA — Assembleia da Freguesia de Almada. **Sábado, dia 7**, às 10.30 horas, no Salão de Festas da Incrível Almadense.

BARREIRO — Plenário de militantes da Freguesia de **Palhais** sobre eleições autárquicas e a situação política e social. **Sábado, dia 7**, pelas 16 horas, no CT local; — Plenário de militantes da Freguesia de **Coia** sobre eleições autárquicas e a situação política e social. **Sexta-feira, dia 6**, pelas 21 horas, nas instalações da Comissões de Moradores da Quinta da Areia.

LISBOA — Almoço-convívio no CT do **Beato**. **Sábado, dia 7**; — Convívio no terraço do CT **Vitória** promovido pelo **Sector de Empresas e Zona Oriental de Lisboa**. **Quinta-feira, dia 12**, a partir das 20 horas.

MOITA — 4ª Assembleia da Organização da Freguesia da Moita, com a participação de João Almeida e Vicente Merendas. **Sábado, dia 7**, no Salão da Junta de Freguesia; — Plenário de militantes sobre questões autárquicas. **Sábado, dia 7**, às 15 horas no CT da **Baixa da Banheira**.

OURIQUE — Festa-convívio em Panoias, com presença de António João e José Filipe, membros da DORBE do PCP. **Sábado, dia 7**. Início às 14.30, intervenções às 18 horas.

Juventude

SINTRA — «Inauguração-fantasma» da futura Casa da Juventude nas Mercês, que aguarda abertura há quatro anos. Esta iniciativa da juventude CDU conta com a jovem candidata à CM de Sintra, Paula Borges. **Sábado, dia 7**, pelas 11 horas; — Plenário de militantes da JCP de Rio de Mouro sobre as eleições autárquicas. **Domingo, dia 8**, pelas 15 horas, no CT local. **LISBOA** — Convívio de Jovens no Terraço do **Vitória**, com duas bandas de música. **Sábado, dia 7**.

LOURES — Festival da Juventude CDU com duas bandas de música moderna, um grupo de teatro e uma exposição de fotografias sobre os Sem-Terra do Brasil. **Sábado, dia 7**, a partir das 14.30, em São João da Talha, junto à Igreja.

S. JOÃO DA MADEIRA — O núcleo da JCP promove um debate sobre «Che Guevara no Zaire», que conta com a participação de José Casanova, membro da Comissão Política do PCP. **Sexta-feira, dia 6**, no Centro de Arte de S. João da Madeira.

Viagens a Cuba

Concelhia de Almada do PCP

Promove viagem a Cuba

de 19 a 27 de Julho (9 dias)

(contactar Artur Cabrita, telefones 275 27 77 e 275 39 39)

Associação de Amizade Portugal-Cuba

«As melhores Viagens de Verão 97»

7 noites em Havana; Visita à cidade

Excursão de um dia a Pinar del Rio

Visitas de natureza social

(Para informações e reservas - Tel./ Fax 385 73 05)

TELEVISÃO

Quinta, 5

- RTP 1**
 08.00 Piano Bar
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.05 António Alves, Taxista
 11.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Alondra
 14.30 Seleção RTP
 15.30 Lelé e Zequinha
 16.10 Carmen
 17.10 Canal Aberto
 18.00 100% Natural
 19.00 País, País
 19.40 País Regiões
 20.00 Telejornal
 21.00 Filhos do Vento
 21.50 Concurso 1, 2, 3
 24.00 24 Horas
 00.30 RTP/Financial Times
 00.45 Magazine
 01.50 No Calor da Noite
 02.40 Desporto (Competições)
- RTP 2**
 13.00 Ténis: Torneio Roland Garros
 15.00 Informação Gestual
 15.50 Falatório
 16.40 86-60-86
 17.05 Euronews
 17.30 Infantil
 19.15 Caderno Diário
 19.30 Maravilhas do Tempo

Sexta, 6

- RTP 1**
 08.00 Piano Bar
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.05 António Alves, Taxista
 11.00 Praça da Alegria
 11.30 Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Alondra
 14.30 Sirga, o Rapaz Leão (de Patrick Grandperret, Fr.11993, com Mathurin Sinze, Sophie-Véronique Tagbe. Aventuras.)
 16.15 Isto Só Vídeo
 17.00 Notícias
 17.10 Canal Aberto
 18.25 100% Natural
 19.00 País País
 19.40 País Regiões
 20.00 Telejornal
 20.50 Lições do Tonecas
 21.25 Futebol: Portugal-Albânia (Sub-21)
 23.30 Filhos do Vento
 00.20 24 Horas
 01.05 Desporto (Competições)
 01.40 Tratamento de Choque (de Julian Doyle, EUA1987, com Nancy Paul, John Rowe, Robert Ashby. «Thriller».)
- RTP 2**
 13.00 Ténis: Torneio Roland Garros
 15.00 Informação Gestual

Sábado, 7

- RTP 1**
 08.00 Sempre a Abrir
 12.15 Companhia dos Animais
 13.00 Jornal da Tarde
 13.35 Top +
 14.40 Especial Michael Jackson
 15.25 Jornal Jovem
 15.55 Alta Voltagem
 16.35 2001
 17.20 86-60-86
 18.05 Super Bébés
 18.50 Há Horas Felizes
 20.00 Telejornal
 20.50 Meu Querido Avô
 21.25 Futebol: Portugal-Albânia (Seleções A)
 23.30 Segredos da Escuridão
 00.35 24 Horas
 01.15 Desporto (Competições)
 01.45 Perversa Tentação (de Camilo Vila, EUA1987, com Ben Cross, Ned Beatty, William Russ. Terror.)
- RTP 2**
 09.00 Universidade Aberta
 12.00 Sem Fronteiras
 12.30 Vida por Vida
 12.40 Prazer de Criar
 13.05 Para Além do Ano 2000
 13.30 Aqui Tão Perto (Especial Dia de Portugal)
 20.00 (Margem Sul - Curta-Metragem de José Álvaro de Moraes, Port.11994, com Luis.



A partir do próximo Domingo, a RTP 2 vai transmitir a tetralogia «O Anel dos Nibelungos», de Richard Wagner, gravada em alta-definição em Bayreuth nos festivais de 91 e 92. Esta semana, será a vez de «O Ouro de Reno», com encenação de Harry Kupfer e direção de Daniel Barenboim. Antes, no «Artes e Letras», será exibido um documentário sobre esta famosa tetralogia

Domingo, 8

- RTP 1**
 08.00 Sempre a Abrir
 12.20 Sem Limites
 13.00 Jornal da Tarde
 13.35 Made in Portugal
 14.40 GNR no Coliseu
 15.45 O Caminho das Estrelas
 16.45 As Aventuras de Tarzan
 17.40 Amores e Rebelião
 18.50 Casa Cheia
 19.20 Jet 7
 20.00 Telejornal
 20.45 Contra-Infomção (Compacto)
 21.10 Casa de Artistas
 22.25 Filhos do Vento
 23.20 Domingo Desportivo
 01.20 24 Horas
 02.00 Polícia em Acção
- RTP 2**
 09.00 Caminhos
 09.30 Novos Horizontes
 10.00 70 x 7
 10.30 Missa
 11.20 Quilómetro Zero
 12.05 Jornal d'África
 12.35 Máquinas
 13.15 Desporto 2
 17.45 Frei Luís de Sousa (de António Lopes Ribeiro, Port.11950, com Maria Sampaio, Maria Dulce, Raúl de Carvalho, João Villaret. Drama / Histórico.)
 19.30 Bom Bordo
 20.05 Artes e Letras - «Os Nibelungos»
 20.35 Alta Roda
 21.30 Horizontes da Memória
 22.00 Ópera: «O Ouro do Reno»
 00.35 Vidas do Século: «De Gaule e a França» (I)

Segunda, 9

- RTP 1**
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.00 António Alves, Taxista
 11.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Alondra
 14.40 Seleção RTP
 15.45 Carmen
 17.10 Canal Aberto
 18.25 100% Natural
 19.00 País País
 19.40 País Regiões
 20.00 Telejornal
 21.00 Nós, os Ricos
 21.50 Filhos do Vento
 22.30 Maria Elisa
 00.00 24 Horas
 00.45 Horizontes da Memória
- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.50 Falatório
 16.50 Sem Limites
 17.15 Infantil
 19.00 Universidade Aberta
 19.30 Maravilhas do Tempo
 20.00 Danger Man, Agente Secreto
 21.00 Acontece
 21.15 Remate
 21.35 Murphy Brown
 22.00 Jornal 2
 23.20 Uma Noite em Lisboa (de Edward H. Griffith, EUA1941, com Fred MacMurray, Madeleine Carroll, Patricia Morrison. Ver Destaque.)

Terça, 10

- RTP 1**
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.00 António Alves, Taxista
 11.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Death of Contury
 15.00 Aqui tão Perto
 16.15 Carmen
 17.00 Taça de Portugal: Final (Benfica-Boavista)
 19.15 Marchas Populares
 20.00 Telejornal
 20.55 Isto Só Vídeo
 21.30 Filhos do Vento
 22.35 Herman Enciclopédia
 23.25 Anúncios de Graça
 00.00 24 Horas
 00.50 Calor da Noite
 01.40 Grandes Nomes (António Variações)
- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.50 Falatório
 16.40 2001
 17.15 Infantil
 19.00 Rotações
 19.35 Maravilhas do Tempo
 20.00 O Santo
 21.00 Acontece
 21.15 Remate
 21.25 Crimes Verdadeiros
 22.00 Jornal 2
 22.30 Os Amantes do Tejo (de Henri Verneuil, Fr.11954, com Daniel Gélin, Françoise Arnoul, Trevor Howard, Amália Rodrigues. Ver Destaque.)
 00.10 Falatório

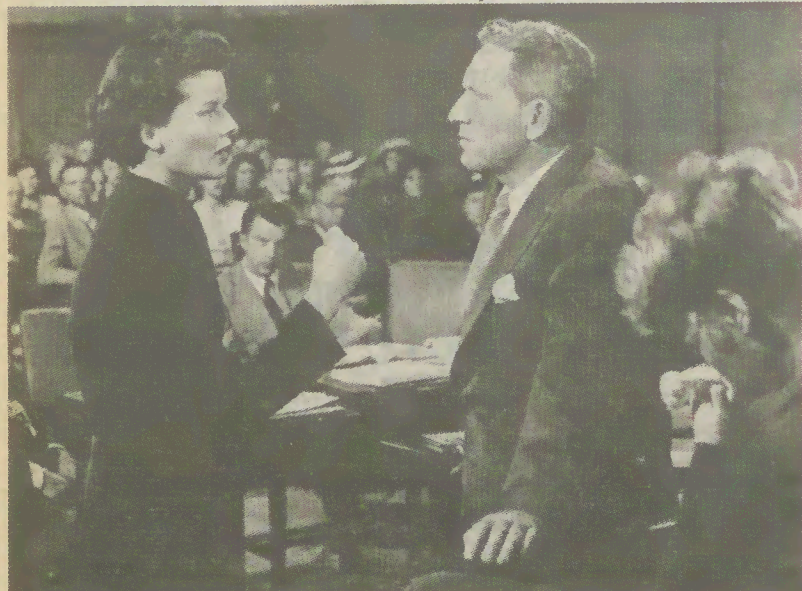
Quarta, 11

- RTP 1**
 09.00 Notícias
 09.10 Infantil
 10.00 António Alves, Taxista
 11.00 Praça da Alegria
 13.00 Jornal da Tarde
 13.45 Olho Clínico
 14.25 Alondra
 15.10 Seleção RTP
 15.45 As Lições do Tonecas
 16.05 Carmen
 17.00 Notícias
 17.10 Canal Aberto
 19.00 País País
 19.30 Totobola
 20.00 Telejornal
 20.55 Lelé e Zequinha
 21.30 Filhos do Vento
 22.25 Enviado Especial
 23.15 Fugitivo Acidental (de Adam Rifkin, EUA1994, com Charlie Sheen, Kristy Swanson, Henry Rollins. Comédia Policial / Acção.)
 01.00 24 Horas
 01.45 No Calor da Noite
 02.45 Bom Bordo
- RTP 2**
 15.00 Informação Gestual
 15.45 Falatório
 16.40 100+
 17.30 Infantil
 19.30 Maravilhas do Tempo
 20.00 Castelo de Cartas (série)
 21.00 Acontece
 21.15 Remate
 21.25 Os Simpsons
 22.00 Jornal 2
 22.30 Os Conspiradores (de Jean Negulesco, EUA1944, com Heddy Lamarr, Paul Henreid, Peter Lorre. Ver Destaque.)
 00.55 Falatório

- SIC**
 10.10 Buêrére
 11.30 As Receitas do Dia
 11.55 Tocaia Grande
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 O Juiz Decide
 14.10 A Lei de Land
 15.00 Shogun
 16.00 Buêrére
 18.00 Mulheres de Areia
 19.00 Anjo de Mim
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 A Indomada
 22.00 Cantigas da Rua
 23.10 Casos de Polícia
 00.20 Cadeira do Poder
 01.30 Último Jornal
 02.10 Vibrações

- SIC**
 08.00 Buêrére
 10.30 Tom & Jerry (Longa-metragem)
 12.00 Os Maiores Mágicos do Mundo
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 Mulheres Mulheres
 15.40 Uau! É Incrível
 16.30 Conan, O Destruidor (de Richard Fleischer, EUA1984, com Arnold Schwarzenegger, Grace Jones. Fantasia / Aventuras.)
 18.00 Mulheres de Areia
 19.00 Anjo de Mim
 20.00 Jornal da Noite
 20.55 Paródia Nacional
 23.15 Esta Semana
 00.20 Último Jornal
 00.45 Primeiros Anos
 01.55 Vibrações

- TVI**
 11.05 Animação
 12.40 Cassandra
 13.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.20 Laços de Amor
 14.50 Dama de Rosa
 15.35 Éramos Seis
 17.00 O Barco do Amor
 17.45 Doido por Ti
 18.10 Esquadrão Classe A
 19.10 Adultos à Força
 20.00 Xica da Silva
 21.00 TVI Jornal
 21.50 O Beijo (de Lawrence Kasdan, EUA1995, com Meg Ryan, Kevin Kline, Timothy Hutton. Comédia Romântica.)
 24.00 Futebol: Chile-Paraguai
 01.55 TVI Jornal
 02.10 Fora de Jogo



Kathryn Hepburn e Spencer Tracy, um célebre caso de amor do cinema americano, certamente focado na série «Hollywood Lovers», no «Foyer» de Sábado, na RTP2

- 20.00 Agente Secreto
 21.00 Acontece
 21.15 Remate
 21.25 Amigos por Acaso
 22.00 Jornal 2
 22.30 Fumar (de Alain Resnais, Fr.11993, com Sabine Azéma e Pierre Arditi. Ver Destaque.)
 00.50 Falatório

- SIC**
 10.10 Buêrére
 11.30 As Receitas do Dia
 11.55 Tocaia Grande
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 O Juiz Decide
 14.10 A Lei de Land
 15.00 Shogun
 16.00 Buêrére
 18.00 Mulheres de Areia
 19.00 Anjo de Mim
 20.00 Jornal da Noite
 20.55 As Aventuras de Camilo
 21.25 Os Malucos do Riso
 22.00 A Indomada
 22.50 O Momento da Verdade - II (de John G. Avildsen, EUA1986, com Ralph Macchio, Pat Morita, Nobby McCarthy. Artes Marciais.)
 00.50 Último Jornal
 01.00 Escrita em Dia
 02.10 Vibrações

- TVI**
 11.05 Animação
 12.40 Cassandra
 13.30 TVI Jornal
 14.20 Laços de Amor
 14.50 Dama de Rosa
 15.50 Éramos Seis
 17.00 O Barco do Amor
 17.45 Doido por Ti
 18.10 Esquadrão Classe A
 19.10 Adultos à Força
 20.00 Xica da Silva
 21.00 TVI Jornal
 22.00 Chantagem Perigosa (de Ruben Preuss, EUA1991, com Dale Midkiff, Susan Blakely, Beth Toussaint. Drama.)
 24.00 TVI Jornal
 00.20 Fora de Jogo
 01.15 A Balada de Hill Street

- 15.50 Falatório
 16.40 Anúncios de Graça
 17.05 Euronews
 17.30 Infantil
 19.10 Caderno Diário
 19.30 Maravilhas do Tempo
 19.55 Os Vingadores
 21.00 Acontece
 21.15 Remate
 21.25 Carolina na Cidade
 21.50 RTP/Financial Times
 22.00 Jornal 2
 22.30 Não Fumar (de Alain Resnais, Fr.11993, com Sabine Azéma e Pierre Arditi. Ver Destaque.)
 00.50 Falatório
 01.45 Rumo ao Sul

- SIC**
 10.15 Buêrére
 11.30 As Receitas do Dia
 11.55 Tocaia Grande
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 O Juiz Decide
 14.10 A Lei de Land
 15.00 Shogun
 16.00 Buêrére
 18.00 Mulheres de Areia
 19.00 Anjo de Mim
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 Os Malucos do Riso
 21.20 A Indomada
 22.20 Confissões
 23.15 Os Donos da Bola
 01.25 Último Jornal
 01.50 Um Homem de Sorte
 03.00 Vibrações

- TVI**
 11.05 Animação
 12.40 Cassandra
 13.30 TVI Jornal
 14.20 Laços de Amor
 14.50 Dama de Rosa
 15.50 Éramos Seis
 17.00 O Barco do Amor
 17.45 Doido por Ti
 18.10 Esquadrão Classe A
 19.10 Adultos à Força
 20.00 Xica da Silva
 21.00 TVI Jornal
 22.00 Ficheiros Secretos
 24.00 Sangue Virgem para Drácula (de Paul Morrissey, EUA1974, com Joe Dallesandro, Udo Kier, Vittorio de Sica. Terror.)
 01.50 TVI Jornal
 02.10 Fora de Jogo
 03.10 A Balada de Hill Street

- Miguel Cintra, Paula Guedes. Ver Destaque.)
 20.30 Foyer - «Hollywood Lovers»
 21.30 Semana ao Sábado
 22.00 O Lugar da História - «Incas e Zulus»
 23.30 Aqui Tão Perto (Especial Dia de Portugal)

- SIC**
 08.30 Buêrére
 11.55 O Nosso Mundo
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 Tostões e Milhões
 14.10 Cosby Show
 15.00 Hércules
 16.00 A Sentinela
 16.50 Walker
 18.00 O Pistoleiro do Diabo (de Clint Eastwood, EUA1973, com Clint Eastwood, Verna Bloom, Marianna Hill. Ver Destaque.)
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 Mundo VIP
 21.20 Salsa e Merengue
 22.20 Big Show Sic
 01.40 Último Jornal
 02.00 South Central (de Steve Anderson, EUA1992, com Glenn Plummer, Byron Keith Minns. Drama.)
 04.15 Portugal Radical

- TVI**
 09.30 Animação
 12.00 Novos Ventos
 12.30 Notícias
 12.50 Contas em Dia
 13.25 Contra-Ataque
 15.10 Caos na Família (de Ted Kotcheff, EUA1993, com Tom Selleck, Don Ameche, Wendy Crewson. Comédia.)
 17.10 Uma Família às Direitas
 17.40 Frasier
 18.15 Lar, Louco Lar
 18.45 Competente e Descarada
 19.10 O 3º Calhau a Contar do Sol
 19.40 Estrelas de Hollywood
 20.30 Lanterna Mágica
 21.00 Telejornal
 21.35 Especial Copa da América
 22.00 Explosão de Mulher (de Duncan Gibbins, EUA1989, com Gregory Hine, Renée Soutendijk, Michael Greene.)
 24.00 Justiça Traída (de Bruno Barreto, EUA1992, com Jennifer Connelly, Bradford Dillman, Dennis Hopper. Ver Destaque.)



Michael Jackson, uma das maiores figuras da pop, num especial na RTP 2, Sábado, às 14.40

Destaque.)
 00.15 Falatório

- SIC**
 08.00 Gala dos Pequenos Cantores
 10.10 Buêrére
 13.00 Primeiro Jornal
 13.40 Duas Mulheres
 15.40 Era Uma Vez...
 16.40 Dragon Ball Especial
 18.00 Mulheres de Areia
 19.00 Anjo de Mim
 20.00 Jornal da Noite
 20.50 Ponto de Encontro
 21.50 A Indomada
 23.20 Viva a Liberdade
 00.50 Último Jornal
 01.15 Conversas Secretas
 02.35 Vibrações

- TVI**
 11.05 Animação
 12.40 Cassandra
 13.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.20 Laços de Amor
 14.50 Dama de Rosa
 15.50 Éramos Seis
 17.00 O Barco do Amor
 17.45 Doido por Ti
 18.10 Esquadrão Classe A
 19.10 Adultos à Força
 20.00 Xica da Silva
 21.00 TVI Jornal
 22.00 Profiler
 22.50 PSI Factor
 24.00 TVI Jornal
 00.20 Fora de Jogo
 01.10 A Balada de Hill Street

- TVI**
 11.05 Animação
 12.40 Cassandra
 13.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.20 Laços de Amor
 14.50 Dama de Rosa
 15.35 O Justiciero
 17.20 O Melhor dos Filmes de Artes Marciais (de Sandra Weintraub, Hong-Kong1991, com Bruce Lee, Jean-Claude Van Damme. Artes Marciais.)
 19.05 Esquadrão Classe A
 20.00 Xica da Silva
 21.00 TVI Jornal
 22.00 A Máquina da Verdade (de Michael Switzer, EUA1995, com Patricia Wettig, Ken Olin, Tia Carrere. «Thriller».)
 24.00 Pontos nos ii
 00.45 TVI Jornal
 01.00 Fora de Jogo
 02.00 A Balada de Hill Street

- TVI**
 11.05 Animação
 12.40 Cassandra
 13.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.20 Laços de Amor
 14.50 Dama de Rosa
 15.35 O Justiciero
 17.20 O Melhor dos Filmes de Artes Marciais (de Sandra Weintraub, Hong-Kong1991, com Bruce Lee, Jean-Claude Van Damme. Artes Marciais.)
 19.05 Esquadrão Classe A
 20.00 Xica da Silva
 21.00 TVI Jornal
 22.00 A Máquina da Verdade (de Michael Switzer, EUA1995, com Patricia Wettig, Ken Olin, Tia Carrere. «Thriller».)
 24.00 Pontos nos ii
 00.45 TVI Jornal
 01.00 Fora de Jogo
 02.00 A Balada de Hill Street

- TVI**
 11.05 Animação
 12.40 Cassandra
 13.00 Animação
 13.30 TVI Jornal
 14.20 Laços de Amor
 14.50 Dama de Rosa
 15.35 O Justiciero
 17.20 O Melhor dos Filmes de Artes Marciais (de Sandra Weintraub, Hong-Kong1991, com Bruce Lee, Jean-Claude Van Damme. Artes Marciais.)
 19.05 Esquadrão Classe A
 20.00 Xica da Silva
 21.00 TVI Jornal
 22.00 A Máquina da Verdade (de Michael Switzer, EUA1995, com Patricia Wettig, Ken Olin, Tia Carrere. «Thriller».)
 24.00 Pontos nos ii
 00.45 TVI Jornal
 01.00 Fora de Jogo
 02.00 A Balada de Hill Street

Nota: A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

Também no Domingo na RTP 2, mas na rubrica «Vidas do Século», o destaque vai para Charles De Gaulle



TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...

Fumar (Quinta, 22.30, RTP2)

Falar deste filme que continua o excelente ciclo dedicado pela RTP 2 a um dos mais importantes cineastas do cinema moderno – **Alain Resnais** – é, ao mesmo tempo, falar do filme que o mesmo canal, no mesmo ciclo, projecta amanhã. É que «Fumar» «Não Fumar», podendo naturalmente ser vistos como dois filmes diferentes, são ao fim e ao cabo duas partes de um mesmo filme – aparentemente diferenciados pela «simples» circunstância de que, no primeiro, uma personagem não resiste à tentação de fumar e, no segundo, recusa um cigarro, mas cujas diferenças são muito mais reais do que apenas aparentes. Filmado inteiramente em estúdio para não escamotear os princípios de «teatralidade» com que o realizador procura abordar as várias histórias que envolvem as relações entre várias personagens (todas elas representadas por dois intérpretes, **Pierre Arditi** e **Sabine Azéma**) o filme é o resultado do interesse e entusiasmo que oito peças curtas do britânico **Alan Ayckbourn** despertaram em **Resnais**, um cineasta para o qual as questões do «tempo real» e do «tempo filmico», assim como a observação quase cirúrgica dos comportamentos psicológicos das suas personagens, sempre constituíram uma obsessão.

Não Fumar (Sexta, 22.30, RTP2)

A tentação primeira seria a de escrever todo o texto acima com a ordem das palavras invertida – ou seja, de forma a que ele tivesse de ser lido do fim para o princípio. Mas, para não pôr os cabelos em pé ao tão paciente colega «revisor», desde já remetemos o leitor para o que escrevemos sobre o filme *Fumar*, ontem transmitido.

O Pistoleiro do Diabo

(Sábado, 18.00, SIC)

1870. Norte da Califórnia. Um estranho envolvimento em mistério chega a uma pequena localidade e, depois de ter abatido com a maior das friezas três indivíduos que o haviam provocado, é convidado pelo concelho municipal a proteger os pacatos cidadãos de três criminosos que vão ser libertados nos próximos dias e que haviam jurado terrível vingança. O estranho aceita mas impondo como condição a assunção de plenos poderes e a nomeação, como presidente da câmara, de um anão ao qual rebaptiza com o nome *Hell* (inferno). Mais tarde, quando («justiça» feita) de novo abandona a localidade, é recordada uma lenda índia segundo a qual um fantasma regressa à terra desde que...

O *Pistoleiro do Diabo* é um grande filme de **Clint Eastwood**, de ressonâncias barrocas e tempo lentíssimo, com um início que resulta um *pastiche* dos filmes que protagonizou sob a direcção de **Sergio Leone**, mas fazendo já adivinhar as notáveis qualidades do actor nos seus primeiros passos como realizador.

Margem Sul (Sábado, 20.00, RTP2)

Integrado numa série de TV internacional, *Margem Sul* é uma curta-metragem de grande beleza plástica realizada por **José Álvaro de Moraes**. Com **Luís Miguel Cintra** e **Paula Guedes** nos principais papéis. A descobrir.

Justiça Traída (Sábado, 00.00, TVI)

Um repórter procura investigar as razões pelas quais uma mulher rica assassinou um escritor. *Telefilme* realizado para a TVCabo norte-americana, *Justiça Traída*, segundo as referências, está um pouco acima da mediania que caracteriza o género. Com **Jennifer Connelly**, **Bradford Dillman** e **Dennis Hopper**. E, como é a primeira vez que esta semana aqui se fala da TVI, não pode passar em claro um aceno de simpatia a **Lauro António** (responsável pela, em muitos casos, excelente e alternativa programação cinematográfica desta estação, agora dispensado dos seus quadros) e a esperança (vã?) de que o *telex* não invada, também nesta matéria, este canal.

Gremlins: O Pequeno Monstro

(Domingo, 18.10, SIC)

Devendo ser visto também como um imenso gozo a *ET – O Extraterrestre* (e, não por acaso, produzido por **Steven Spielberg**), *Gremlins* surge na cinematografia dos EUA como um puro divertimento, mas também encerrando muitas referências cinematográficas ao cinema clássico norte-americano – como, por exemplo, *Do Céu Caiu Uma Estrela* de **Frank Capra**. Só que, aqui, o realizador **Joe**



Sabine Azéma, é a protagonista dos dois filmes de Resnais, «Fumar»/«Não Fumar»

Clint Eastwood é o cineasta (e actor) a que a SIC dedica este mês parte das suas atenções

Short Cuts – Os Americanos

(Domingo, 23.25, TVI)

Filme no fundo inspirado em *Nashville* – uma sua obra anterior datada de 75 – esta película de **Robert Altman** é como que um retrato multifacetado de várias personagens da classe média suburbana do Sul da Califórnia arrancadas à vida real mas fruto dos elementos de ficção que o realizador foi encontrar em pequenas histórias originais de **Raymond Carver**. A crítica cinematográfica como os admiradores do escritor parece terem ficado desconfortados com o filme, quer pelo facto de o retrato das personagens ser em

geral demasiado frio quer pelo facto de essa frieza resultar do amontoar, de certo modo atabalhoado, das histórias que protagonizam.

Uma Noite em Lisboa

(Segunda, 22.30, RTP2)

Trata-se, pelos vistos, de um novo ciclo da RTP 2, desta vez tendo como temática e pano de fundo a cidade de Lisboa e todo o



Jessica Walker e Clint Eastwood, em «Destino nas Trevas», estrela deste último como realizador



Um fotograma de «Short Cuts - Os Americanos», um filme de Robert Altman

Dante faz com que os brinquedos de Natal felpudinhos se transformem em assustadores monstrosinhos que partem por aí a aterrozar e a desmascarar os bem-comportados e respeitáveis cidadãos... A não perder: a cena em que os *gremlins* viram do avesso um cinema durante uma sessão de *Branca de Neve e os Sete Anões*!

Destino nas Trevas (Domingo, 22.50, SIC)

Um *disk jockey* de uma estação de Carmel é assediado por uma ouvinte que todas as noites lhe pede para tocar *Misty*, uma bela e conhecida canção de **Errol Garner**, até que o seu envolvimento com esta admiradora começa a ser assustador, percebendo



O jovem protagonista de «Gremlins», com um dos monstrosinhos a espreitar por detrás do ombro...

do o espectador que ela é capaz de tudo, até de matar! É este o ponto de partida para o primeiro filme realizado por **Clint Eastwood** e no qual, independentemente de ser patente o muito que ele aprendeu com os realizadores com os quais trabalhou (entre os quais **Don Siegel** que, a propósito, aqui aparece fazendo de figurante como empregado de bar), se percebe uma clara postura original enquanto cineasta já prometedora. Um filme de *suspense*, às vezes arrepiante...

seu «exotismo» periférico. E tudo começa com um filme de espionagem passado durante a II Grande Guerra (mas de tonalidades que chegam ao registo da comédia) e com uma viagem de avião em que um piloto americano é encarregado de transportar à nossa capital uma cidadã inglesa, acabando por protagonizar uma história em que não se sabe o que será mais perigoso: se as incidências amorosas em que o nosso piloto se mete, se as terríveis actividades de espões nazis. Com **Fred MacMurray** e **Madeleine Carroll**.

Os Amantes do Tejo (Terça, 22.30, RTP2)

Do francês **Henri Verneuil** recorda-se, sobretudo, o seu lado de eficaz realizador de *policiais* com bilheteira garantida e que não deixaram de permanecer na memória cinéfila – como *Melodia no Subsolo*, *Cem Mil Dólares ao Sol* ou *Un Singe en Hiver*. O que, de todo, já nos escapava era este *Os Amantes do Tejo*, história envolta em ciúme e crime e protagonizada por um antigo resistente – **Daniel Gélin** – que mata a mulher que o traiu e mais tarde se refugia num lugar-de-passageira-para-o-Brasil, uma Lisboa onde encontra **Françoise Arnoul**, a mulher que se torna sua amante, com as praias e o Tejo em fundo, e um inspector da polícia – **Trevor Howard** – a estragar-lhes a paixão. Uma intriga bem urdida em que ainda vemos e ouvimos **Amália**, a falar (bem) francês e a cantar (ainda melhor) o fado.

Os Conspiradores (Quarta, 22.30, RTP2)

Estamos mais uma vez em meados dos anos 40, em Lisboa, em plena Guerra Mundial. À capital deste país «neutral» no qual (para além de constituir um ponto de partida para a liberdade) os vários serviços de espionagem se desdobram nas suas actividades, chega buscando refúgio um casal de cidadãos alemães. Simplesmente, mais tarde, a mulher acaba por chegar à conclusão de que o homem com quem casara e aparentemente a salvara de um campo de concentração nazi era afinal um traidor, que acaba por ser morto, enquanto ela se apaixona por um líder da resistência holandesa. Com os inevitáveis **Peter Lorre** e **Paul Henreid** e, ainda, a belíssima **Heddy Lamarr** nos principais papéis.

TELEVISÃO

Sexo, negócio e TV

■ Correia da Fonseca

A TVI abandonou há já algum tempo, como se sabe, o projecto inicial de ser «de inspiração cristã». Na verdade, parece que a inspiração cristã não tem mercado entre nós, e por isso o projecto revelou-se inexecutável. Agora, a TVI é uma outra TVI, mesmo que por vezes ainda faça o sinal da cruz, e integrou-se numa outra inspiração que também tem por sua conta a Rádio Comercial e «O Independente», mais uma ou duas revistas especializadas em negócios. Neste novo enquadramento, não admira mesmo nada que também a TVI tenha agora o seu telemagazine de Economia, Finanças & Negócios. Para isso, sim, haverá mercado, e não para as santas palavras de Frei Vítor Melícias. De resto, como ainda há poucos dias se viu a propósito da confiscação da EDP pela iniciativa privada, há milhares e milhares de portugueses que adoram brincar aos champalimaudzinhos mesmo que isso signifique acotovelarem-se para apanharem umas migalhas de um bolo que antes da pilhagem era de todos, isto é, do País inteiro.

O telemagazine de negócios da TVI tem o título de «Contas em Dia». Tanto quanto se sabe, a sugestão quase programática contida no título está longe de ser seguida, pela própria TVI, mas esse aspecto não se inclui nas preocupações habituais de quem escreve acerca da TV que nos é fornecida e não da saúde financeira das estações que a fornecem. Quando no passado sábado assisti a mais uma emissão de «Contas em Dia», o que me pareceu curioso e significativo não foi nada que se relacionasse com a tesouraria da TVI mas sim com outra ordem de realidades. Como adiante se verá.

Um empresário «new style»

Era uma entrevista, e o entrevistado exibiu um visual que só por si correspondia a qualquer coisa de não tradicional no mundo dos negócios, geralmente entendido como exteriormente austero e de recorte clássico: era ainda jovem, vestia um elegante colete cinzento sobre a camisa, exibiu um rabo-de-cavalo quase emblemático e um brinco na orelha esquerda, à maneira. Não obstante, era um homem de negócios e nessa qualidade estava ali, a explicar como é a sua área de intervenção negocial. Área que também não é exactamente a mais tradicional: o jovem empreendedor investiu dinheiros, talento gestonário e provavelmente muita experiência no sector, verdadeiramente inovador entre nós, da pornografia. Com bons resultados financeiros segundo o próprio, que de resto pareceu não querer reconhecer perante as câmaras toda a extensão dos proventos conseguidos agora, após uma fase inicial menos fácil, não fosse estar ali um fiscal das finanças a seguir a emissão. É natural: consta que o Governo vai tributar lucros estimados ou presumidos, e o verdadeiro gestor é o gestor que tem cuidado com as bocas que podem ser sinais exteriores de bons ganhos.

Como a TVI não está ali só para ver passar os lucros alheios, aproveitou o tema para cortar a entrevista com imagens breves e não exageradamente chocantes da própria actividade que é a matéria-prima do negócio do ilustre convidado. Não mostrou tudo, nem sequer mostrou muito, mas, como dizia a minha avó, o que não se vê adivinha-se. De qualquer modo, não me impressionou nada do que pude olhar, e creio mesmo que de modo idêntico terão reagido os jovens, mesmo as crianças, que àquela hora, a do almoço, seguiam a emissora ainda não há muito tempo recomendada pelas mais piedosas senhoras amigas da mamã. Tal como a TVI, de resto, também as crianças já não são o que eram, se é que alguma vez o foram. O que me impressionou, isso sim, é que o comércio da porno-

grafia (e/ou do erotismo: o entrevistado não sabia distinguir entre uma e outra coisa, o que poderia surpreender num especialista se não percebêssemos que essa indistincção é do seu próprio interesse) fosse encarado como um comércio como qualquer outro, meramente curioso e de respeitabilidade aceite sem hesitação que se pressentisse. De facto, o verdadeiro objecto do comércio de pornografia é, tendencialmente, o sexo de cada cidadão. E parece estranho aceitar-se que o sexo dos cidadãos em geral, ou pelo menos as pulsões que lhe são próprias, seja matéria de compra e venda num mercado controlado por um punhado de sujeitos com rabo-de-cavalo ou não.

«Hoje há sexo»

A questão é que o sexo é uma realidade respeitável, ainda que pouco respeitado ao longo dos tempos, e o respeito que lhe é devido não é de todo compatível com o seu tratamento em termos de mercado. Objecta-
rão alguns,

Com toda a naturalidade e, mais ainda, rodeada pelo halo de admiração que naturalmente envolve todos os inovadores, todos os que mediante conquista de terreno novo alargam o território da sacratíssima actividade comercial. A partir de agora, tão legítimo como o letreiro que anuncia ao passante que «Oge à isqas» em qualquer restaurante de ruela modesta, pode ser afixada a legenda «Hoje há sexo» numa «sex shop» de bairro modernão.

Por mim, encaro com alguma relutância este progresso registado por «Contas em Dia» no «business world» lusitano, mas quero que fique muito claro que a relutância, que não será apenas minha, não corresponde a nenhuma versão supostamente marxista-leninista do velho puritanismo hipócrita, retintamente burguês, herdado do ódio que a herança judaico-cristã tem votado ao corpo, ao amor físico, ao sexo. Aliás, o contrário é que é verdade: as pornografias de diversos graus, mesmo as anedotas obscenas e as pilhéria que caricaturam a vida sexual, é que são a outra face do mesmo puritanismo incapaz de aceitar o sexo como função natural e admirável, factor de realização pessoal e de felicidade, e que por ser incapaz se desforra na distorção, no avacalhamento, e também no tráfico.

É assim que o comércio da pornografia se mostra implantado num território que, contra o que por vezes pode parecer, não é o da emancipação perante preconceitos velhíssimos mas afinal ainda sólidos. Para além disto, e subjacente a este comércio agora legitimado pela naturalidade com que nos foi servido ao almoço, há todo um minimundo de servidões e prostituições que subjaz a grande parte dos «produtos» postos à venda. Parece que a TVI já não tem de preocupar-se com isso: já não é cristã; é moderna, neoliberal e pragmática. Ainda assim, porém, fico com dúvidas e constrangimentos. Neste comércio com o

sexo alheio há qualquer coisa que me faz suspeitar de abuso, de ilegitimidade, de desvergonha sem que nesta palavra esteja contida qualquer implicação se-



por-ventura, que em todo o caso antes pornografia que prostituição, mas, como diria o doutor Pacheco Pereira brandindo a sua fórmula predilecta, «a questão não é essa», porque o mal pior não branqueia o mal talvez menos grave. De qualquer modo, parece por enquanto improvável que a TVI ou qualquer outra estação entreviste, com as vénias devidas a um empresário de sucesso, um respeitável proxeneta da nossa praça. Com um retalhista da pornografia, a coisa está feita.

xual. E fica também um esclarecimento: de que estão abolidos, na prática, todos os limites à prática da actividade comercial e à sua benção pela TV sempre oficiosa mesmo que não seja oficial. Pois sempre as TV's estão nas mãos dos poderes económico-financeiros, e nem o mais hábil cartógrafo da geografia sociopolítica é capaz de traçar a fronteira que separa estes poderes do chamado poder estatal no reino onde o ceptro é um enorme cifrão e o resto são contos de embalar.

ÚLTIMAS

A TALHE DE FOICE

O tiro no toiro

À semelhança da maioria dos portugueses, cheguei ao mundo na ponta de uma linhagem desalinhada. Dos avós para trás, o que sei de mim é quase tão fiável como um pacote de promessas eleitorais, donde decorre que nada me impede de cancelar com todo o rigor (como diria o nosso Primeiro António Guterres) as fábulas que melhor me servirem.

Como a que se segue.

Pela tradição oral da família e da terra, a averiguação mais longínqua dos meus antepassados vai até aos bisavós, o que já não é mau. Um deles — paterno — apareceu nos começos do último quartel do século XIX acompanhado dum irmão, lá onde o rio Sorraia começa e quando o nosso país caldeirava nas fervuras dum republicanismo florescente, duma monarquia constitucional decadente e de um iberismo delirante, este decorrendo dos temores provocados pela revolução que em 1873 proclamou em Espanha uma efémera República de um ano.

Interessa este enquadramento histórico para dar substância às lendas em que se transformaram as especulações da altura sobre os antecedentes dos dois forasteiros que, vindos dos mistérios do mundo, chegaram à Freguesia de bernal e fuzil ao ombro. Para sobreviver no imediato, tornaram-se jornalistas e integraram-se no quotidiano camponês da terra, sem, contudo, camuflarem uma habilidade de respeito: ambos eram exímios atiradores. A origem desta perícia guerreira nunca por qualquer deles foi desvendada e, muito menos, inquirida na aldeia para além das regras da boa educação e do eventual desagrado dos dois desconhecidos.

Pelo que, das suas origens, ficaram na memória apenas as especulações da época, que oscilaram na atribuição de um passado de salteadores à Zé do Telhado, de militares desertores ou de republicanos foragidos.

De qualquer modo, a trajectória aventureira dos dois irmãos parece confirmar-se num pormenor curioso: quando um deles — o que viria a ser meu bisavô — se embebeu por uma rapariga da terra e decidiu criar raízes, o outro partiu de imediato para não mais dar notícia, num corte dramático com a opção sedentária do irmão.

Certo, certo, é que metiam uma bala onde pusessem o olho, e foi essa perícia que conduziu à história aqui convocada. Nesse tempo, ainda havia manadas de touros bravos pelas charnecas que alastram das várzeas do Sorraia. Andavam à vara larga pelo latifúndio, e sob uma vigilância que apenas os enxotava das habitações. Até que um deles apanhou a raiva numa dentada de cão, tornando-se num monstro de investida incontrolável a pairar sobre charnecas e povoados.

Quando o terror já alastrara por toda Freguesia, os dois irmãos declararam tranquilamente à sua comunidade de acolhimento que o problema tinha fácil resolução pelo simples facto de não conhecerem touro, enraivecido ou não, que resistisse a uma bala no meio dos cornos.

Só que — e eles sabiam-no melhor que ninguém — essa bala não podia ser no meio dos cornos, num tempo em que as espingardas eram de carregar pela boca e a bala, tosca esfera de chumbo, incapaz de penetrar a cornadura de um touro bravo.

O tiro — único — tinha obviamente de acertar num olho do animal e, por isso, ser desferido a curta distância.

Daí a empáfia com que certamente ambos se internaram na charneca em demanda da besta alucinada, deixando atrás uma aldeia estarecida de admiração. Dizem os relatos que, localizada a fera, os dois irmãos combinaram a tática: um seria a retaguarda do outro, colocando-se à frente o que entre os dois atirava melhor — ao que consta, o meu tio-bisavô cujo nome havia de chegar até mim, eu, que na tropa só fui bom no tiro instintivo e uma desgraça ao alvo. E o incrível tinha de acontecer: o tio-bisavô falhou o ponto nevrálgico, sendo salvo pela emenda certa do irmão, cujo tiro lhe fez afocinhar o bicho mesmo junto aos pés.

Lembrei-me desta história ao ver o entremez montado nos últimos dias pelo PS/Guterres e o PSD/Marcelo. À semelhança destes bisavós, são dois manos a proteger-se mutuamente (e que os meus antepassados me perdoem a companhia em que os ponho).

A diferença está no como e no onde atiram. No caso dos avoengos, era chumbada verdadeira para a ameaça de um touro raivoso. No do conflito PS/PSD, pólvora seca para uma farsa onde até a raivinha é mentirosa.

■ HC

Telecomunicações e TV na Assembleia

A Assembleia da República debate hoje na generalidade um conjunto de diplomas cuja versão final profundamente virá a condicionar a evolução de sectores tão determinantes da vida nacional como as telecomunicações e a televisão.

Os diplomas apresentados pelo Governo invocam a necessidade de adequar o quadro legal nacional às determinações comunitárias, tudo indicando porém que as medidas propostas — nomeadamente quanto à Lei-Quadro das Telecomunicações — excedem largamente a legislação comunitária, antes a utilizando para dar cobertura ao processo de privatização da Portugal Telecom.

Na verdade, uma deliberada confusão de conceitos entre *liberalização* e *privatização* abre caminho a que a prática integralidade das infra-estruturas de comunicações do País venham a ser entregues a operadores privados, o que vale dizer a operadores estrangeiros, dispendo evidentemente de potencialidades financeiras e tecnológicas inteiramente suficientes para absorverem uma companhia como a PT que, fruto dos investimentos realizados nos últimos anos e suportados afinal pelos clientes nacionais dos sectores mais rendosos (sobretudo o telefone), é uma empresa largamente apeteçível.

Para além desta entrega de um

sector lucrativo ao capital privado, sublinhe-se que se trata evidentemente de um sector estratégico do ponto de vista do desenvolvimento do País, abdicando assim o Estado de um factor fulcral de definição de orientações económicas nacionais e de protecção de interesses cada vez mais afectados por uma assumida subserviência às imposições de Bruxelas.

Fruto de um trabalho coordenado com a organização e quadros do Partido no sector, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um diploma alternativo à Lei-Quadro governamental e que será discutido simultaneamente. Reconhecendo que as características do desenvolvimento técnico mundial

das telecomunicações introduziu nas últimas décadas importantes modificações, o projecto do PCP contesta que o processo de liberalização induzido pelos factores tecnológicos tenha de ter uma automática tradução na demissão do Estado face à intervenção não apenas reguladora, mas também orientadora em função de ditames nacionais e não apenas do funcionamento do volúvel mercado dominado pelos grandes interesses transnacionais.

No campo da televisão, igualmente em debate, o risco muito evidente de o controlo dos operadores a funcionarem no nosso país poder passar para interesses estrangeiros.

Com início amanhã, no Porto Jornadas Parlamentares do PCP

Iniciam-se amanhã, no Porto, as Jornadas Parlamentares do PCP. Contando com a participação do Secretário-Geral do PCP, Carlos Carvalhas, os trabalhos decorrerão sob a temática da Regionalização e do Desenvolvimento

Regional. Do programa, que se prolongará pela manhã de sábado, destaque para uma declaração política do dirigente comunista, centrada no tema proposto para as Jornadas e no momento político actual.

Nota de realce merecem

ainda os contactos e encontros agendados com várias entidades e organizações sediadas na cidade do Porto, o que certamente constituirá uma oportunidade para os deputados comunistas aprofundarem o seu conhecimento sobre os

problemas e a realidade da região.

As conclusões das Jornadas serão dadas a conhecer aos jornalistas em conferência de imprensa prevista para as 12.30 horas de sábado, no Hotel Tuela.

Comunidades imigrantes O direito à prática desportiva

Por iniciativa do Grupo de Estudos para a Política Desportiva/Grupo de Estudos para as Questões da Imigração, do PCP, realizou-se segunda-feira passada, no Centro de Trabalho Vitória, em Lisboa, uma Mesa-redonda sobre "As Comunidades Imigrantes e o direito à prática desportiva".

O encontro contou com a participação de Henrique de Sousa, do Secretariado do CC, do deputado António Filipe e de Carlos Rabaçal, membros do CC, e ainda Júlio Filipe, da DORL do PCP.

A iniciativa reuniu algumas dezenas de pessoas das federações e associações desportivas, colectividades e área do desporto das autarquias, representantes das comunidades de imigrantes e do movimento anti-racista.

O objectivo fundamental da Mesa-redonda, agora realizada, foi promover o debate sobre o desporto, também como meio

de integração das comunidades imigrantes. Um desafio que passa pelo remover de factores de discriminação legais, que ainda persistem e o ultrapassar

da ausência de uma política de motivação da prática desportiva entre os imigrantes.

Entre as conclusões do encontro,

eliminando as discriminações que subsistem no plano da competição oficial e de dar um forte impulso ao desporto popular.

Foi ainda referida - no que respeita ao desporto profissional e de alta competição - a importância de eliminar os regimes de quotas profissionais a estrangeiros em Portugal, nomeadamente em relação às importantes comunidades de imigrantes de língua portuguesa.

No quadro do Ano Europeu contra o Racismo, o encontro valorizou a necessidade de desencadear diversas iniciativas na área da integração desportiva - quer por parte do governo (que se tem limitado a discursos e secções solenes), quer por parte das autarquias, em colaboração com as associações desportivas e representantes das comunidades de imigrantes.



Mesa-redonda no Vitória

de integração das comunidades imigrantes. Um desafio que passa pelo remover de factores de discriminação legais, que ainda persistem e o ultrapassar

tro, sublinha-se a prevista apresentação, pelo PCP, de um documento de trabalho com um conjunto de propostas concretas no sentido de alterar a legislação,

Suécia diz não à moeda única

A Suécia não vai aderir ao euro, anunciou anteontem o primeiro-ministro sueco e líder do PSD, Goran Persson, que justificou a decisão com a «incerteza» e a «instabilidade» reinante em torno do projecto da União Económica e Monetária (UEM).

A posição da Suécia, que cai como uma bomba no seio da União Europeia e abala os alicerces do edifício político que

vem sendo congeminado para a revisão do tratado de Maastricht, confirma o que há muito vêm denunciando quantos rejeitam a Europa do capital construída à custa da coesão social. É significativo que a Comissão Europeia se tenha recusado a comentar a decisão, limitando-se o portavoz de Jacques Santer a afirmar que «não se trata de uma posição oficial, mas sim partidária». A

desorientação de Van der Pas foi tanta que chegou mesmo a sugerir que a Suécia não se podia auto-excluir do euro por não ter manifestado anteriormente essa intenção, ao contrário do que aconteceu com o Reino Unido e a Dinamarca. Como se a adesão fosse irreversível!

A verdade é que o governo de Goran Persson está confrontado com uma opinião pública maio-

ritariamente contra o euro, segundo revelam todas as sondagens, pelo que não lhe resta outra solução que remeter a questão para uma consulta popular a realizar em Setembro.

